



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGPSI

Representações Sociais do Femicídio em estudantes universitários e na mídia escrita

TALITA NOGUEIRA CHAVES

Seropédica
2020



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGPSI

Representações Sociais do Femicídio em estudantes universitários e na mídia escrita

TALITA NOGUEIRA CHAVES

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários a obtenção do título de mestre em Psicologia.

Sob Orientação do Professor
Denis Giovani Monteiro Naiff

Seropédica
2020

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C512r Chaves, Talita Nogueira, 1992-
Representações sociais do feminicídio em estudantes
universitários e na mídia escrita / Talita Nogueira
Chaves. - Seropédica, 2020.
122 f.: il.

Orientador: Denis Giovani Monteiro Naiff.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOLOGIA - PPGPSI, 2020.

1. Representações Sociais. 2. Feminicídio. 3. Morte
de Mulheres. 4. Violência contra mulheres. I. Naiff,
Denis Giovani Monteiro, 1971-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGPSI III.
Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

TALITA NOGUEIRA CHAVES

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários a obtenção do título de mestre em Psicologia.

TRABALHO DE QUALIFICAÇÃO APRESENTADO EM / /2020

Prof. Dr. Denis Giovanni Monteiro Naiff
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
(Orientador)

Prof. Dr. Rafael Moura Coelho Pecly Wolter
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Rosane Pinto Rodrigues
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

*Dedico aos meus avós paternos e maternos,
Sebastião, Líbia, Erithéia e Benedito por serem
minha fonte de inspiração.*

Agradecimentos:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço aos meus pais pelo amor, dedicação e apoio incondicional, sempre torcendo pela concretização deste meu sonho.

Agradeço a minha irmã Camila que com carinho me impulsionou a seguir meus sonhos por mais difícil que fossem as circunstâncias, sempre com paciência e confiança.

Agradeço aos meus familiares pela convivência e amparo do dia-a-dia. Em especial a minha avó Erithéia, pelo grande incentivo.

Agradeço a esta Universidade, seu corpo docente, direção e administração pelo desempenho e dedicação em seus papéis. Aos meus colegas de classe pelo convívio e aprendizagem, e aos meus amigos, pelas palavras de fé, tornando minha trajetória mais agradável. Em especial, agradeço ao meu namorado, Iago Arruda, pelo amparo e carinho em todos os momentos ao decorrer dessa minha trajetória.

Agradeço ao meu querido orientador, Denis Naiff, que com confiança abraçou esta pesquisa e por ser um excelente professor e profissional.

Agradeço aos prezados professores Rafael Wolter e Rosane Rodrigues, admiráveis profissionais na área da Psicologia, que apresentaram disponibilidade, colaborando com seus conhecimentos e honra com suas presenças em minha banca examinadora.

E finalmente agradeço a Deus, por proporcionar estes agradecimentos à todos que tornaram minha vida mais afetuosa, além de ter me dado força e coragem durante toda esta longa caminhada.

A todos aqueles que se fizeram presente e jamais deixaram de acreditar na minha vitória.

Epígrafe:

“A vida começa quando a violência termina.”

-Maria da Penha

RESUMO

Chaves, Talita Nogueira. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO FEMINICÍDIO EEM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS E NA MÍDIA ESCRITA. 2020.122 p. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Educação, Pró-reitoria de pesquisa, PPGSI- Programa de Pós-Graduação de psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

Através de uma análise histórica podemos notar a crescente discussão referente a direitos e deveres do sujeito enquanto ser social delineada sobre uma perspectiva de gênero. Apesar da Constituição Brasileira de 1988 estabelecer que todos os cidadãos tem os mesmos direitos e deveres, existe uma representação diferente para homens e mulheres, que se efetiva através da violência psicológica à agressões físicas contra o gênero feminino, tendo como ápice o feminicídio. O feminicídio é a morte violenta de mulheres motivada por questões de gênero, resultados de um terror sexista antifeminino motivado por sentimento de propriedade, ódio e menosprezo do homem diante da figura feminina. Para tanto, utilizaremos a Teoria das Representações sociais, criada por Moscovici, onde os conhecimentos são compartilhados socialmente para dar sentido aos fenômenos sociais, formadas pelo conhecimento do senso comum e das partilhas grupais que resultam na compreensão de objetos, pessoas, situações com as quais não se tem familiaridade. O método consistiu em dois estudos: O primeiro sobre a mídia brasileira, através da análise de dois grandes jornais de grande circulação: O GLOBO e FOLHA de SÃO PAULO, nos anos de 2010 a 2018. Para análise de dados foi utilizado o software: IRAMUTEQ. E o segundo se refere à aplicação de um questionário junto a 200 estudantes da UFRRJ distribuídos entre os cursos de exatas e humanas, que contem questões abertas e fechadas. As questões fechadas foram analisadas como auxílio do software IRAMUTEQ, e as questões abertas através da teoria de Bardin. Os dados deste estudo revelam como possível núcleo central os elementos morte, machismo, violência, mulher e agressão, estes estão associados a um sentimento negativo advindo de um construto histórico e social baseada no machismo representado em forma de agressão e violência, e resultante na morte de mulheres. Conclui-se conforme os dados obtidos que ainda há um longo caminho a ser percorrido através da adoção de medidas governamentais e de práticas cotidianas que acompanhem uma reestruturação social que não justifique a violência contra a mulher.

PALAVRAS CHAVE:

Representações Sociais; Feminicídio; Morte de Mulheres; Violência contra mulheres.

ABSTRACT

Chaves, Talita Nogueira. SOCIAL REPRESENTATIONS OF THE FEMINICIDE AND UNIVERSITY STUDENTS AND WRITTEN MEDIA. 2020. 122 p. Master's dissertation presented to the Institute of Education, Dean of Research, PPGSI- Graduate Program in Psychology at the Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

Through a historical analysis we can notice the growing discussion regarding the rights and duties of the subject as being social outlined on a gender perspective. Although the Brazilian Constitution of 1988 establishes that all citizens have the same rights and duties, there is a different representation for men and women, which is effected through psychological violence to physical aggression against women, with the culmination of femicide. Femicide is the violent death of women motivated by gender issues, results of an anti-female sexist terror motivated by a feeling of ownership, hatred and contempt of the man before the female figure. For this, we will use the Theory of Social Representations, created by Moscovici, where knowledge is shared socially to give meaning to social phenomena, formed by the knowledge of common sense and group sharing that result in the understanding of objects, people, situations with which one is not familiar. The method consisted of two studies: The first on the Brazilian media, through the analysis of two major newspapers of great circulation: THE GLOBE and LEAF OF SAO PAULO, in the years 2010 a 2018. For data analysis the software was used: IRAMUTEQ. And the second refers to the application of a questionnaire with 200 UFRRJ students distributed between the exact and human courses, which contain open and closed questions. The were closed questions were analyzed as an aid to the IRAMUTEQ software, and the questions open through Bardin's theory. The data of this study reveal as possible central nucleus the elements death, chauvinism, violence, woman and aggression, these are associated with a negative feeling arising from a historical and social construct based on the chauvinism represented in the form of aggression and violence, and resulting in the death of women. It concludes according to the data obtained that there is still a long way to go through the adoption of governmental measures and daily practices that accompany a social restructuring that does not justify violence against women.

KEY WORDS:

Social Representations; Femicide; Death of women; Violence against women.

LISTA DE SIGLAS

CEDAW	CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS MULHERES
CNS/MS	CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE
IRAMUTEQ	INTERFACE DE R POUR LES ANALYSES MULTIDIMENSIONNELLES DE TEXTES ET DE QUESTIONNAIRES
ONU	ORGANIZAÇÃO NACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS
ONU BR	ORGANIZAÇÃO NACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Análise de similitude dos alunos de exatas	62
Figura 2- Análise de similitude dos alunos de humanas	64
Figura 3 – Análise de similitude dos alunos de exatas e humanas	66
Figura 4 – Classificação Hierárquica Descendente FOLHA DE SÃO PAULO	93
Figura 5 – Análise de similitude FOLHA DE SÃO PAULO	97
Figura 6- Nuvem de palavras FOLHA DE SÃO PAULO	99
Figura 7- Classificação hierárquica descendente do jornal O GLOBO	100
Figura 8- Análise de similitude O GLOBO	103
Figura 9- Nuvem de palavras O GLOBO	104
Figura 10- Classificação hierárquica descendente dos jornais FOLHA DE SÃO PAULO e O GLOBO	105
Figura 11- Análise de similitude dos jornais FOLHA DE SÃO PAULO e O GLOBO	107
Figura 10- Nuvem de palavras dos jornais FOLHA DE SÃO PAULO e O GLOBO	108

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Conhecimento sobre o tema (feminicídio) referente aos alunos de exatas	67
TABELA 2- Conhecimento sobre o tema (feminicídio) referente aos alunos de humanas	69
TABELA 3- Conhecimento sobre o tema (feminicídio) referente aos alunos de exatas e humanas	70
TABELA 4- Comportamentos típicos referente aos alunos de exatas	73
TABELA 5- Comportamentos típicos referente aos alunos de humanas	73
TABELA 6- Comportamentos femininos aos alunos de exatas	74
TABELA 7- Comportamentos feminino aos alunos de humanas	77
TABELA 8- Comportamentos masculino aos alunos de exatas	80
TABELA 9- Comportamentos masculino aos alunos de humanas	82
TABELA 10- Violência de gênero aos alunos de exatas	86
TABELA 11- Violência de gênero aos alunos de humanas	86
TABELA 12- Violência de gênero aos alunos de exatas e humanas	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Análise prototípica dos alunos de exatas	56
Quadro 2- Análise prototípica dos alunos de humanas	58
Quadro 3- Análise prototípica dos alunos de exatas e humanas	60

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- Conhecimento sobre o tema feminicídio entre os alunos de exatas	68
GRÁFICO 2- Conhecimento sobre o tema feminicídio entre os alunos de humanas	70
GRÁFICO 3- Conhecimento sobre o tema feminicídio entre os alunos de exatas e humanas	71
GRÁFICO 4- Comportamentos típicos femininos entre os alunos de exatas	74
GRÁFICO 5- Comportamentos típicos femininos entre os alunos de humanas	77
GRÁFICO 6- Comportamentos típicos masculinos entre os alunos de exatas	80
GRÁFICO 7- Comportamentos típicos masculinos entre os alunos de humanas	82

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPITULO 1	19
1. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	19
1.1. FORMAÇÃO	29
1.2. COMUNICAÇÃO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	30
CAPITULO II	32
2. FEMINICIDIO	32
2.1. VIOLÊNCIA DE GÊNERO	35
2.2. MARCO REGULATÓRIO INTERNACIONAL DE FEMINICIDIO	40
2.3. TIPIFICAÇÃO DO FEMINICIDIO	41
2.4. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO FEMINICIDIO	47
3. OBJETIVOS	50
3.1 OBJETIVOS ESPECIFICOS	50
4. MÉTODO	51
4.1. ESTUDO 1: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO FEMINICIDIO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS	52
4.1.1 PARTICIPANTES	52
4.1.2. PROCEDIMENTOS DE COLETA	52
4.1.3 INSTRUMENTOS DE COLETA	52
4.2. ESTUDO 2: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO FEMINICIDIO NA MÍDIA BRASILEIRA	54
4.2.1. PROCEDIMENTOS DE COLETA	54
4.2.2. INSTRUMENTOS DE COLETA	54
5. ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO	55
5.1. ESTUDO 1: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO FEMINICIDIO DOS UNIVERSITÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	55
5.1.1 QUESTÃO DE EVOCAÇÃO	55
5.1.2 QUESTÃO SEMI FECHADA	67
5.1.3 QUESTÃO ABERTA	72
5.1.4 QUESTÃO FECHADA	85
5.2 ESTUDO 2: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO	92

FEMINICIDIO NA MÍDIA BRASILEIRA	
5.2.1 ANÁLISE DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO	93
Classificação hierárquica descendente	93
Similitude	97
Nuvem de palavras	99
5.2.2 ANÁLISE DO JORNAL O GLOBO	100
Classificação hierárquica descendente	100
Similitude	103
Nuvem de palavras	104
5.2.3 ANÁLISE DOS JORNAIS FOLHA DE SÃO PAULO E O GLOBO	105
Classificação hierárquica descendente	105
Similitude	107
Nuvem de palavras	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
APÊNDICE A	117
APÊNDICE B	120
ANEXO A	122

INTRODUÇÃO

Cada grupo social estabelece padrões de pensamento e moldam os comportamentos e atitudes dos sujeitos que compõe este grupo, esses são fundamentados pelas instituições sociais como: família, igreja, ciência e escola e influenciam os valores dos indivíduos. Quando estes conceitos são apropriados e vulgarizados por um grupo gera-se um senso comum sobre o objeto, o que Moscovici (2003) chamava de Representações sociais.

A representação social é formada pelo conhecimento partilhado e organizado, que tem intuito estabelecer pensamentos sobre a realidade comum a um grupo social, que estabelecem julgamento de certo ou errado, normal e patológico na sociedade. Um exemplo de representação seria o papel que a mulher e o homem ocupam nas sociedades ocidentais são determinadas por diferenciação dos gêneros, o que a torna questionável e modificável uma vez que o papel social de homem e mulher encontra-se em constante mudança.

Através de uma análise histórica podemos notar a crescente discussão sobre questões referentes a direitos e deveres do sujeito enquanto ser social, temas como saúde, educação, sexualidade, política e trabalho são notados a partir da concepção de gênero. E assim demarca o lugar em que cada indivíduo se enquadra, criando uma representação social, que denota direitos diferentes para homens e mulheres, contradizendo a Constituição Brasileira que determina que todos tenham os mesmos direitos e deveres independentemente do gênero.

A CEDAW, de 1979, foi o marco inicial da luta pelos direitos da mulher na busca de igualdade de gênero e sanção de toda forma de discriminação contra a mulher nos Estados que fazem parte ao acordo. Assim, os países passam a se responsabilizarem pela violência que impedem o direito a liberdade e igualdade entre homens e mulheres.

Outro marco importante na luta contra a violência da mulher foi a Convenção Interamericana para Prevenir, Sanção e Erradicar a Violência contra as Mulheres, que ocorreu em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Onde se referia a violência como qualquer conduta com base em gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, onde os países deveriam adotar políticas para a prevenção, punição e erradicação dessas violências.

Ao se pesquisar sobre a história da mulher, verifica-se uma desvalorização da figura feminina desde a Grécia Antiga que influenciou o papel da mulher no mundo clássico, por

exemplo, em seu mito de Pandora que sugestionou a história Bíblica e do Alcorão de Eva. Os filósofos iluministas afirmavam que o homem podia usar de suas faculdades intelectuais para fazer uso da razão, e as mulheres não possuem tal habilidade, já que sua figura era baseada no corpo, que as associava a figuras fisicamente frágeis ao mesmo tempo trazendo a ideia de que elas eram passíveis a comportamentos erráticos e imprevisíveis, já que sua figura era baseada no aparelho reprodutivo. (LOPES, 2012; SOIHET, 1997).

Assim se configura o início da história da violência contra as mulheres que são pautadas na dominação do homem sobre a mulher, tornando-a inferior e submissa em relação ao outro. Essa violência referente ao gênero alude a violação dos direitos a determinado gênero, a partir dos anos 2000, a violência feminicida passa a ser incluída como violência de gênero como reconhecimento de que os direitos das mulheres não eram objeto de proteção adequada.

A violência que acarreta tanto a violência psicológica às agressões físicas contra o gênero feminino, tendo como ápice o feminicídio. O feminicídio é a morte violenta de mulheres motivada por questões de gênero, resultados de um terror sexista antifeminino motivado por sentimento de propriedade, ódio e menosprezo do homem diante da figura feminina (LAGARDE, 2004). O fenômeno começou a ganhar relevância em decorrência do crescente aumento dos números de assassinatos de mulheres na América Latina, justificando a adoção de medidas específicas pautadas na prevenção e sanção desses casos. Ao mesmo tempo, em que os Direitos Humanos são evidenciados o estado passa a ter a responsabilidade de garantir o direito da liberdade e vida.

Por conta dos inúmeros casos de violência sofridos pelas mulheres no Brasil, estabeleceu-se no código penal, a Lei n.º 11.340/2006, criada como forma de proteção às pessoas e estabelece cinco tipos de violência: físico, patrimonial, sexual, moral e psicológico. Esta Lei evidenciou os casos de mulheres mortas vítimas da violência. Diante disso em 2015 foi sancionada a Lei n.º 13.104, chamada da Lei do Feminicídio.

Ela é uma alteração do artigo 121 do Decreto-lei n.º 2.848 do código penal, de 7 de dezembro de 1940, coloca o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e do art. 1.º da Lei n.º 8.072, de 25 de julho de 1990 que o inclui o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

O período Colonial deixou como herança o modelo patriarcal e machista que determina

hierarquicamente o lugar da mulher abaixo da figura masculina, à medida que a mulher tenta quebrar esse papel ocorre a violência. Por isso não basta apenas a tipificar o femicídio, é preciso que ocorram mudanças estruturais na cultura social que permitam transformar o modelo patriarcal que determina o papel da mulher inferior ao do homem, para um modelo que demonstre que todos independentes de gêneros são sujeitos de direitos iguais. Com direito a liberdade e a vida.

Assim, reconhecendo a violência contra a mulheres criam-se medidas que propiciem sua diminuição. Por isso é relevante às pesquisas realizadas sobre as representações sociais do feminicídio, o resultado do estudo permitirá uma análise e reelaboração das representações existentes com intuito de quebrar o ciclo de violência.

Uma vez levantadas a hipóteses que resultam o feminicídio podem-se elaborar políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência contra a mulher, promovendo a educação de gênero para que assim possamos combater os casos de assassinatos de mulheres no Brasil e no mundo.

CAPÍTULO I

1 As Representações Sociais

Em uma sociedade com ideias partilhadas, as representações norteiam o modo de interpretar os aspectos da vida diária, o que influencia na tomada de decisões e, eventualmente posicionar-se frente a eles de forma defensiva (VALA, 2006; JODELET, 2001). Quando um novo fenômeno se apresenta tendemos a relativizá-lo por não conhecermos o elemento, com base em uma ótica previamente estabelecida pela sociedade em questão, por isso tendemos a culpabilizar um ato novo como ruim, pois seria mais fácil renegá-lo do que conhecê-lo. Outro ponto em relação a este novo fenômeno é que associamos este a uma ideia já estabelecida anteriormente e por isso é mais complicado para que esta seja analisada de forma neutra e sem pré-conceitos.

Frente a isso, Durkheim buscou estudar de que maneira se pode pensar a estabilidade social. Para isso conceituou uma nova ciência, nomeando-a sociologia; esta seria a “ciência das instituições, da sua gênese e do seu funcionamento” (2007, p. 26), considerando por instituições “todas as crenças e todos os modos de comportamento instituídos pela coletividade” (2001, p.26). Para Durkheim, “à sociologia cabe estudar o pensamento coletivo em si e por si mesmo, deixando para o futuro o cuidado de procurar em que medida ele se parece com o pensamento dos particulares. Esse é um problema da filosofia geral e da lógica abstrata e não da ciência” (DURKHEIM, 2007, p.23).

O objetivo dessa nova ciência chamada de sociologia é estudar o fato social, esse seria toda a forma de pensar, agir e sentir de um grupo social, ou seja, qualquer forma de coerção que apesar de serem exteriores são incorporadas nos indivíduos. Suas características principais são: generalidade (é comum, ou seja, acontece com a maioria dos indivíduos de um grupo social); exterioridade (existe independente da vontade do indivíduo, ou de sua consciência) e coercitividade (os membros do grupo se sentem obrigados a seguir um comportamento já estabelecido). Como exemplo, pode-se citar a língua, a moeda, a religião, as leis e até mesmo o modo de vestimenta.

Os fatos sociais são construídos pela sociedade e existem para estabelecer coesão

(solidariedade no sentido de integração social) na mesma, ou seja, sem ele não há ensinamentos nem parâmetros para uma vida social. Quando isso falha, há anomia na sociedade, onde ocorreria a destruição dos padrões e valores morais.

A coesão gera no indivíduo o que Durkheim explica como consciência coletiva, a consciência individual também existirá mais será limitada dentro dos preceitos da sociedade a qual o indivíduo esta inserido.

A consciência coletiva refere-se a toda crença e sentimentos comuns, observados nos membros de uma dada sociedade, essa forma um sistema determinado que tem vida própria. Desde modo ela permite a coesão social e garante a equilíbrio na sociedade, não aceitando de forma alguma algum tipo de contradição, defendendo assim suas necessidades através do direito. O direito refere-se ao tipo de consciência coletiva que existe em uma sociedade, variando de acordo com as relações sociais existentes, seu resultado seria a punição que dependerá do nível de evolução da sociedade em questão.

Levando isso em consideração, a psicologia cognitiva estuda a forma como os indivíduos pensam e a forma como eles pensam que pensam (Fiske; Taylor, 1991), partindo da hipótese de que os julgamentos e o comportamento social não podem ser entendidos se não levados em consideração os processos cognitivos básicos.

A psicologia social que estuda as representações sociais surge a partir dos questionamentos das teorias que não levam em consideração a relação ao pensamento dos indivíduos estar diretamente ligado ao contexto social em que estes se encontram, estas ignoram o peso que as regras sociais ditam interiormente ao sujeito, tornando-os pensamentos coletivos (VALA, 2006). Nesse sentido a psicologia social com base no conceito de representações sociais pode formular como se formam as ideias em nossa mente e qual sua correspondência com a realidade.

Há numerosas ciências que estudam a maneira como as pessoas tratam, distribuem e representam o conhecimento. Mas o estudo de como, e por que, as pessoas partilham o conhecimento e desse modo constituem sua realidade comum, de como eles transformam ideias em prática- numa palavra, o poder da ideia- é o problema específico da psicologia social (MOSCOVICI, 1990, p. 164).

O conhecimento é produzido pela interação coletiva e vinculado aos interesses e

necessidades que estes possuem, portanto nunca é desinteressado, na medida em que os indivíduos interagem com um propósito anterior. A psicologia social do conhecimento estuda as representações criadas através da influencia social da comunicação entre duas ou mais pessoas, onde tendemos a dar significado a nova informação, e como esta se torna uma realidade a medida que influencia o comportamento do indivíduo. Para isso estuda os processos através dos quais esse conhecimento é gerado, transformado e projetado na sociedade (MOSCOVICI, 2003).

O estudo sobre as representações sociais foi formulado por Serge Moscovici em 1961, inspirados nas ideias de Durkheim sobre o pensamento coletivo, quando publicou um trabalho sobre a apropriação da teoria psicanalítica analisada através da sociedade francesa, ou seja, como uma teoria científica é muitas vezes apropriada, transformada e utilizada por diferentes grupos, e como se constrói um mundo significativo sobre esta ideia pelo viés social.

A Representação social pode ser vista como a forma, como a vida coletiva se adaptou a condições descentradas de legitimação da era pré-moderna em contraste com a modernidade. Na era pré-moderna a legitimação do conhecimento e das crenças era determinada pela Igreja e pela Monarquia, já na modernidade a legitimação vem de diferentes poderes, e a crença e o conhecimento são exercidos de outra forma, como exemplo temo a ciência e o senso comum. Descentralizando o conhecimento baseado no poder divino para o conhecimento pautado na dinâmica social que tenta impor no cotidiano uma hegemonia. Outra característica da modernidade são as novas formas de comunicação, originadas com o desenvolvimento da imprensa e com a difusão da alfabetização. Estas novas formas de comunicação de massa propiciaram novas possibilidades para a circulação de ideias, como trouxe grupos sociais mais amplos para o processo de produção psicossocial do conhecimento.

Esses novos conceitos demorariam ao menos cinquenta anos para entranhar em toda a comunidade científica, por isso é possível notar que quando uma nova ideia é proposta, passa algum tempo até que outros estudos comecem a tratar e evidenciar a relevância do tema. Isso poderia ser explicado a medida que é observado os resultados do objeto, e como este e a quem influencia. (MOSCOVICI, 2003).

A psicologia social é uma manifestação do pensamento científico, e por isso pressupõe que o sistema cognitivo: que os indivíduos normais reagem a fenômenos, pessoas ou acontecimentos do mesmo modo que os cientistas ou os estatísticos e compreender consiste em

processar informações. Essas ideias poderiam ser questionadas por três fatos: O primeiro é de que não temos consciência de coisas óbvias. Essa invisibilidade não se deve a nenhuma falta de informação da realidade, mas sim de uma fragmentação preestabelecida das pessoas e objetos, que faz algumas delas visíveis e outras não; O segundo se refere quando notamos que alguns fatos são aceitos sem discussão, estes que são básicos a nós, se transformam em ilusões. Diferenciando a aparência da realidade, através de uma imagem anterior. O último fato são as nossas reações acontecimentos e respostas aos estímulos, que são comuns a todos os membros da comunidade em questão. Ou seja, as representações norteiam a direção ao que é visível e ao que temos que responder, relacionam a aparência a realidade e de novo à aquilo que define essa realidade.

Tendemos a analisar o mundo de uma forma semelhante, pois as informações circuladas estão sempre ligadas a representações sociais e culturais que estabelecem ideias sobre determinado assunto. Assim, as representações tem dupla função: Convencionalizam e Prescritivas.

Convencionalizam o sujeito, o objeto ou os fatos de modo permanente, estabelecendo um modelo para determinado grupo. Prescritivas, funcionam como uma força irresistível, estabelecida antes do pensamento. Estas moldam a mente do sujeito de modo que não são pensadas conscientemente, isto é, são perpassadas na mente e reproduzidas sem necessariamente sofrerem nenhum tipo de consideração acrítica.

Todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições que circulam dentro de uma sociedade, mesmo as descrições científicas, implicam um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente. Pessoas e grupos criam representações no decurso da comunicação e da operação. Uma vez criadas, adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem. A tarefa da psicologia social é estudar tais representações, suas propriedades, suas origens e seu impacto. (MOSCOVICI, 2003, p.37).

As representações sociais seriam uma ressignificação dos conhecimentos elaborados pelas ciências, negociados e recriados no centro das teorias populares. Além das teorias científicas, as representações sociais se baseiam na cultura, nas ideologias, e nas comunicações da vida cotidiana. Nesse sentido, a representação é sempre de alguma coisa. Essa relação envolvendo

uma atividade de construção e simbolização, isto é, um produto do confronto da atividade mental de um indivíduo e das relações complexas que mantém um objeto, que pode ser real ou não. (JODELET, 2007; VALA, 2006).

De fato, representar ou se representar corresponde a um ato de pensamento pelo qual o sujeito relaciona-se com um objeto. Este pode ser tanto uma pessoa, uma coisa, um evento material, psíquico ou social, um fenômeno natural, uma ideia, uma teoria etc.; pode ser tanto real quanto imaginário ou mítico, mas sempre requerer um objeto. (JODELET, 2001, p. 5)

A representação social seria um produto, já que os sujeitos estabelecem significados e organizam os significantes da realidade e ação quando apreendem a realidade através de um processo mental, usando para a dispersão das informações a comunicação partilhada pelo grupo social. Assim, a forma pela qual os sujeitos se apropriam da realidade seria seu principal fundamento (JODELET, 2007).

Então as representações sociais são conhecimentos compartilhados socialmente para dar sentido aos fenômenos sociais, formadas pelo conhecimento do senso comum e das partilhas grupais que resultam na compreensão de objetos, pessoas, situações com as quais não se tem familiaridade. As representações que são experienciadas no cotidiano resultam de relações sociais, possuem então uma dupla dimensão: sujeito e sociedade, podendo ser estudadas sob a ótica psicológica e sociológica. Vale ressaltar a existência de um conhecimento de senso comum, que permite elucidar algumas práticas, o que diferencia do conhecimento científico, que busca a generalização e a operacionalização da informação. As trocas de informações que ocorrem entre indivíduos, exprimem mensagens que normatizam as atitudes, quando em discussão essas mensagens são contrárias e um sujeito tenta impor sua opinião ao outro o conteúdo simbólico do objeto que é externo, resulta em representação social. (SALAZAR; CURIEL, 2007).

A ação de representar se constitui pelos aspectos psicológicos e sociais, entendendo os sentimentos que são associados ao objeto, entende-se a dinâmica (sócio) cognitiva, que constroem a representação. É imprescindível considerar os aspectos mentais, psicológicos e socioculturais, além da linguagem e a forma de comunicação, pois estas estão ligadas ao processo que regulam as representações. (SALAZAR; CURIEL, 2007).

Moscovici (2003) ao analisar sua pesquisa, identificou que cada grupo social transforma o

conhecimento científico em senso comum, ou seja, por vezes o conhecimento do mundo científico acaba sendo apropriada por um grupo de forma distorcida ou mais familiar, o que ocasiona as representações sobre o fenômeno exposto. A partir daí, passaram a ser estudados dois eixos sobre as representações sociais, o primeiro abordaria a criação de um conhecimento de âmbito popular, na apropriação da ciência e nas pesquisas entre conhecimento natural e conhecimento científico. O outro eixo se referia na observação da propagação do saber e como as representações sociais se relacionam com a assimilação do saber científico.

Segundo Vala (2006) as representações podem ser explicadas a partir de duas perspectivas, a primeira como reflexo interno de um sujeito sobre a realidade externa que este vive. Já a segunda perspectiva considera que não existe uma distinção entre o universo interior e o universo exterior do sujeito, isto é, que o sujeito e o objeto não são necessariamente distintos

A representação pode ser analisada a partir de três critérios: O primeiro seria observado através de um olhar quantitativo, por ser partilhado por um grupo de pessoas; Em segunda ótica, seriam evidenciados os fenômenos de constituição social das representações, levando em consideração que estas são produtos da atividade cognitiva e simbólica de um grupo; O último critério é o da funcionalidade, responsável pela distinção das representações sociais existentes (VALA, 2006). Desde modo estes critérios possibilitam a exploração do objeto de pesquisa a ser analisado, pois a partir deste criam-se parâmetros de análise que servirão como base fundamental para a construção do projeto.

Moscovici (2003) ainda diferencia as representações sociais em conteúdos: hegemônicas ou coletivas, emancipadas e polemicas. As Representações hegemônicas são formas de entendimento e significados compartilhados por um grupo social, sendo muito coercivas e pouco passíveis a discussão são responsáveis por estruturar o grupo. São conteúdos assumidos com naturalidade, isto é, imperceptível e determinado através da história que é desconhecida por ele.

Os conteúdo emancipado das representações sociais, seriam os valores de um grupo específico e uma solidariedade partilhada de grupo para outro. Cada grupo manteria seus ideais de forma restrita sobre um mesmo objeto, sua coerção se estabelece em certos grupos, onde identificam a autoridade que determina seus conteúdos.

Já as polemicas são representações decorrentes de um conflito social, podendo ser entendidas como os comportamentos contrários em meio a uma situação conflituosa. Apesar de

proposital geram dúvidas e críticas, e arruinam a viabilidade dos conteúdos hegemônicos e emancipados.

As teorias psicossociológicas sobre a construção e o funcionamento dos grupos sociais e sobre os fenômenos da identidade social constituem um importante fator na compreensão da diferenciação social e da dinâmica das representações sociais, conceito nuclear na psicologia social do conhecimento cotidiano. Existem representações que se impõe aos indivíduos, que são hegemônicas e em larga medida, indiscutíveis. Mas há também representações discutíveis, e discutidas pelo diferentes grupos sociais, e cuja consensualidade, no interior dos grupos e entre grupos, se vai construindo e desconstruindo, a par com a conflitualidade, contextual ou estrutural, que atravessa as relações sociais e a atividade cognitiva e estratégica dos atores sociais.

Representação é um ato mental social, seu estudo é baseado em como a mente funciona, processa, reaproveita, reavalia e reexplica. Estas representações sociais circulam nos discursos, sendo trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais. Um exemplo disso é a AIDS, primeira doença cujas histórias médica e social se desenvolveram juntas, antes que biologia trouxesse a explicação sobre a doença, a pessoas elaboraram teorias (drogados, hemofílicos, homossexuais, receptores de transfusões), tratando em um primeiro momento a AIDS como uma doença-punição, de uma sociedade permissiva, uma condenação pelas condutas degeneradas, uma punição pela irresponsabilidade sexual, onde são poupados “os bons cristãos que nem sonham em se comportar mal” (JODELET, 2001). Isto é, mesmo sem saber o que é um determinado fenômeno os indivíduos tendem a tomar uma atitude, geralmente negativa, ancorando um discurso que um grupo tem, porque é o mais confortável, pois tendemos a transformar o não familiar para o familiar. Quando isso falha ocorre uma dissonância cognitiva, onde o sofrimento é fruto de duas crenças que não se comunicam.

Abrieux (2001) afirma que a teoria das representações sociais estabelece que objeto e o sujeito são formados juntos, isto é o objeto é concebido pelo indivíduo com base nas normas culturais estabelecidas socialmente. Podendo ser observada pela abordagem behavioristas, onde o estímulo e a resposta inseparáveis. A resposta não é uma consequência do estímulo, mas determina o objeto, a medida que uma opinião configura características a ele. Portanto, a representação é ao mesmo tempo produto e processo, por sempre estar em buscar de dar

significados de algo para alguém, reestruturando as experiências adquiridas anteriores na vida do sujeito e criando significados aos comportamentos e atitudes através do sistema de referência.

A representação é a interpretação da realidade baseada no contexto ideológico a que se refere que determina as ações e relações sociais. “É um sistema da pré-decodificação da realidade, pois determina um conjunto ' antecipações e expectativas’” (ABRIC 2001, p. 12). As representações teriam uma dupla abordagem: social e cognitiva. Cognitivo a medida que temos um sujeito ativo e social onde o cognitivo é determinado por condições sociais.

As representações sociais tem quatro funções essenciais: De conhecimento, de identidade, de orientação e justificadoras. A função de conhecimento se refere a explicar a realidade através da assimilação das referências anteriores experienciadas pelo sujeito ou grupo, o chamado senso comum; A segunda função, permite o estabelecimento e proteção da identidade social do seu grupo de pertencimento, o que permite certo controle social aos membros deste; A função de orientação se refere a um sistema de pré-codificação da realidade que guia os comportamentos através de três fatores, determina a situação, prozus um sistema de antecipações e expectativas e não depende da evolução de uma interação; e a última função justificadora permite que os sujeitos expliquem seu comportamento em uma situação ou em consideração aos seus colegas.

Assim, a representação seria o conjunto de elementos organizados e estruturados que resultam em informações e crenças de um objeto. Essa organização interna das representações, a chamada núcleo central, é composta de informações que caracterizam o objeto no grupo em questão. Neste as representações se organizam através de dois núcleos, o periférico e central, este pode ser entendido como o elemento fundamental e estável da representação, ao mesmo tempo, em que determina sua significação e organização é resistente à mudança. É vinculada a memória coletiva, estabelecendo a homogeneidade do grupo.

O núcleo determina o significado e organiza a representação, e assegura sua dupla função: geradora e organizadora. Função geradora, determina o significado dos elementos constitutivos da representação. Já a função organizadora, ligam os elementos que constituem a representação. Sendo o elemento mais estável é resistente a mudança da representação, mas quando modificado resulta na transformação total da representação. As representações são diferentes quando são organizadas em dois núcleos distintos e devem ser analisadas na dimensão

quantitativa e qualitativa.

Como dá significado a representação, aparece com frequência nos discursos dos sujeitos, baseados nos valores e normas sociais que formam o pensamento do grupo. Guímelli e Rouquette (1992) usam um modelo quantitativo de indução que mantém um elemento com o conjunto de outras, aparece como um indicador relevante de centralidade. Esse modelo de esquema cognitivo que eles usam calcula a valência de cada item da representação, isto é, quando os elementos aparecem com maior ou menor frequência. O elemento central determina o significado dos outros elementos que formam a representação, seu valor é maior que a dos elementos periféricos.

De acordo com a natureza do objeto e da situação, o núcleo central pode ter duas dimensões diferentes. Dimensão funcional, em situações com propósito operativo: eles serão privilegiados então na representação e constituindo o núcleo central os elementos mais importantes para a conclusão da tarefa. Ou uma dimensão normativa em todas as situações em quem intervêm dimensões diretamente sócio-emocionais, ideológicas ou ideológicas. Neste tipo de situações, você pode pensar que uma norma, um estereótipo, uma atitude fortemente marcada estará no centro da representação. (ABRIC, 2001. p. 22).

A identificação do núcleo central é importante à medida que se busca estudar como se formam os elementos que formam o objeto da representação, e como um este é identificado. Para isso, é fundamental que os elementos que organizam e estruturam a representação sejam associadas com o objeto em questão. Com essas reflexões criam-se dois tipos de representações: Autônomas, onde a organização está relacionada ao objeto em si e as representações não autônomas, onde o objeto está integrado e seu significado se encontra fora do objeto em questão. (ABRIC, 2001).

Já os elementos periféricos são organizadas em torno do núcleo central, por isso seu valor e função são determinados pelo núcleo. Ao lado do núcleo, desempenham um papel importante na realização do significado da representação, mais distante dele ilustram, esclarecem, justificam a significação. Os elementos periféricos se referem à parte mais flexível das representações sociais, levando em consideração as histórias individuais dos sujeitos. E apresentam três funções: Concreta, permite que se estabeleça a representação concreta da realidade e experiência do sujeito; Regulação e defesa, se refere a adaptação da representação baseada no sistema de valores

de um grupo; E a última a defesa, que defende, pondera novas informações e sustenta possíveis contradições. Alterando os elementos periféricos se transforma a representação.

Existem três formas de separar os elementos centrais dos periféricos: em primeiro através de seu valor simbólico, em segundo lugar pelo seu valor associativo e em terceiro pelo seu valor expressivo. O primeiro, não medida que não pode ser questionado; o segundo, pois ligada ao número de constituintes da representação; e por último, pela frequência em que se manifesta. (ABRIC, 2001).

Moscovici e Vignaux (2003) entenderam que um elemento que forma o núcleo central é a *themata*. Esta seria o conhecimento persistente, inconsciente e pouco questionado, que tem função geradora de ideias a medida que apresenta vários conteúdos. Ela provém da memória coletiva e dos símbolos que transmitem a mensagem a indivíduos e grupos sociais, usando os princípios do senso comum para representar conteúdos que não são conhecidos. Assim, seria parte do núcleo central, pois causariam as ideias do núcleo periférico.

O *themata* tem poder generativo e normativo nas construções das representações sociais, ela é a ideia central que constitui uma representação social. Esse pensamento universal anterior sofre transformações no decorrer do tempo nas sociedades, em certa medida, são autônomas e dissociadas da estrutura social.

De onde vêm essas ideias ao redor das quais as representações são formadas ou mesmo são geradas? O que existe, na sociedade, que irá “ter sentido” e manter a emergência e produção de discurso? E, como consequência, como é que certas representações - entre todas aquelas produzidas por um discurso qualquer - podem chegar a ser qualificadas como sociais e exatamente sob qual fundamento? (MOSCOVICI; VIGNAUX, 2003, p. 222).

Para responder tais questionamentos, os autores acima assumem que a cognição humana pressupõe processos de aprendizado e de memória, que se desenvolvem por meio de processos de adaptação dos indivíduos. Essa gera conhecimento que será organizado na direção de conteúdos cotidianos, considerado a origem do conhecimento aceito. (MOSCOVICI; VIGNAUX, 2003).

1.1 Formação

Através de sua pesquisa Moscovici (2003) indicou que as representações sociais são

formadas a partir de dois processos fundamentais, responsáveis por sua origem e organização e estruturação, são elas: A objetivação e a ancoragem.

O processo de objetivação seria responsável pela organização dos elementos que formam a representação e pelo percurso pelo qual o objeto adquire materialidade, resultando em símbolos que são pensados como natural e assim compartilhado pelo grupo. A objetificação ocorre em três etapas: construção seletiva, esquematização e naturalização.

A primeira fase é a construção seletiva, onde todas as informações, crenças e ideias relacionadas ao objeto da representação passam por um processo de seleção e descontextualização. O segundo processo é a chamado de esquematização, acontece ao mesmo tempo que a fase anterior, ele é responsável pela organização dos elementos para que se estabeleça um significado para o objeto de representação, resultando em algo compreensível aos indivíduos. O terceiro e último processo é a naturalização, onde os a representação se torna um mediador de comunicação, os conflitos retidos e as respectivas relações se estabelecem como categorias naturais, adquirindo materialidade. Seria a adaptação das ideias de uma representação para a vida cotidiana.

O processo de ancoragem coroa o processo de objetivação, e é baseada nas ideias de Piaget sobre assimilação. A assimilação de um novo objeto por outro já existente no sistema cognitivo do sujeito, isto é, antigos objetos servirão como exemplo base para a construção da representação do novo objeto, por isso ela ocorria antes e após o processo de objetivação. O processo é responsável pelo enraizamento da informação que estabelecerá a representação, usada no cotidiano. A ancoragem denota que a construção de uma representação é processada através dos sistemas de valores que antecede a sociedade e seus diferentes grupos.

1.2 Comunicação e Representações Sociais

Moscovici (2003) afirma que as RS são passadas através dos sistemas de comunicação, que são baseados na cultura de um povo. Os indivíduos assimilam as informações passadas por esse sistema que acontece em três instancias da imprensa, seriam elas: difusão, propagação e propaganda.

A difusão seria a vulgarização da informação, vista na maioria da mídia de grande circulação, encontradas em países de regimes democráticos. Estes modulam as opiniões e

comportamentos referentes a temas variados da vida da população. Como existe uma distância entre o objeto e o emissor de comunicação, a disseminação seria mais eficaz porque existiria uma margem de ajuste da mensagem entre as partes que envolvem a comunicação. Os modelos sociais transmitidos pela mídia sobre as questões de relações sociais, por exemplo, tem efeito sobre os indivíduos devido ao vínculo sócio-cognitivo-afetivo que o tema tem para eles. Quando é retratado em uma telenovela que o bonzinho, sempre vence o bandido, que o pobre vira rico, afinal tudo dá certo após um sofrimento contínuo ao longo de sua história. Estabelecendo estereótipos de papéis de indivíduos Rouquette (1998).

A segunda instância é a propagação, esta conectada ao mecanismo ideológico das instituições, voltada para um grupo que possui um sistema princípios próprios, e provocam as atitudes dos sujeitos passivos de forma a adaptar as representações do sistema de valores da instituição de referência e aceitação de seus ideais morais para população. As atitudes que são estabelecidas por essa mídia são sempre dominantes e autoritárias, a escolha frente a ela trará consequências decorrentes de seu ascendente cultural (Rouquette, 1998).

A terceira instância da mídia é a propaganda, onde o objetivo é gerar e reforçar a representação, usando estereótipos, para o controle e ordem social. Ela estabelece o certo e errado, o verdadeiro e falso, o que é útil ou não, e permitem a direção e o posicionamento do sujeito para uma ação concreta, frente a ideia de uma representação. A propaganda seria então um esquema para reações dicotômicas dos fenômenos de representação, sua característica é vender uma ideia como verdadeira usando sua perspectiva, ou seja, a ideia trazida inicialmente já contém outras informações além da explicitadas.

Vemos então que a imprensa é composta por indivíduos que vivem em sociedade, assim o pensamento do sujeito é um reflexo social e a imprensa propagaria estas representações modelando consequentemente o comportamento do indivíduo, no caso das mulheres deixam de ser as vítimas e passando a responsáveis pela violência sofria por não desempenharem corretamente o papel tradicional feminino, logo culpabilizadas seus nomes caem no esquecimento e viram um número a mais nas estatísticas.

Sá (1998):

Os fenômenos das representações sociais estão “espalhados por aí”, na cultura, nas

instituições, nas práticas sociais, nas comunicações interpessoais e de massa e nos pensamentos individuais. Eles são por natureza difusos, fugidios multifacetados, em constante movimento e presentes em inúmeras instâncias da interação social. (SÁ, 1998, p. 21).

Por isso a relevância de se estudar sobre as representações sociais, se pesquisar sobre ele um novo tipo de conhecimento sobre os fenômenos de saber social. O fenômeno em si é mais complexo do que o objeto de pesquisa, existindo então uma simplificação do fenômeno ao se estudar o objeto que forma a representação social, e esta teoria se apresentaria como uma simplificação da realidade. E quando o fenômeno da representação é simplificado se torna um objeto de estudo. (Sá, 1998).

A representação social preenche algumas funções de manutenção da identidade social e equilíbrio sócio-cognitivo, os quais se encontram ligados. Ao passo que, ao se pensar a cognição como algo social, seria o primeiro caminho para a concepção de novas pesquisas. (JODELT, 2001).

Portanto o sistema de comunicações é formador e perpetua as representações sociais, uma vez que é baseado na cultura de uma sociedade, assim os jornais em massa são dirigidos a um grande público em um curto espaço de tempo, tendo como intuito de informar e persuadir. Essas mensagens podem conter informações inconscientes para os receptores, e assim podem produzir ou transformar as informações acerca do feminicídio.

CAPÍTULO II

2 O Femicídio

O termo feminicídio ou femicídio é baseado na palavra femicide, utilizado pela primeira vez diante do Tribunal Internacional Sobre Crimes contra as Mulheres, em Bruxelas, no ano de 1976, por Diana Russel, para caracterizar o assassinato de mulheres motivado pela sua condição de mulher. Porém seu conceito foi postulado apenas em 1990, em trabalho conjunto entre Russel e Jany Caputi, onde definiram o termo como a morte violenta de mulheres baseada no continuum de violência como: tortura, prostituição forçada, estupros corretivos, espancamentos, mutilação e privação de liberdade para mulheres, que ocorre de muitas formas no ambiente privado por parte de maridos, namorados, pais, conhecidos ou até mesmo por homens desconhecidos. (Meneghel; PORTELLA, 2017).

De acordo com Meneghel e Portella(2017):

A morte das mulheres representa então a etapa final de um continuum de terror que inclui estupro, tortura, mutilação, escravidão sexual (particularmente na prostituição), incesto e abuso sexual fora da família, violência física e emocional, assédio sexual, mutilação genital, cirurgias ginecológicas desnecessárias, heterossexualidade compulsória, esterilização e/ou maternidade forçada, cirurgias psíquicas, experimentação abusiva de medicamentos, negação de proteínas às mulheres em algumas culturas, cirurgias cosméticas e outras mutilações em nome do embelezamento (PORTELLA; MENEGUEL, 2017, p. 3).

Esses crimes são os resultados de um terror sexista antifeminino motivado por sentimento de propriedade, ódio e menosprezo do homem diante da figura feminina. O fenômeno femicide começou a ganhar relevância na América Latina em decorrência das denúncias de desaparecimentos e assassinatos de mulheres na cidade de Juarez, México. Não há um consenso em relação ao número de mulheres desaparecidas e mortas na cidade, mas segundo a antropóloga e feminista Mexicana, Lagarde (2004), a 263 mulheres foram assassinadas e 4500 desapareceram entre os anos de 1993 a 2003.

De acordo com Lagarde (2004), o feminicídio tem uma dimensão política a medida que o Estado permite a continuidade dessas mortes, por sua omissão na investigação do caso,

identificação e responsabilização dos criminosos. Por isso formulou o conceito do feminicídio como:

Há feminicídio quando o Estado não dá garantias para as mulheres e não cria condições de segurança para suas vidas na comunidade, em suas casas, nos espaços de trabalho e de lazer. Mais ainda quando as autoridades não realizam com eficiência suas funções. Por isso o feminicídio é um crime de Estado. (LAGARDE, 2004, p. 6).

Um dos casos de grande repercussão é descrito no artigo de López (2012), onde três mulheres, operárias das indústrias maquiladoras, foram assassinadas e seus corpos encontrados em um campo de algodão na cidade de Juarez. Ressaltando que as indústrias maquiladoras em Juarez, priorizaram a contratação de mulheres, sendo esta a grande motivação destes homicídios. Pois a mulher que antes era dependente se torna provedora, assim modifica não só seu papel enquanto mulher, mas o papel social do homem no ambiente de trabalho e familiar. Assim as noções de certo e errado, normal e patológico acabam se confrontando, gerando problemas através da concepção pré-existentes dos papéis de gênero impostos e perpassados socialmente na cultura pelo modelo Patriarcal.

Carcedo (2010) afirma a crueldade se torna um indicador nos casos de feminicídio, porque o agressor, além de matar, e deixa uma mensagem de depreciação a figura da mulher, escrevendo em seus corpos palavras depreciativas como: cadela ou puta, colocando objetos que tem intuito humilhar, como exemplos, preservativos, para que associar um ataque sexual. Além disso, deixam seus corpos nus como forma de desamparo, abandono e humilhação. A crueldade se torna um indicador de feminicídio.

Copello (2012), afirma que existem outros fatores além da diferença de gênero e o pertencimento da vítima ao sexo feminino, outros fatores de opressão social também levam ao feminicídio. São eles: A classe, a etnia, a violência da localidade em que acontece o crime e o desenraizamento social.

Com razão disse Ravalo Blancas, referindo-se aos assassinatos na Cidade de Juárez- na fronteira norte entre o México e os Estados Unidos da América-, que para entender o problema é preciso redimensionar os elementos que formam parte do contexto social em que se produz o feminicídio e caracteriza essa fronteira, como os processos de migração, o desenvolvimento da indústria maquiladora de exportação, o poder alcançado pelo narcotráfico, o crime organizado, o tráfico de pessoas sem documentos, armas, tráfico humano, prostituição forçada, pornografia sádica e a violência cotidiana que em geral, produz poder e morte. (COPELLO, 2012, p.131).

Com isso o termo feminicide precisou ser traduzido do inglês para o espanhol, para que pudesse ser incorporado pela cultura, sendo assim um fenômeno pertencente à sociedade em questão. A sua tradução resultou duas expressões: o femicídio e feminicídio. A pesquisa indica que não existem consensos sobre os conceitos anteriores, mas dada a diversidade dos contextos políticos e socioculturais em que ocorrem as mortes de mulheres, pode-se dizer que os conceitos de femicídio e feminicídio remetem a desigualdade de gênero como causa primeira da violência que as mulheres sofrem ao qual somam-se elementos e fatores que contribuem para construir um panorama global das mortes evitáveis de mulheres em razão de gênero (PASINATO, 2016). Termos estes objetos de discussões em nível latino-americano, pois as duas expressões são muitas vezes ditas como sinônimos tanto na literatura que aborda questões femininas, e nas jurisdições dos países que tipificam o crime.

O feminicídio se referiria em uma abordagem mais restritiva, ao assassinato violento de mulheres motivado pela simples razão das vítimas serem mulheres. Já o femicídio, em uma abordagem mais ampla, seriam mortes vivenciadas pela mulher pela sua condição de mulher, isto é, sua mortalidade devido a um aborto inseguro, câncer e outras doenças predominantemente femininas, maus tratos e desnutrição seletiva de gênero. Essas mortes de mulheres são incluídas no femicídio, quando causadas por ações ou omissões que não necessariamente constituem um crime prescrito em Constituição, mas quando falta um elemento necessário para que esta vida continue ou quando comportamentos que não podem ser atribuídos a uma pessoa específica levam a fenecimento. Isso se torna uma problemática à medida que o ato não é descrito como um crime, não é considerado uma violação dos direitos humanos determinada pelo Estado relacionada à garantia do direito à vida da mulher.

Nessa perspectiva, é possível verificar que as investigações produzidas na América Latina nos últimos anos referem-se apenas às mortes restritivas, vítimas do feminicídio, ao passo que os casos de femicídio não são considerados crime Constitucional criam-se dificuldades em estudar as questões abarcadas por ele. Apesar da responsabilidade internacional do Estado em relação a sua obrigação no domínio dos direitos humanos, as mortes mais amplas não se configuram como crime, tendendo a grande dificuldade de estudos na área ao passo que não representa um problema de saúde pública e de violação aos direitos humanos estes são descartadas como objeto.

A classificação tradicional do feminicídio é baseada na pesquisa de Russel (1976), que

distingue entre feminicídio íntimo, feminicídio sexual e feminicídio por conexão. O primeiro refere-se a assassinatos cometidos por homens com quem a vítima teve ou tem uma relação íntima, familiar, de coexistência ou relacionado a estes; o segundo, são aqueles cometidos por homens com quem a vítima não teve tais relações e que frequentemente envolve um ataque sexual anterior, por isso também é chamado feminicídio sexual; O último chamado feminicídio por conexão se refere às mulheres que foram mortas ao tentarem intervir ou foram pegas na ação do feminicídio.

Este é apenas um conceito que tenta delinear de forma geral os aspectos que envolvem o feminicídio, outros autores mostram outras diferenciações do conceito como Segato (2006), ao reportar os casos de feminicídios ocorridos na cidade de Juarez, México, como feminicídios corporativos. Este teria sido motivado por características particulares vividas na cidade em questão.

Analisar esse fenômeno possui relevância observando o caráter social das diferenças de gênero existentes na sociedade brasileira. Conceituar como feminicídio os assassinatos de mulheres pelo fato de serem mulheres constitui um avanço na compreensão política do fenômeno que era há pouco tempo não era estudado. Não é um fenômeno isolado das nossas realidades, ao contrário, é uma das consequências mais cruéis da subordinação da mulher e da negação da sua autonomia. Partindo dessa premissa, a análise desses delitos não pode ser dissociada do fator discriminação que sofrem as mulheres, da violência estrutural, sistemática e da ausência de políticas públicas visando à prevenção, a punição e a erradicação desse tipo de violência contra as mulheres. Estamos frente a uma sociedade que tem o dever de respeitar, proteger e promover o direito a uma vida livre de violência. (MELLO, 2016, p. 141).

Daí a importância de considerar os aspectos que norteiam a sociedade acometida pelo fenômeno, o silêncio social, a desatenção, a ideia de que existem problemas mais graves e urgentes, assim como a vergonha, contribuem para o feminicídio e para não modificar a situação, pois uma vez que essas tendências são evidenciadas criam-se reflexões em torno da classificação criminal de feminicídio ou feminicídio. (MELLO, 2014).

2.1 Violência de Gênero

Através de uma análise histórica podemos notar que questões referentes a direitos e deveres do sujeito enquanto ser social se estabelece através da concepção de gênero, que demarca

o lugar em que cada indivíduo se enquadra, criando uma representação, baseada na questão de gênero, estabelecida desde a infância onde espera-se que meninos devam se comportar de um determinado jeito e as meninas de outro, essas maneiras evidenciam-se em vestuário, brincadeiras e características e comportamentos.

De acordo com Beauvoir (1949) essa concepção é uma construção social: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade” (BEAUVOIR, 1949, p.9). Aqui nasce a concepção de gênero que se refere ao papel esperado diante da figura feminina e da masculina, ou seja, a noção da imagem ideal que define quem você é, e será de acordo com o construto social da representação do gênero a ser desempenhado através do sexo biológico. Noção essa que passou a ganhar relevância a partir do século XX em decorrer das lutas feministas norte-americanas. (SCOTT, 1995).

Nesse sentido o papel da mulher é construído socialmente, o biológico não determina as características atribuídas ao indivíduo, e sim são resultados de uma construção social que criam representações do que é ser homem e mulher. Assim, gênero não seria algo natural, pelo contrário é fruto de uma história da civilização que determina os indivíduos desde a antiguidade. Resultante na concepção de um ideal da figura da mulher, que determina feminilidade e um papel secundário da sua própria vida, uma vez que existe uma concepção o que não é seguido, torna-se errado, podendo ocasionar atos violentos que se recostariam nesses preceitos.

A violência de gênero é um termo amplo que alude à violação de direitos que acontece a determinado gênero. A partir dos anos 2000, a violência feminicida passa a ser incluída como violência de gênero como reconhecimento de que os direitos das mulheres não eram objeto de proteção adequada. Isso permitiu reconhecer que a violência contra a mulher é um tipo de violência de gênero, o que justifica a adoção de medidas específicas pautadas na prevenção e sanção, bem como elucidar outras formas de violência de gênero que ocorrem de forma normativa em cada país. Infelizmente, a confusão de conceitos que já é apresentada a nível teórico é agravado por certas legislações, restringindo a noção de da violência de gênero de tal forma que eles necessariamente deixam excluídos este conceito qualquer forma de agressão dirigida contra outros assuntos e mesmo que exercido contra as mulheres em áreas que não as indicado na lei (Vásquez, 2009).

Para Lagarde:

A violência de gênero é a violência misógina contra as mulheres pelo fato de serem mulheres, situadas em relações de desigualdade de gênero: opressão, exclusão, subordinação, discriminação, exploração e marginalização. As mulheres são vítimas de ameaças, agressões, maus-tratos, lesões e danos misóginos. As modalidades de violência de gênero são: familiar, na comunidade, institucional e feminicida (LAGARDE, 2004, p. 33).

Para compreender o papel da mulher na sociedade, há de se percorrer e conhecer a história da mulher, começando pela formação de sua identidade, de seus grupos sociais e seu posicionamento no contexto familiar.

A desvalorização e o vitupério da mulher são uma realidade comum a inúmeras civilizações de todos os tempos e lugares. No entanto, a origem da sua retórica situa-se no berço da civilização ocidental. Foi Antípatro de Tarso, filósofo estoíco, que, já na época helenística, introduziu a palavra *μισογονία* para designar o ódio, desgosto, desconfiança pelas mulheres”, curiosamente numa obra em defesa do casamento (c.150 a. C.). O contexto é a referência à reputação misógina da escrita (*τὴν μισογονίαν ἐν τῷ γράφειν*) do tragediógrafo Eurípides (480-406 a.C.). (LOPES, 2012, p. 2)

Essa misoginia se originou pela cultura Romana que contribuiu para o imaginário do papel da mulher no mundo clássico, por exemplo, em seu mito de Pandora que influenciou a história Bíblica e do Alcorão de Eva. A Grécia Antiga foi o berço para a fundamentação da razão e da ciência, concepções estas que retrataram a mulher como uma criatura com aspectos negativos como: irracional, instável, perversa, libidinoso e incapaz. Este discurso foi incorporado na cultura romana, e fortalecido pelas culturas judaico-cristãs. (LOPES, 2012).

A caixa de Pandora é um mito grego que traz a história de Pandora, a primeira mulher da Terra criada por Zeus. Mas antes de enviá-la a Terra, Zeus lhe disse para não abrir a caixa que a acompanharia, mas tomada pela curiosidade não respeitou a ordem e abriu a caixa, libertando todos os males do mundo. Já no mito de Eva, a primeira mulher do mundo clássico criada por Deus, e gerada de uma costela do primeiro homem, Adão. Narra como a humanidade herdou o pecado original, ao dizer que Eva seduzida pela serpente e comeu o fruto proibido da árvore do conhecimento e influenciou Adão a também experimentar a maçã proibida, esta transgressão resultou na expulsão de ambos do Jardim do Éden, conhecido como paraíso.

Nota-se que desde os primórdios da humanidade a mulher é vista como uma criatura passível de erros, que por curiosidade ou enfrentamento das regras impostas acabam cometendo um ato que gera consequências negativas não só a nível individual, mas também coletivo. Através das histórias é observado que quando as mulheres buscam por sabedoria acabam destruindo todos os pilares sociais e exterminando o mundo em que vivem. Até hoje a sociedade é atravessada por essa ideologia ao mostrar resquícios perpetuados através desses mitos, enraizados culturalmente que determina o papel da mulher. Um papel de coadjuvante em relação ao homem, e quando tenta se tornar protagonista de sua história, destrói o mundo a sua volta, gerando uma dissonância cognitiva no outro, por tornar confusa a representação que é esperada dela enquanto mulher, ao mesmo tempo em que desconfigura o papel do homem.

Ao se pesquisar sobre a história da mulher, verifica-se que desde os primórdios da sociedade a figura feminina era associada ao aparelho reprodutivo, que as associava a figuras fisicamente frágeis ao mesmo tempo trazendo a ideia de que elas eram passíveis a comportamentos erráticos e imprevisíveis, já que sua figura era baseada no seu corpo. De acordo com Soihet (1997), essa ideia de inferioridade feminina surgiu com base nas ideias iluministas.

A inferioridade feminina que encontra suas raízes na diferença sexual estender-se-á a todo seu ser, em particular às suas faculdades intelectuais. Constituem-se as mulheres, de acordo com a maioria dos filósofos iluministas, no ser da paixão, da imaginação, não do conceito. Não seriam capazes de invenção e, mesmo quando passíveis de ter acesso à literatura e a determinadas ciências, estariam excluídas da genialidade. A beleza, atributo desse sexo, era incompatível com as faculdades nobres, figurando o elogio do caráter de uma mulher como uma prova de sua fealdade. O sentimento e a razão apresentam-se como suplementos da beleza. (SOIHET, 1997, p.3).

Constituem-se as mulheres, de acordo com a maioria dos filósofos iluministas, no ser da paixão, da imaginação, não do conceito. Não seriam capazes de invenção e, mesmo quando passíveis de ter acesso à literatura e a determinadas ciências, estariam excluídas da genialidade. A beleza, atributo desse sexo era incompatível com as faculdades nobres, figurando o elogio do caráter de uma mulher como a prova de sua fealdade. (Soihet, 1997).

Para a maioria dos iluministas, era patente a menor possibilidade das mulheres de abstrair e de generalizar, ou seja, de pensar. Assim, o processo genético dos conhecimentos que conduz ao pensamento abstrato teria na mulher ficado congelado,

completando-se o processo, apenas, nos varões. A mulher teria permanecido na etapa da imaginação. Não a imaginação que geneticamente contribui para o conhecimento, mas aquela enganosa que nos faz tomar os desejos por realidades, cujo excesso pode levar à loucura e, mesmo, à morte (SOIHET, 1997, p.3).

Nesse aspecto as mulheres seriam capazes de fazer uso da imaginação, mas não usariam a razão em suas vidas, pois não teriam esta capacidade como atributo já que esta era uma característica predominantemente masculina. Nesse raciocínio a figura masculina seria “endeusada” já que a razão que este possui seria extremamente valorada, pois esta que diferenciaria os homens dos animais por serem irracionais. Sendo assim, mesmo após estudos e leituras científicas, a mulher nunca poderia conceituar um pensamento racional, o que a assemelharia a um animal irracional, pois não haveria possibilidade de desempenhar atos racionais por não ter capacidade mental para realizar tal ato, ficando a seu cargo a beleza. A educação tinha com intuito o desenvolvimento das especificidades de cada sexo, onde o homem desempenharia atividades que envolvessem as questões racionais, sendo estimulada nas mulheres as atividades que envolvesse o cuidado com lar e a família.

Desde modo os estudos femininos eram pautados na educação doméstica, para que estas pudessem cuidar do ambiente familiar e obedecer ao marido eram seu destino. Com isso a principal característica da mulher seria a maternidade. Por outro lado, as mulheres que não desempenhassem o papel da mulher socialmente aceito, (que é reflexo proposto pela Igreja Católica), ou seja, que são dotadas de inteligência e possuíssem erotismo forte, como as prostitutas, loucas e criminosas natas eram excluídas e consideradas inaptas para viver em sociedade (SOIHET, 1997).

Nessa perspectiva haveria uma hierarquia entre os sexos, onde a figura feminina se encontraria abaixo da masculina, assim se configura o início da história da violência contra as mulheres que são pautadas na dominação do homem sobre a mulher, tornando-a inferior e submissa em relação ao outro. Tal ruptura começa a sofrer mudanças a partir da década de 1920, movimentos aos quais as mulheres buscaram mais igualdade entre os gêneros e autonomia, sendo as principais reivindicações o exercício do trabalho, a igualdade nas atribuições, o acesso à educação, a plenitude de direitos políticos e civis.

A distinção entre violência de gênero e violência feminicida traz novos questionamentos em torno de quem pode ser incluído na categoria de mulheres, e como isso afetaria indivíduos

transexuais e intersexuais. Na medida em que gênero se refere ao papel social que a pessoa exerce em seu grupo.

2.2 Marco regulatório internacional e feminicídio / femicídio

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), de 1979, doravante denominada Convenção da Mulher, foi assinada por sessenta e quatro países no ano de 1980, e entrou em vigor no ano de 1981. É o primeiro tratado internacional que dispõe amplamente sobre os direitos humanos das mulheres de todo o mundo. A CEDAW apresentou como objetivos principais a promoção dos direitos da mulher na busca de igualdade de gênero e conter quaisquer discriminações contra a mulher nos Estados que fazem parte ao acordo.

Até outubro de 2005, 180 países haviam aderido à Convenção da Mulher, passando então a se responsabilizar pelo processo de extinção da discriminação contra a mulher através da adoção de medidas legais, políticas e programáticas. Além disso, é seu dever assegurar a igualdade de direitos em relação ao casamento e às relações familiares praticadas por qualquer pessoa, organização, empresa e pelo próprio Estado.

Seu cumprimento dependerá de ações dos poderes: legislativo, na adequação da legislação nacional aos parâmetros igualitários internacionais; do Executivo, na elaboração de políticas públicas voltadas para os direitos das mulheres; e por último do Judiciário, na proteção dos direitos das mulheres e no uso de convenções internacionais de proteção aos direitos humanos para fundamentar suas decisões.

Como forma de fiscalizar o acordo, são realizadas verificações através da: Análise de relatórios apresentados periodicamente pelos países, com a elaboração de observações e recomendações específicas a cada caso; Preparação de Recomendações Gerais que buscam interpretar os direitos e princípios previstos na CEDAW; E consideração das comunicações apresentadas por indivíduos ou grupos de indivíduos que aleguem a ocorrência de violações a quaisquer direitos previstos na Convenção. Estas comunicações têm o intuito de verificar quais as providências que estão sendo tomadas para a superação do problema. (PIMENTEL; SILVA,

1979).

Assim, os países passam a se responsabilizarem pela violência dirigida às mulheres. Ao assinar o acordo tornam-se conscientes da discriminação que impedem o direito a liberdade e igualdade entre homens e mulheres. O Estado é obrigado a desenvolver medidas para garantir o respeito desses direitos.

Outro marco importante na luta contra a violência da mulher foi a Convenção Interamericana para Prevenir, Sanção e Erradicar a Violência contra as Mulheres, que ocorreu em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Nesse os países partes do acordo consideram a violência como qualquer conduta com base em gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada e adotam meios apropriados e rápidos, como políticas para a prevenção, punição e erradicação dessas violência.

Como forma de fiscalizar o acordo, os trinta e quatro países partes passam a ter o dever de formular um relatório e incluir medidas que devem ser adotadas para prevenir e erradicar futuros casos, bem como solicitar à Corte Interamericana de Direitos Humanos parecer sobre a interpretação desta Convenção.

Esses acordos dão ênfase na discriminação que existem contra as mulheres na maioria das sociedades, levando em consideração os direitos que os homens tem em comparação a mulher, patriarcal de submissão feminina frente à figura masculina. A discussão permite a reelaboração das leis que existem em prol bem estar e a vida da mulher, dando responsabilidade a questão da violência ao Governo. À medida que políticas públicas fundamentam tanto o certo e errado, como os direitos e deveres das pessoas enquanto seres sociais, passa a ser dever o estado a garantia desses direitos fundamentais.

2. 3 A Tipificação do Femicídio

Por conta dos inúmeros casos de violência sofridos pelas mulheres no Brasil, estabeleceu-se no código penal, a Lei n ° 11.340/2006, criada como forma de proteção as pessoas e estabelece cinco tipos de violência: físico, patrimonial, sexual, moral e psicológico. Esta Lei conhecida como Lei Maria da Penha, em particular possibilitou o estudo sobre a violência contra a mulher e evidenciou os casos de mulheres mortas vítimas da violência. Diante disso em 2015

foi sancionada a Lei nº 13.104, chamada da Lei do Femicídio.

A Lei nº 13.104, de 9 de Março de 2015, é uma alteração do artigo 121 do Decreto-lei nº 2.848 do código penal, de 7 de dezembro de 1940, coloca o feminicídio como circunstancia qualificadora do crime de homicídio, e do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 que o inclui no rol dos crimes hediondos. Além disso, previu um aumento de pena, de um terço até a metade, quando o feminicídio aconteça: durante a gestação, aos três meses posteriores ao parto, quando a mulher é menor de quatorze e maior de setenta anos, pessoa deficiente, na presença de ascendente ou descendente da vítima.

O Brasil foi o 16º país da América Latina a prever tal figura e configura o feminicídio, a lei traz a seguinte redação:

Art. 1º O art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação: Homicídio simples
Art. 121. [...]
Homicídio qualificado
§ 2º [...]
Feminicídio
VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino:
[...]
§ 2º -A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:
I - violência doméstica e familiar;
II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.
[...]
Aumento de pena
[...]
§ 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado:
I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;
II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência;
III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima.” (NR)
Art. 2º O art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte alteração:
“Art. 1º [...]
I - homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º , I, II, III, IV, V e VI);
[...] (NR)
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Desde modo só se pode denotar feminicídio, quando o sujeito passivo é do sexo biológico feminino, não se aplicando em casos que envolvam transexuais ou travestis, já que

esses casos denotam gênero e não sexo.

O período Colonial deixou seu modelo patriarcal como herança para os novos períodos. Esse modelo patriarcal e machista determina hierarquicamente o lugar da mulher abaixo da figura masculina, tendo que viver sob opressão do mesmo, a medida que a mulher tenta quebrar esse papel cria-se a violência. Esse medo sofrido constantemente pela mulher sob a figura masculina paralisa e por vezes isola, a vítima é afastada do convívio social e perde a noção dos seus direitos enquanto cidadã, e não encarando o ato como uma violência e sim como punição de uma ação não apropriada sob o viés do gênero feminino, que determina o padrão social que o papel do sexo feminino deva exercer. Por isso é preciso construir políticas públicas voltadas ao direito da mulher, e para conscientizar aos leigos em questão que envolvam direitos e deveres determinados em Constituição, uma vez que existe o conhecimento sobre o assunto cria-se novas discussões e possibilidades que reflitam numa educação voltada a direitos e deveres dos cidadãos enquanto ser social.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (CERQUEIRA, D., et al., 2017) em seu Atlas da violência 2017, 4.621 mulheres foram assassinadas no Brasil em 2015. Porém os dados não revelam os casos de mulheres vítimas de feminicídios, demonstrando uma problemática. Já que não há um panorama que evidencie quantitativamente um crime estipulado, como bárbaro, cria-se um paralelo de conceitos que divergem. O código penal determina o feminicídio como um crime hediondo, ao mesmo tempo em que não estipula o número de mulheres que morreram devido a sua condição de gênero. Isso minimiza o Decreto de Lei 13.104, enfraquece o sistema e aumenta as crenças sociais que determinam o limite da moralidade. Ressaltando a importância de se estudar a violência sofrida pela mulher, as pesquisas evidenciam o grande número de casos e proporcionam a reelaboração dos elementos de motivação e perpetuação que resultam em feminicídio.

Os dados indicam que entre 2005 e 2015 ocorreu um crescimento de 7,3% de homicídios de mulheres, entre os anos de 2010 e 2015 houve uma diminuição de 1,5%. E nos anos de 2014 e 2015 essa taxa diminuiu para 5,1% em 18 Unidades Federativas. Essa queda pode ter sido influenciada pela Lei Nº 13.104, de 9 de março de 2015, a Lei do Feminicídio. Antes do seu decreto o assassinato de mulheres já era considerado como crime, mas com a sanção desta o crime passou a ser evidenciado como hediondo e motivado pelo fato da vítima ser mulher.

Há ainda que se destacar que esses dados possuem disparidades entre mulheres negras e não negras, entre 2005 e 2015, ocorreu uma diminuição de 7,4% de mortalidade de mulheres não negras, enquanto houve um aumento de 22% de casos de morte de mulheres negras. Além disso, houve um aumento no número de mulheres vítimas de morte por agressão, em 2005 a taxa era de 54,8% chegando a 65,3% em 2015. A taxa de 65,3% diz respeito a mulheres negras vítimas de assassinatos no Brasil. Essa informação evidencia a desigualdade de gênero e de raça que existem no Brasil, informação que é uma peça fundamental na compreensão da noção de violência fatal sofrida pela mulher.

Os dados também mostram que muitas dessas mortes poderiam ter sido evitadas, pois antes do ato final ocorreu um continuum de violências retratadas pela Lei 11.340/06, a Lei Maria da Penha. Isto é, se a Lei Maria da Penha fosse tratada com maior rigor e precisão como descrita, ao invés de ser determinada pela interpretação do caso realizada por um juiz, a taxa de mortalidade de mulheres vítimas de violência poderia ser menor. Para isso a rede de atendimento à mulher deve oferecer meios para que a mulher vítima de violência possa sair deste ciclo de violência, e não fazer parte da taxa de mortalidade de mulheres vítimas de violência.

No Atlas da Violência 2018 (CERQUEIRA, et al., 2018) 4.621 mulheres foram assassinadas no Brasil em 2016. Os dados indicam que entre 2006 e 2016 ocorreu um crescimento de 6,4% de homicídios de mulheres, entre os anos de 2015 e 2016 houve uma diminuição de 1,6%. Há ainda que se destacar que esses dados possuem disparidades entre mulheres negras e não negras, os dados de 2016, a taxa de homicídios é maior entre as mulheres negras 5,3% e entre as não negras é de 3,1%. Além disso, informa que ainda não existe na base de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade dados sobre feminicídio, impossibilitando a identificação das vítimas desse crime.

Os dados também mostram que muitas dessas mortes poderiam ter sido evitadas, pois antes do ato final ocorreu um continuum de violências retratadas pela Lei 11.340/06, a Lei Maria da Penha. Isto é, se a Lei Maria da Penha fosse tratada com maior rigor e precisão como descrita, ao invés de ser determinada pela interpretação do caso realizada por um juiz, a taxa de mortalidade de mulheres vítimas de violência poderia ser menor. Para isso a rede de atendimento à mulher deve oferecer meios para que a mulher vítima de violência possa sair deste ciclo de violência, e não fazer parte da taxa de mortalidade de mulheres vítimas de violência.

Por isso é importante distinguir a motivação sob a ótica do direito penal brasileiro que leva os casos de homicídio e feminicídio, este seria motivado pelas “razões da condição de sexo feminino”. Já aquele seria motivado por preconceito de raça, cor, etnia, orientação sexual e identidade de gênero, deficiência, condição de vulnerabilidade social, religião procedência regional ou nacional, ou por outro motivo torpe; ou em contexto de violência doméstica ou familiar.

Outro aspecto importante da lei do feminicídio foi que ela inseriu o feminicídio no rol dos crimes hediondos, assim como já eram classificados os outros homicídios qualificados, por isso o tribunal do júri que é o órgão jurisdicional competente para o julgamento dos homicídios de mulheres em razão de serem mulheres. (LACERDA, 2017, p.17).

No Brasil, após a tipificação da Lei 13.104, foi postulado um protocolo que estabelece o feminicídio como fenômeno que ganha força a cada dia, intitulado: Diretrizes nacionais do feminicídio (PASINATO, 2016). Baseado no modelo latino-americano para investigação das mortes violentas de mulheres por motivos de gênero, por profissionais que trabalham no sistema de justiça criminal brasileiro (Ministério Público, Defensoria Pública e magistratura e Polícia) e realizado pela Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres – ONU Mulheres.

A ONU Mulheres luta diariamente em busca ao direito a vida livre de discriminação, violência e pobreza das mulheres e meninas de todo o mundo para se alcançar o desenvolvimento de protocolos que combatam o crime. Estabelecendo padrões de leis, políticas públicas, programas e serviços aos estados que fazem a partem. Promove a participação igualitária das mulheres em todos os aspectos da vida, e a igualdade de gênero. Além disso, luta em prol da produção e análises de dados sobre feminicídio. (PASINATO, 2016).

Os estados do Maranhão, Mato Grosso do Sul, Piauí, Rio de Janeiro e Santa Catarina, seguem essas diretrizes nacionais. Estes estados juntamente com a ONU Mulheres Brasil, tentam acabar com a violência contra as mulheres através da educação, esportes, cultura, comunicação, mídia e campanhas, para o acesso das mulheres à justiça e a serviços fundamentais de qualidade de vida.

No Rio de Janeiro, o Instituto de Segurança Pública delineou os casos de feminicídio em Dossiê Mulher 2017 que apresenta dados referentes a outubro e dezembro de 2016 e no Dossiê Mulher 2018 que apresenta os números do ano de 2017.

Em 2016, das 154 tentativas de homicídios de mulheres foram registradas 42 foram qualificadas como tentativas de feminicídio. E dos 103 homicídios de mulheres registrados entre outubro e dezembro de 2016 no estado, 16 foram qualificados como feminicídio.

Em 2017 das 683 tentativas de homicídios de mulheres registradas 187 foram qualificadas como tentativas de feminicídio. E dos 381 casos de homicídios mulheres, 68 foram qualificadas de feminicídio. Desde 68 casos, 57,4% tiveram como acusados os companheiros ou ex-companheiros, e 52,9% foram vítimas de feminicídios que ocorreram no interior das residências. Em média, foram registrados cinco feminicídios e 15 tentativas de feminicídio por mês em todo estado do Rio de Janeiro.

Esses dados apresentam um aumento no número de vítimas de feminicídio, ao mesmo tempo, evidencia um número que difere entre casos de homicídios e feminicídios, o que sugere a hipótese que os casos de feminicídio podem ainda não serem tipificados como tal, a medida que seu julgamento é composto por leigos. Estes indivíduos sem propriedade sobre o tema passam a ditar a moral de acordo com que lhe foi passado anteriormente.

A ONU Brasil (2018), estabeleceu uma declaração baseado nas normas internacionais, como a Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, realizada em Pequim no ano de 1995, e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, para o cumprimento da igualdade de direitos humanos das mulheres no país.

A Plataforma de Ação responsabiliza os estados e a sociedade na construção das questões referentes a justiça e igualdade, usando com base a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher. O governo brasileiro no ano de 2000, apresentou um documento especificando os avanços e dificuldade como: a mulher e a pobreza; a educação e a capacitação da mulher; a violência contra a mulher; a mulher e os conflitos armados; a mulher e a economia; a mulher no exercício do poder e nos espaços de tomada de decisão; os mecanismos institucionais para o avanço das mulheres; os direitos humanos das mulheres; a mulher e a mídia; a mulher e o meio-ambiente para o estabelecimento da Plataforma.

Com isso a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável:

Estipula como meta o alcance da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas. Além dele, outros 12 ODS incorporam explicitamente metas desagregadas por sexo, sendo que todos podem ser lidos a partir da perspectiva de gênero. (ONUBR, 2018).

Os assuntos tratados que abordam o empoderamento são: economia, educação inclusiva, saúde integral, política, institucionalidade, políticas públicas; e interseccionalidade, ou seja, o estudo das identidades de gênero, raça e etnia.

Os governos têm, portanto quatro tipos de dever: Atuar com a devida diligência, de prevenção, de investigação e sanção e garantir a reparação dos danos sofridos pelo atos violentos.

Os profissionais que atuam no Tribunal do Júri, que se caracteriza pelo julgamento feito por leigos, devem também adotar a perspectiva de gênero, empregando linguagem não sexista, que não reproduza preconceitos e estereótipos de gênero ou linguagem de natureza discriminatória, evitando referências depreciativas a outras características de identificação social (raça, etnia, orientação sexual, por exemplo). Desses casos deveriam ser realizado de forma mais rápida, gera uma sensação de impunidade para a sociedade, que podem influenciar futuros casos. (PASINATO, 2016, p.66).

Nesse contexto, o autor do crime não é julgado por juízes formados, mas sim por um júri popular. Por um lado que o crime é analisado pelos membros da comunidade em que está inserido seja uma forma de julgamento democrático, podem surgir dificuldades para a construção de uma crítica como parcialidade, pois o crime é analisado de forma subjetiva, pode ocorrer acolhimento em favor de uma causa legítima defesa da honra do homem. Neste caso o membro da comunidade entende o ato como motivado por seu bem estar, uma vez que a outra pessoa manchou a imagem que esta tanto zela em sua comunidade, proporcionando a empatia e resultando em crítica positiva ao ato realizado.

2.4 As Representações Sociais do Femicídio

A sociedade estabelece expectativas e comportamentos sociais pré-estabelecidos, estes aspectos influenciam e norteiam a vida dos indivíduos no cotidiano, as chamadas representações

sociais. Estas modelam os dados provindos da sociedade, um exemplo seria as representações da figura da mulher e do homem nas sociedades ocidentais. Essas representações sociais que definem as características e funções sociais da mulher e do homem são determinadas por diferenciação dos gêneros, estas concepções se modificam ao decorrer da história através da troca ou multifunção de práticas sociais necessárias no dia a dia. Assim as funções restritas ao feminino ou masculino, passam a sofrer questionamentos enquanto construção social pré-estabelecida e não modificável com base nas necessidades da vida diária que o ser humano enquanto ser social possa desempenhar.

Levando essas perspectivas em consideração, as questões de gênero passam a ser entendidas como uma representação por serem partilhadas por um determinado grupo social, ou seja, quando estudadas de forma subjetiva encontram-se a sua origem social. Por isso é de suma importância levantar os impactos decorrentes da situação de gênero, ao mesmo tempo, estudar a situação da mulher na sociedade contemporânea como forma de estimular uma reflexão sobre o tema no meio acadêmico e fora dele, mesmo o tema sendo tão antigo ainda apresenta impactos negativos como o feminicídio.

Vemos então que a imprensa é composta por indivíduos que vivem em sociedade, assim o pensamento do sujeito é um reflexo social e a imprensa propagaria estas representações modelando conseqüentemente o comportamento do indivíduo, no caso das mulheres deixam de ser as vítimas e passando a responsáveis pela violência sofrida por não desempenharem corretamente o papel tradicional feminino, logo culpabilizadas, seus nomes caem no esquecimento e viram um número a mais nas estatísticas.

Para Moscovici (1978) o conhecimento científico é reificado, ou seja, adaptado para incorporar as necessidades de um dado grupo em certo tempo, criando assim o senso comum. Isso explicaria porque muitas vezes na mídia, o termo feminicídio é vulgarizado sendo descrito como um crime passional, onde o agressor cometeu o ato por estar enciumado, inconformado com o término, descontrolado e apaixonado. Fazendo a difusão, propagação ou propaganda da representação, a imprensa usa os valores do grupo em questão para moldar o comportamento do sujeito, no caso do feminicídio, a mulher sai do papel de vítima para totalmente responsável pela violência. E à medida que se procura uma causa para que a violência tenha ocorrido, automaticamente culpabiliza-se a mulher por um ato feito anteriormente ao crime, e o caso vira

um número estatístico.

Por isso é relevante às pesquisas realizadas sobre as representações sociais das mulheres vítimas de violência doméstica e do feminicídio. O resultado do estudo permitirá uma análise e reelaboração das representações existentes nestes casos com intuito de quebrar o ciclo de violência.

As representações sociais, segundo Jodelet (2001), preenchem algumas funções de manutenção da identidade social e equilíbrio sócio-cognitivo, os quais se encontram ligados. Ao passo que, ao se pensar a cognição como algo social, seria o primeiro caminho para a concepção de novas pesquisas.

As questões de gênero devem ser estudadas, pois são elas que determinam a representação social que o homem e a mulher devem seguir. Quando este papel é quebrado ocorre uma dissonância cognitiva, ou seja, gera sofrimento nos membros pertencentes à comunidade uma vez que este, tenta procurar uma coerência entre os comportamentos que acreditam ser o certo com o que é realmente praticado.

Uma vez levantadas a hipóteses que resultam o feminicídio podem-se elaborar políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência contra a mulher, promovendo a educação de gênero para que assim possamos combater os casos de assassinatos de mulheres no Brasil e no mundo.

3 OBJETIVOS:

A pesquisa teve como objetivo principal identificar quais as representações sociais do feminicídio no contexto universitário e quais os conteúdos a seu respeito presentes na mídia escrita.

Objetivos específicos:

- Identificar os elementos que constituem um provável núcleo central das representações sociais sobre o feminicídio, bem como seus elementos periféricos;
- Investigar possíveis ancoragens nas representações sociais estabilizadas; e.
- Comparar as representações sociais entre os universitários de diferentes áreas
- Estudar o processo de vulgarização e construção social do fenômeno feminicídio por dois veículos de comunicação de massa: os jornais Folha de São Paulo e o Globo.

4 MÉTODO

A análise de dados de uma representação é de grande complexidade já que envolve informações, valores e normas da sociedade a que se refere. Para isso, é necessária a criação de estratégias que compreendam diferentes dimensões da representação em questão. (JODELET, 1984).

A presente pesquisa possui delineamento de levantamento de dados e caráter exploratório e descritivo. Exploratório, pois busca tornar o tema do senso comum ao campo científico, promovendo sua explicitação, e descritivo, pois objetiva proporcionar um panorama acerca do fenômeno das representações sociais do feminicídio. Para isso a análise de dados consistirá em dois estudos: Um sobre a mídia, usando dois grandes veículos de comunicação, Folha de São Paulo e O GLOBO; e o outro com a população, tendo como participantes universitários da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com intuito de apontar através de dois procedimentos distintos a representação social do feminicídio na sociedade a que este estudo se refere.

4.1 Estudo 1- Representações sociais do feminicídio em alunos universitários

4.1.1 Participantes

Participaram da pesquisa 200 estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro localizada no município de Seropédica, no estado do Rio de Janeiro/Brasil. Na seleção dos participantes para este estudo foram considerados os seguintes critérios de inclusão/exclusão dos alunos: 100 graduandos das áreas de exatas e 100 graduandos das áreas de humanas da Universidade de ambos os sexos. Aqueles que correspondiam as características propostas e aceitaram participar assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, aprovado pela Comitê de ética da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Em relação ao gênero, a amostra foi caracterizada por 121 dos sujeitos do sexo feminino e 79 do sexo masculino. Esse dado mostra uma tendência, já identificada em pesquisas realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que evidencia que as mulheres são maioria na Educação Superior brasileira (INEP, 2018). Dos 100 questionários aplicados aos alunos das áreas de exatas, 48 pertenciam ao sexo masculino e 52 ao feminino. Já nas áreas de humanas 31 eram do sexo masculino e 69 do feminino.

4.1.2 Procedimentos de coleta

Os alunos participantes foram abordados dentro do Campus da Universidade, e convidados a participar da pesquisa. O questionário foi aplicado no ambiente da própria universidade, juntamente com o termo de consentimento livre e esclarecido, que foi submetido e aprovado ao comitê de ética, conforme a resolução CNS/MS, nº 196/96.

4.1.3 Instrumentos de coleta

Foi utilizado um questionário como instrumento para análise. Tal instrumento foi composto por uma questão de evocação livre, uma questão fechada, 1 questão aberta e 1 escala. As evocações e as categorias foram organizadas de modo a identificar quais os discursos compartilhados por estes dois grupos, usando como base o arcabouço teórico-metodológico utilizado nos estudos sobre a Teoria das Representações Sociais. A tarefa de evocação livre nos

auxilia no levantamento dos possíveis elementos do núcleo central e as perguntas semiestruturadas apoiam a confirmação dos elementos centrais e periféricos.

4.2 Estudo 2- Representações sociais do feminicídio na mídia escrita brasileira

Foram utilizados na pesquisa notícias relacionadas à questão do feminicídio extraídas de dois grandes veículos de comunicação de massa entre janeiro de 2010 e dezembro de 2018: Os jornais Folha de São Paulo e O Globo, que possuem leitores espalhados por todo o Brasil. Totalizando 140 artigos na Folha e 180 no O Globo.

4.2.2 Procedimentos de coleta

Foi realizada a transcrição das notícias relacionadas ao tema, após isso para análise de dados foi utilizado o software: *Interface de R* pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRAMUTEQ). O IRAMUTEQ foi desenvolvido por Pierre Ratinaud, no ano de 2009, e licenciado por GNU GPL (v2), para análises estatísticas sobre corpus textuais e tabelas indivíduos / palavras (CAMARGO; JUSTO, 2013).

4.2.3 Instrumentos de coleta

Foi realizada uma pesquisa junto ao acervo dos jornais como instrumento para análise. Foram utilizados na pesquisa notícias relacionadas a palavra feminicídio extraídas de dois veículos de comunicação de massa entre janeiro de 2010 e dezembro de 2018. O que auxiliaria no levantamento dos possíveis elementos do núcleo central e as perguntas semiestruturadas apoiam a confirmação dos elementos centrais e periféricos.

5 Análise de dados

5.1 Estudo 1 - Representações sociais do feminicídio dos universitários da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

A questão de evocação livre foi analisada como auxílio do software Iramuteq que realiza cálculos estatísticos e a construção das matrizes de coocorrências, que servem de base para dois tipos de análises: a construção do quadro de quatro casas (análise prototípica), e a análise de similitude. Análise de dados: A questão aberta foi analisada com auxílio da análise de conteúdo desenvolvida por Bardin.

Foi aplicado como instrumento para análise, um questionário junto a 200 alunos de graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e categorizado em dois grupos: alunos das áreas de exatas e alunos das áreas de humanas. Tal instrumento foi composto por uma questão de evocação livre, uma questão fechada, 1 questão aberta.

Vergès (1992) ao estudar as representações sociais desenvolveu uma técnica para caracterizar sua estrutura através de palavras indutoras, nela o indivíduo exterioriza o que vier a sua mente, essa técnica é chamada de evocação de palavras. Com base nisso, foi utilizado o software Iramuteq para análise da questão de evocação, a palavra indutora apresentada aos participantes foi “feminicídio” e foi solicitado para que os sujeitos relatassem as 5 primeiras palavras ou expressões que lhe viessem imediatamente à cabeça. Com os dados coletados foram obtidas duas análises: Prototípica e Similitude.

5.1. Questão de evocação- Análise prototípica

A análise prototípica é uma técnica que auxilia na identificação da estrutura que forma a representação social, a partir dos critérios de frequência e ordem de evocação das palavras realizadas através de um teste de evocação livre. Seu resultado é dividido em quatro quadrantes, que apresentam quatro dimensões que formam o conceito sobre o tema em questão, pois indicam os prováveis núcleos centrais e periféricos de uma representação. Essas dimensões são apresentadas por dois números que indicam frequência que as palavras foram mencionadas, e sua ordem de evocação média, que se refere ao número de ocorrências dividido pela frequência dos elementos mais citados na pesquisa. Assim, por meio da palavra indutora “Feminicídio”, o

primeiro quadrante (superior esquerdo) indica as palavras que tem maior frequência e baixa ordem de evocação, ou seja, palavras mais prontamente evocadas, desse modo se refere como provável núcleo central de uma representação. Já o segundo quadrante (superior direito), se refere a primeira periferia, onde as palavras tem maior frequência, mas não foram prontamente evocadas. O terceiro quadrante (inferior esquerdo) indica a zona de contraste, suas palavras foram prontamente evocadas, mas apresentam baixa frequência. O último quadrante (inferior direito), apresentam elementos com menor frequência e maior ordem de evocação, este é chamado de segunda periferia. (Wachelke & Wolter, 2011)

Alunos das áreas de exatas

<=2.7 Rangs <

Elementos centrais

Primeira periferia

morte-48-2	covardia-13-3.1
machismo-31-2.7	crime-12.3.1
violência-30-2.5	assassinato-12-3.1
mulher-26-2	estupro-11-3.6
agressão-24-2.5	injustiça-11-3.5

Elementos de contraste

Segunda periferia

homicídio-6-2.2	medo-10-3.1
preconceito-5-2	abuso-9-2.8
desigualdade-4-2	homem-8-2.8
opressão-3-2.3	tristeza-6-4
assedio-3-2.3	dor-6-3.7
mulheres-3-2	ódio-5-3.2
	impunidade-4-4
	posse-3-4
	sofrimento-3-3.3
	violência_domestica-3-3.5
	maldade-3-4.3
	raiva-3-3.3

>10.89 Frequencia >=10.89

Quadro 1 – Análise prototípica acerca do termo indutor Femicídio entre estudantes dos cursos de exatas (n=100)

Na perspectiva teórico-metodológica adotada pressupõe-se que os elementos considerados mais importantes pelos alunos de exatas, considerando a frequência 10.89 e Rangs 2.7, representam o provável núcleo central. No estudo proposto as cognições: **morte** (f 48 OME 2), **machismo** (f 31 OME 2.7), **violência** (f 30 OME 2.5), **mulher** (f 26 OME 2), **agressão** (f 24 OME 2.5), foram às relacionadas com maior importância pelo maior número dos participantes.

O segundo quadrante se referem as palavras de primeira periferia, palavras que tiveram uma alta frequência, mas não foram prontamente evocadas (ordem média maior), temos: **covardia** (f 13 OME 3.1), **crime** (f 12 OME 3.20, **assassinato** (f 12 OME 3), **estupro** (f11 OME 3.6), **injustiça** (f 11 OME 3.5).

A zona de controle se referem aos elementos de contrastes, ou seja, palavras que tiveram pouca frequência de evocação, mas uma ordem de evocação alta: **homicídio** (f 6 OME 2.2), **preconceito** (f 5 OME 2), **desigualdade** (f 4 OME 2), **opressão** (f 3 OME 2.3), **assédio** (f 3 OME 2.3) e **mulheres** (f 3 OME 2).

Já o quarto quadrante que representa palavras com baixa frequência e ordem de evocação, temos: **medo** (f 10 OME 3.1), **abuso** (f 9 OME 2.8), **homem** (f 8 OME 2.8) **tristeza** (6 OME 4), **dor** (f 6 OME 3.7), **ódio** (f 5 OME 3.2), **impunidade** (f 4 OME 4), **posse** (f 3 OME 4), **sofrimento** (f 3 OME 3.3) **violência doméstica** (f 3 OME 3.5), **maldade** (f 3 OME 4.3), **raiva** (f 3 OME 3.3).

Os dados apontam para o fato de que partindo dos elementos mais centrais para os mais periféricos encontramos os elementos que fundamentam o significado do termo feminicídio: morte, machismo, violência, mulher e agressão. Nos outros quadrantes nota-se também palavras relacionados a definição do termo, mas geram reflexões anteriores ao feminicídio como: estupro, medo, abuso, sofrimento, preconceito, desigualdade e assédio.

Alunos das áreas de humanas

<= Rangs 2.7 <

> 13.95 Frequencia => 13.95

Elementos centrais	Primeira periferia
morte-44-1.9	injustiça-29.2.7
machismo-40-2.5	agressao-14-2.8
violência=29-2.7	

Elementos contrastantes	Segunda periferia
assassinato-12-5.5	abuso-11-3.3
patriarcado-5-2.6	homem-10-3
	dor-10.3.5
	crime-8-3
	medo-8-3.5
	covardia-8.3
	misoginia-8.3.1
	sofrimento-8-3.5
	feminismo-7-3.9
	mulheres-6-2.7
	impunidade-5-3.6
	opressão-5-3.4

Quadro 2 – Análise prototípica acerca do termo indutor Femicídio entre estudantes dos cursos de humanas (n=100)

Considerando a frequência 13.97 e Rangos 2.7, temos como possível núcleo central: **morte** (f 44 OME1. 9), **machismo** (f40 OME 2.5), **violência** (f29 OME 2.7), **mulher** (f 26 OME 1.8).

Na primeira periferia encontramos: injustiça (f 15 OME 2.8) e agressão (f 14 OME 2.8). Na zona de contraste temos: **assassinato** (f 12 OME 2.5) e **patriarcado** (f 5 OME 2.6). E por fim, no quarto quadrante temos: **abuso** (f 11 OME 3.3), **homem** (f 10 OME 3), **dor** (f 10 OME 3.5), **crime** (f 8 OME 3), **medo** (f 8 OME 3.5), **covardia** (f 8 OME 3), **misoginia** (f 8 OME 3.1), **sofrimento** (f 8 OME 3.5), **feminismo** (f 7 OME 3.9) **mulheres** (f 6 OME 2.7), **impunidade** (f 5 OME 3.6), **opressão** (f 5 OME 3.4).

Os dados mostram como elementos mais centrais: machismo, violência e mulher. Nos outros quadrantes encontramos elementos que justificam o feminicídio como: injustiça, patriarcado, covardia, misoginia e impunidade.

Alunos de Exatas e humanas

<= 2.7 Rangs <

> .20 Frequencia => 20

Elementos centrais

Primeira periferia

morte-92-1.9	injustiça-26-3.2
machismo-71-2.6	assassinato-24-2.7
violência-59-2.6	covardia-21-3
mulher-52-1.9	crime-20-3.1
agressão-38-2.6	abuso-20-3.1

Elementos contrastantes

Segunda Periferia

homicídio-10-1.9	medo-18-3.3
mulheres-9-2.4	homem-18-2.9
preconceito-8-1.9	dor-16-3.6
patriarcado-7-2.6	estupro-12-3.6
desigualdade-5-2.2	sofrimento-11-3.5
	tristeza-10-4.3
	feminismo-9-3.6
	ódio-9-3.1
	impunidade-9-3.8
	misoginia-8-3.1
	opressão-8-3
	violência_domestica-7-3.2
	posse-6-2.8
	crudeldade-6-3.8
	assedio-6-3
	ciúmes-5-4.2

Considerando a frequência 20 e Rangs 2.7. O primeiro quadrante indica: **morte** (f 92 OME 1.9), **machismo** (f 71 OME 2.6) **violência** (f 59 OME 2.6), **mulher** (f 52 OME 1.9), **agressão** (f 38 OME 2.6) e **assassinato** (f 24 OME 2.7).

Já no segundo quadrante: **injustiça** (f 26 OME 3.2), covardia (f 24 OME 2.7), **crime** (f 20 OME 3.1) e **abuso** (f 20 OME 3.1).

Na zona de contraste temos: **Homicídio** (f 10 OME 1.9), **mulheres** (f 9 OME 2.4), **preconceito** (f 8 OME 1.9), **patriarcado** (f 7 OME 2.6) e **desigualdade** (f 5 OME 2.2).

E no quarto quadrante: **medo** (f 18 OME 3.3), **homem** (f 18 OME 2.9), **dor** (f 16 OME 3.6), **estupro** (f12 OME 3.6), **sofrimento** (f 11 OME 3.5), **tristeza** (f 10 OME 4.3), **feminismo** (f 9 OME 3.6), **ódio** (f 9 OME 3.1), **impunidade** (f 9 OME 3.8), **misoginia** (f8 OME 3.1), **opressão** (f 8 OME 3), **violência doméstica** (f 7 OME 3.2), **posse** (f 6 OME 2.8), **crudade** (f 6 OME 3.8), **assédio** (f6 OME 3) e **ciúmes** (f 5 OME 4.2).

Os dados mostram como elementos mais centrais: morte, machismo, violência, mulher, agressão e assassinato. Nos outros quadrantes encontramos elementos que justificam o feminicídio como: injustiça, violência doméstica, patriarcado, desigualdade, misoginia e impunidade. Essa comparação nos mostra que tanto para alunos de exatas quanto para os de humanas o feminicídio encontra sua origem no patriarcado enraizado socialmente.

Análise de similitude

A análise de similitude, como a prototípica tem o objetivo de identificar os elementos que compõe a estrutura da representação, para isso indica as coocorrências entre as palavras evocadas, apontando a conexão os elementos apresentados. Ela se baseia na teoria dos grafos, que usam árvores máximas para delinear a conexão dos elementos proferidos. Através dessa figura é possível observar a espessura das arestas que ligam os elementos, que indica o nível de conexão entre os elementos do mesmo conjunto, quanto maior o traço, mais intensa a conexão. (MARCHAND; RATINAUD, 2012, FLAMENT, 1985, PEREIRA, 1997).

Alunos de Exatas

O software também proporcionou a representação gráfica por meio da “análise de

similitude” das mesmas respostas da segunda categoria, conforme imagem a seguir (FIGURA 1):

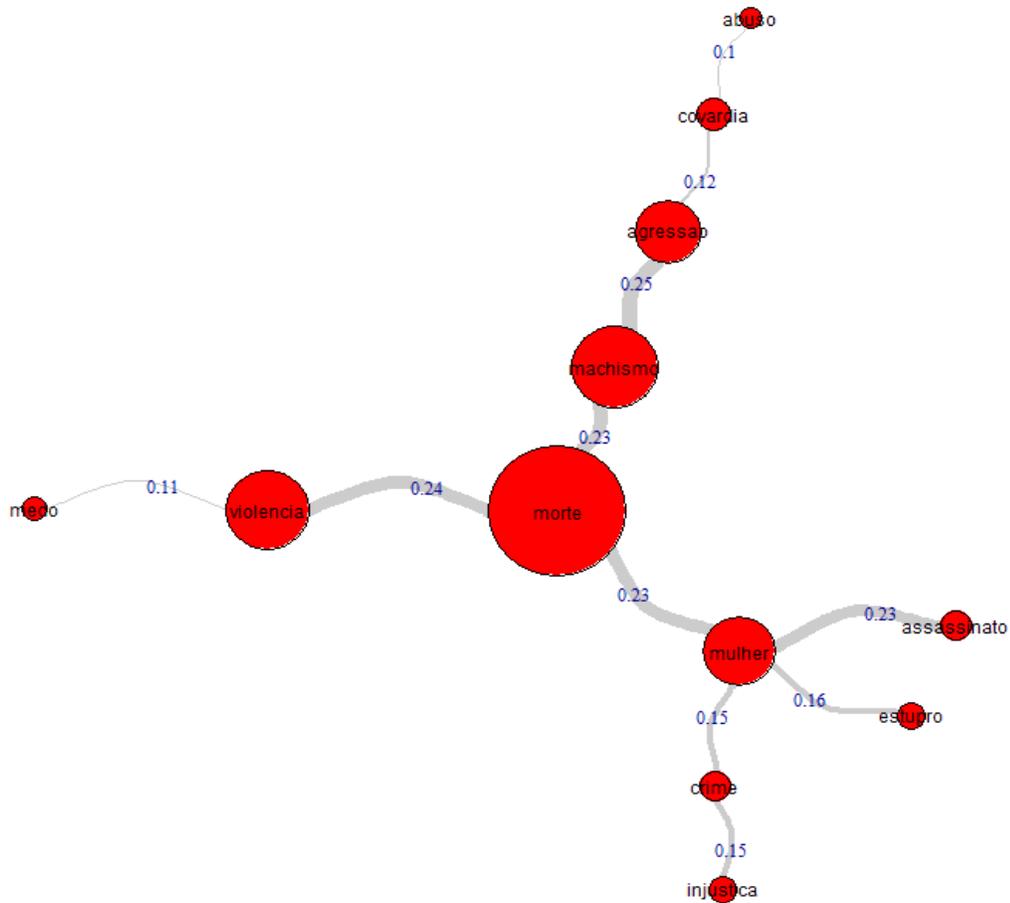


FIGURA 1 – Análise de similitude acerca do termo indutor Feminicídio entre estudantes dos cursos de exatas (n=100)

Observa-se na figura 1, o termo morte vinculado a basicamente a três ligações: violência, machismo e mulher, então ele é provavelmente um elemento central da representação, pois o que gera a possibilidade de uma centralidade é quantidade de conexões que aquele termo tem. O

elemento mulher também aparece como provável elemento central, pois está ligado a quatro conexões: assassinato, estupro, crime e morte. Esse resultado apresenta certa lógica, evidenciando uma apresentação do significado do feminicídio como a morte da mulher através de violência, as outras palavras seriam mais são mais objetificações da mulher, auxiliando na identificação da estrutura do campo representacional dos fatores associados ao feminicídio.

5.1.2 Humanas

O software também proporcionou a representação gráfica por meio da “análise de similitude” das mesmas respostas da segunda categoria, conforme imagem a seguir (FIGURA 2):

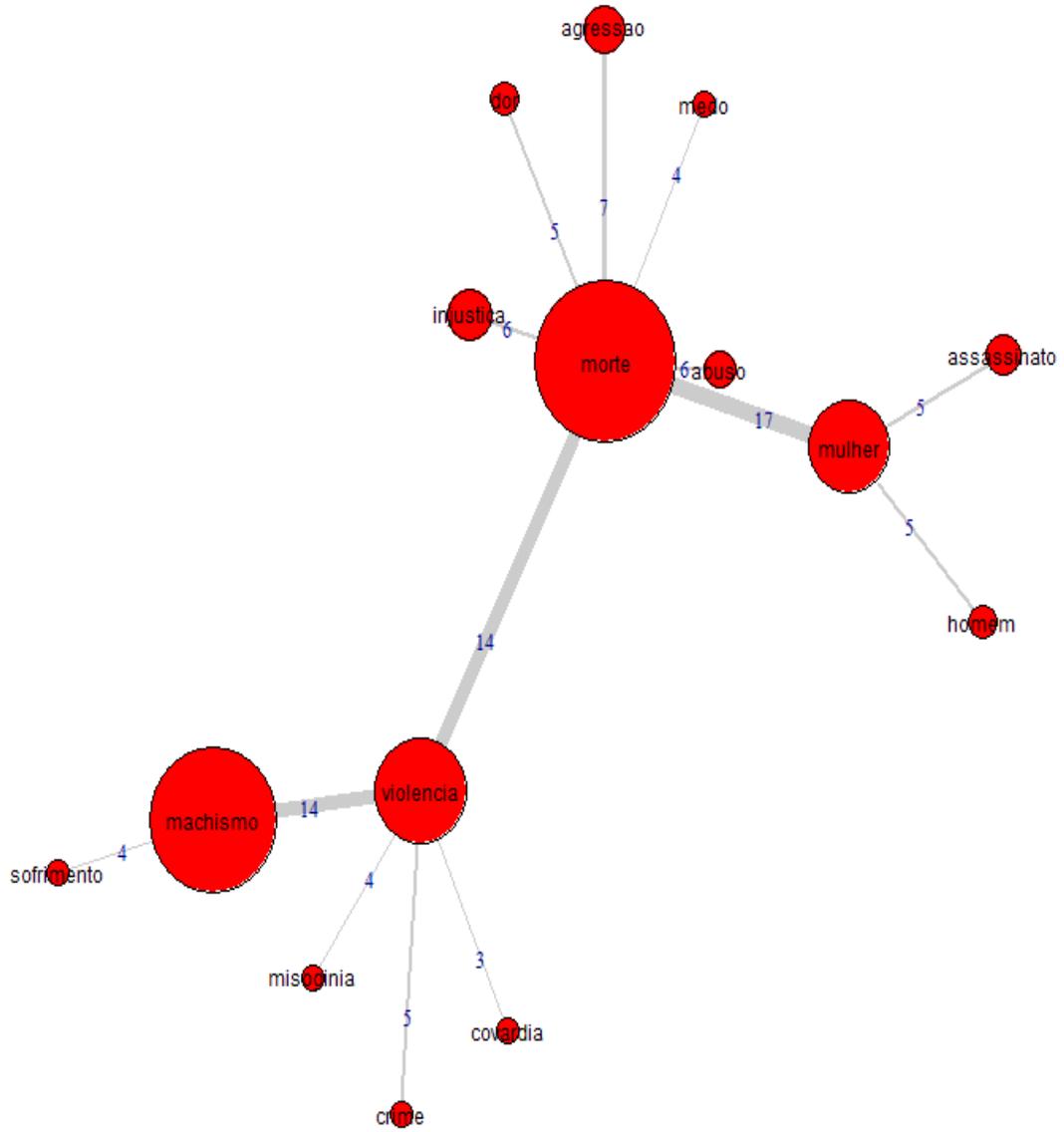


FIGURA 2 – Análise de similitude acerca do termo indutor Femicídio entre estudantes dos cursos de humanas (n=100)

Já na figura 2, análise de similitude dos alunos de humanas, o elemento morte com múltiplas ligações, mais precisamente com sete ligações: mulher, violência, injustiça, dor, agressão, medo e abuso, ou seja, realmente ele é um elemento estruturante e organizador da representação. A palavra mulher, também se apresenta como provável elemento central, ligada aos elementos: assassinato e homem e morte. A violência se apresenta também como um elemento com múltiplas ligações dentre elas: machismo, misoginia, crime, covardia e morte, ou seja, são os três elementos mais organizadores e possivelmente os elementos centrais da representação. Vale a pena destacar o machismo como um elemento que explicaria o porquê dessa violência contra a mulher, mas não é um elemento organizador, é provavelmente não é o elemento central. É sim, um elemento que surge como provavelmente elemento dela.

Exatas e humanas

O software também proporcionou a representação gráfica por meio da “análise de similitude” das mesmas respostas da segunda categoria, conforme imagem a seguir (FIGURA 3):

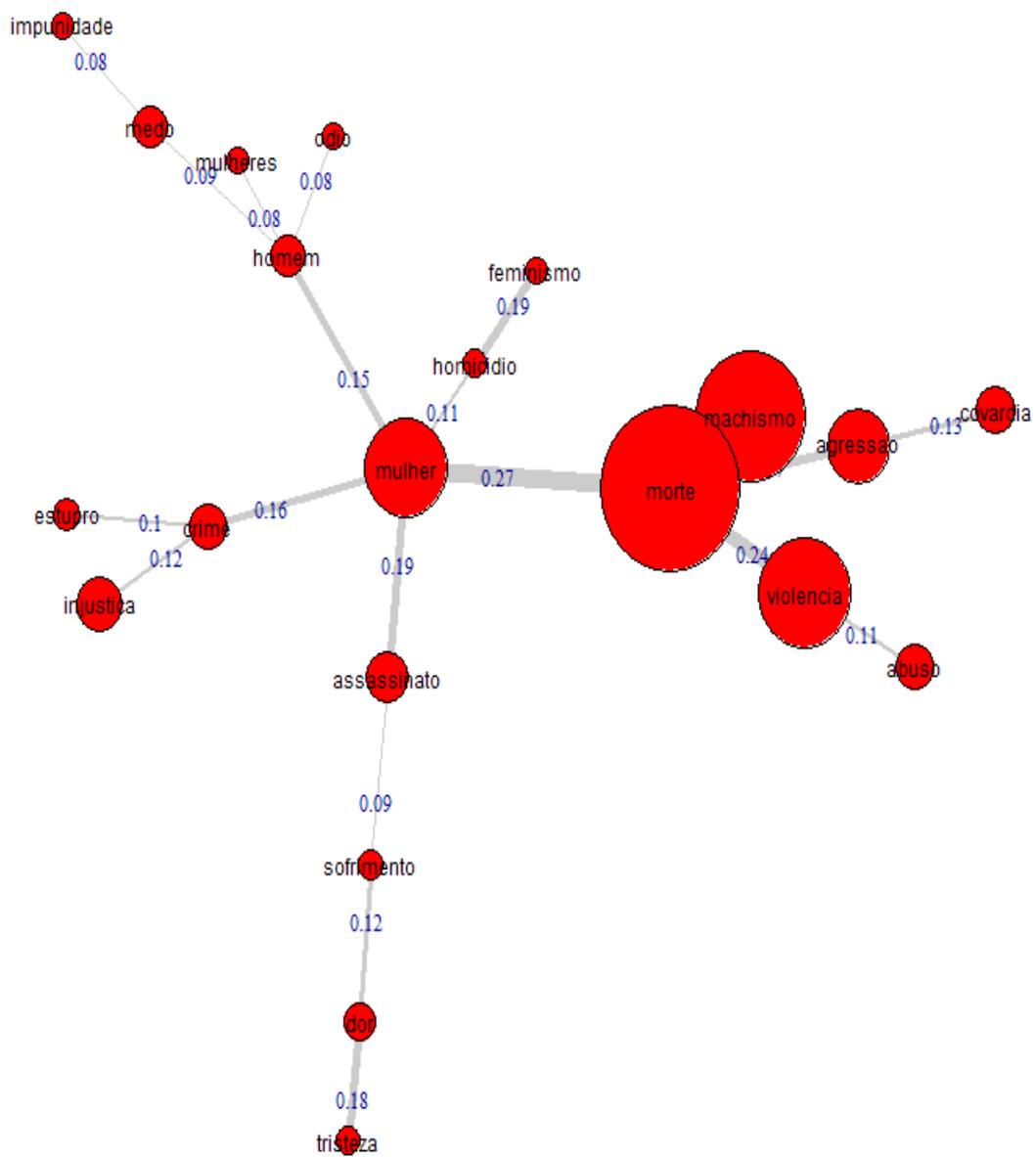


FIGURA 3 – Análise de similitude acerca do termo indutor Femicídio entre estudantes dos cursos de exatas e humanas (n=200)

Por fim, a árvore de similitude dos alunos de exatas e humanas apresenta a palavra “mulher” como possível elemento central, organizador e estruturante da representação, estando ligada a cinco elementos: morte, assassinato, crime, homem e homicídio. Já o termo homem apresenta três ligações: medo, mulheres e ódio. O elemento morte se apresenta com duas conexões: machismo e violência. E por último o termo crime também está ligado a dois elementos: estupro e injustiça, assim apresentam relação com a palavra destaque, evidenciando o grau de importância desses termos para o tema.

5.1. 2 Questão semifechada

A questão proposta para análise de dados de forma semiestruturada foi:

De que forma você tomou conhecimento sobre o tema feminicídio?

- Televisão Internet Rádio Jornal/Revista
 Conversa com pessoas Outra maneira. Qual: _____

5.1.2. Como resultado da análise dos alunos das áreas de exatas:

Alunos de exatas	Conhecimento sobre o tema	Quantidade	Porcentagem
	Televisão	40	25,32
	Internet	66	41,8
	Rádio	2	1,25
	Jornal/Revista	13	8,22
	Conversa com pessoas	33	20,88
	Outra maneira	4	2,53

Tabela 1- Conhecimento sobre a temática para os alunos de exatas

Fonte: elaborado pela autora

A tabela apresenta os dados quantitativos e percentuais acerca do acesso à informação através dos meios de comunicação. Os entrevistados poderiam assinalar mais de uma opção. Então, segundo a tabela 1 os três meios de comunicação mais lembrados foram: a internet como a maior fonte de informações sobre a temática com 66 marcações; seguida da televisão com 40 e em terceiro lugar está a interação interpessoal com 33 assinaladas. Os jornais e revistas aparecem em quarto lugar expressos com 13 marcações. Em seguida como fonte de conhecimento sobre a

temática observa-se a opção outras maneiras, essas foram assinaladas 4 vezes, com as seguintes descrições: 2 através da escola, 1 da família e 1 se refere as vivencias sobre o tema. A tabela apresenta em último lugar o rádio como o meio de comunicação pouco expressivo com apenas 2 marcações.

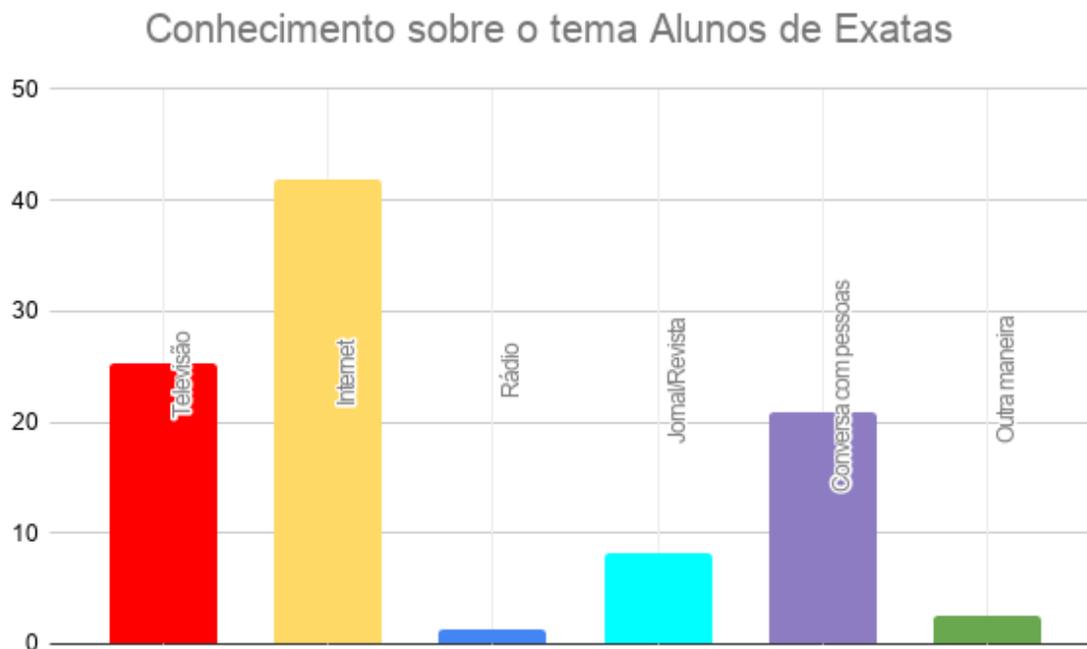


Gráfico 1- Forma do conhecimento sobre o tema feminicídio para os alunos dos cursos de exatas
Fonte: elaborado pela autora

Os dados em forma de gráfico apresentam as fontes de conhecimento dos alunos dos cursos de exatas acerca da temática, observa-se que a televisão tem 25,32%; internet com 41,8%; o rádio com 1,25%, jornal e revistas com 8,22%, relações interpessoais com 20,88% e outra maneira com 2,53%.

Como resultado da análise dos alunos das áreas de humanas:

Alunos de humanas	Conhecimento sobre o tema	Quantidade	Porcentagem
	Televisão	37	25,7
	Internet	62	43,07
	Rádio	0	0
	Jornal/Revista	5	3,47
	Conversa com pessoas	35	24,30
	Outra maneira	5	3,47

Tabela 2- Conhecimento sobre a temática para os alunos de humanas

Fonte: elaborado pela autora

Observa-se na tabela os dados quantitativos e percentuais acerca do acesso à informação através dos meios de comunicação para os alunos de humanas. Então, segundo a tabela 2 os três meios de comunicação mais lembrados foram: a internet como a maior fonte de informações sobre a temática com 62 marcações; seguida da televisão com 37 e em terceiro lugar está a interação interpessoal com 35 assinaladas. Os jornais e revistas aparecem em quarto lugar expressos com 5 marcações. Em seguida como fonte de conhecimento sobre a temática observa-se a opção outras maneiras, essas foram assinaladas 5 vezes, com as seguintes descrições: 2 através da faculdade, 2 da escola, e 1 se refere as vivencias sobre o tema. Vale ressaltar que a opção rádio não foi assinalada, e mostra-se com um meio de comunicação nada expressivo.

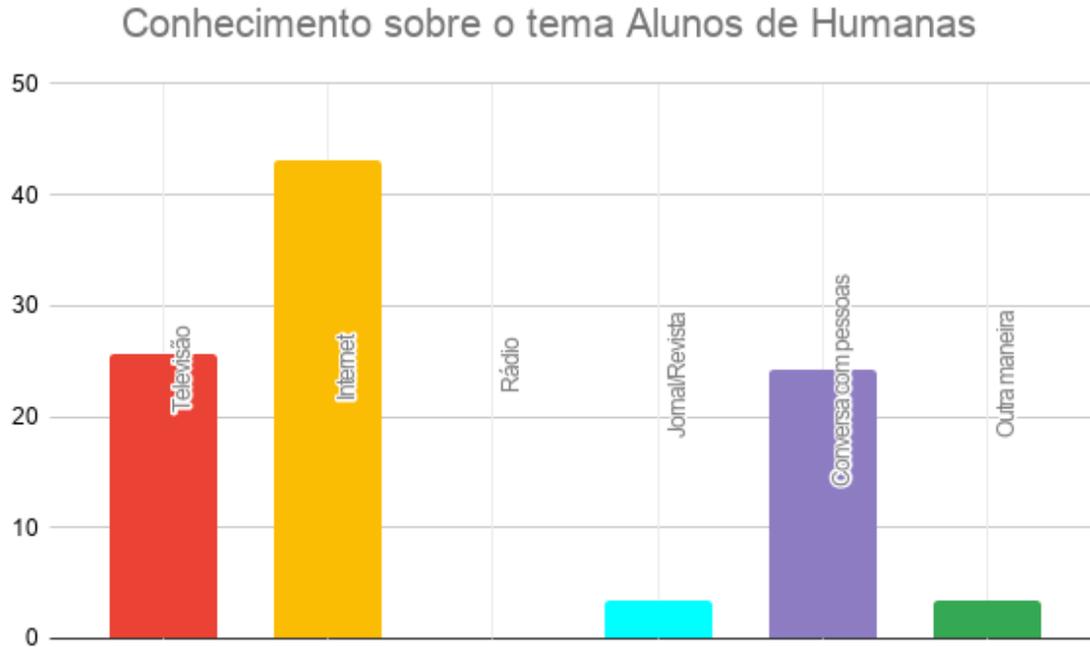


Gráfico 2- Forma do conhecimento sobre o tema feminicídio para os alunos dos cursos de humanas
Fonte: elaborado pela autora

Os dados em forma de gráfico apresentam as fontes de conhecimento dos alunos dos cursos de exatas acerca da temática, observa-se que a televisão tem 25,7%; internet com 43,07%; jornal e revistas com 3,47%; relações interpessoais com 24,39% e outra maneira com 3,47%.

Alunos de exatas e humanas:

Alunos de exatas e humanas	Conhecimento sobre o tema	Quantidade	Porcentagem
	Televisão	77	25,49
Internet	128	42,38	
Rádio	2	0,66	
Jornal/Revista	18	5,96	
Conversa com pessoas	68	22,51	
Outra maneira	9	3	

Tabela 3-Conhecimento sobre a temática para os alunos de exatas e humanas
Fonte: elaborado pela autora

A tabela apresenta os dados quantitativos e percentuais acerca do acesso à informação através dos meios de comunicação. Em primeiro lugar observa-se a internet como a maior fonte de informações sobre a temática com 128 marcações; seguida da televisão com 77 e em terceiro lugar está a interação interpessoal com 68 assinaladas. Os jornais e revistas aparecem em quarto lugar expressos com 18 marcações. Em seguida como fonte de conhecimento sobre a temática observa-se a opção outras maneiras, essas foram assinaladas 9 vezes, com as seguintes descrições: 4 através da escola, 2 faculdade, 2 vivenciando e 1 da família . A tabela apresenta em último lugar o rádio como o meio de comunicação pouco expressivo com apenas 2 marcações.

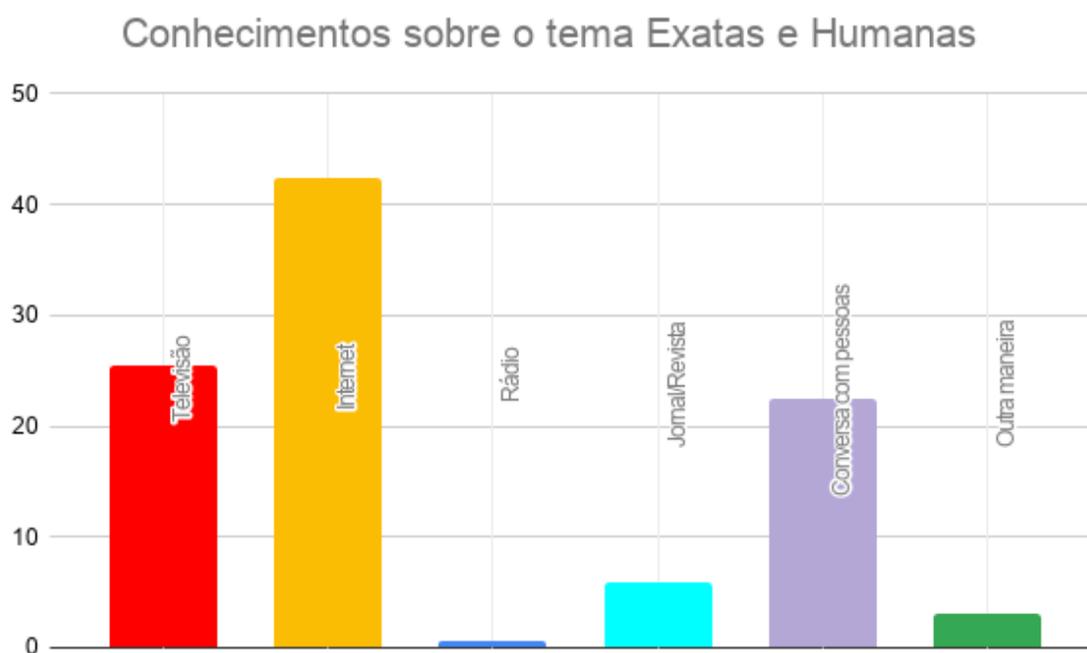


Gráfico 3- Forma do conhecimento sobre o tema feminicídio para os alunos dos cursos de exatas e humanas
 Fonte: elaborado pela autora

Os dados em forma de gráfico apresentam as fontes de conhecimento dos alunos dos cursos de exatas acerca da temática, observa-se que a televisão tem 25,49%; internet com 42,38%; jornal e revistas com 5,96%; relações interpessoais com 22,51% e outra maneira com 3%, e o rádio com 0,66%.

Através das análises das tabelas 1 e 2 podemos notar que os alunos dos cursos de exatas e os alunos dos cursos de humanas tiveram índices parecidos ao que se refere ao conhecimento sobre o tema. A internet, a televisão e as conversas com outras pessoas se apresentam como os meios de comunicação mais informativos, se considerarmos as respostas mais marcadas.

Logo, a internet, a televisão e conversa com as pessoas exercem alto índice de influência, sendo pontos norteadores para suas representações sobre o tema, para construção da noção de feminicídio. Ou seja, isso nos mostra que as representações sobre feminicídio foram baseadas através das notícias passadas na mídia, seja ela na televisão e internet e através do contato com outras pessoas. Isso evidencia que as representações existentes em relação ao feminicídio são construtos socioculturais estruturados nos meios de comunicação.

5.1.3 Questão aberta

A questão aberta foi analisada inspirada na teoria de Bardin (2011) sobre análise do conteúdo, que pode ser entendida como uma investigação do discurso contido no instrumento com objetivo de compreender as relações desse conteúdo e os aspectos exteriores a eles. De forma a construir uma análise crítica aos significados das palavras e assim obter uma interpretação sobre elas. Para isso o método será analisado através de divisões que irão separar os resultados em categorias que estabeleçam através da interpretação o mesmo conteúdo de mensagem que se organizará de três formas: A primeira é a pré-análise, responsável pela leitura do material para interpretação das respostas e construção de hipóteses; Seguida pela exploração do material, aqui os resultados são identificados e categorizados; E por último o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, que codifica os resultados obtidos através do material utilizado.

Análise de conteúdo

Como método de análise para os dados coletados tendo em vistas a responder a problemática e aos objetivos que a pesquisa de dissertação de mestrado se propôs, os dados coletados previamente foram inspirados pela análise de conteúdo de Bardin. De acordo com

Bardin (2011), essa é a melhor opção quando se quer estudar valores, opiniões, atitudes e crenças, através de dados qualitativos, o que justifica a escolha.

Assim, após a leitura flutuante, a análise foi realizada através da codificação. E essa foi estabelecida em função da repetição das palavras, que uma vez triangulada com os resultados observados, foram constituindo-se em unidades de registro, para então efetuar-se a categorização progressiva.

Foi apresentada para análise a questão: Na sua opinião, há características ou comportamentos considerados típicos de homens e outros que são típicos de mulheres? Sim ou não? E por que?

Alunos das áreas de Exatas:

Sim	Não
44	56

Tabela 4- Comportamentos típicos de homem e mulher para os alunos de exatas
Fonte: Elaborado pela autora

Alunos das áreas de humanas:

SIM	NÃO
52	48

Tabela 5- Comportamentos típicos de homem e mulher para os alunos de humanas
Fonte: Elaborado pela autora

Comportamentos típicos de mulheres para os alunos de exatas

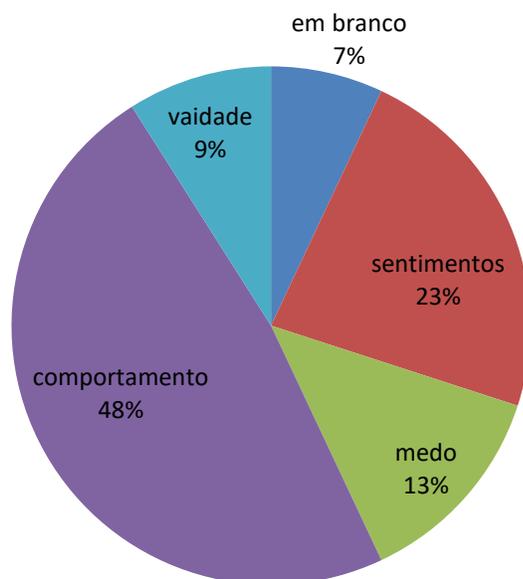


Gráfico 4- Comportamentos típicos de mulheres para os alunos dos cursos de exatas

As respostas foram divididas em categorias, como mostra a tabela 6:

Categoria- Respostas mais frequentes	Quantidade	Porcentagem (%)
Sentimentos e emoções	10	23%
Medo	6	13%
Comportamento	21	48%
Vaidade	4	9%
Total	44	100%

Tabela 6- Comportamentos típicos de mulher para os alunos de exatas
Fonte: Elaborado pela autora

Ao observarmos os dados apresentados podemos perceber que a questão “características e comportamentos típicos de mulheres” gerou quatro categorias que estão relacionadas a sentimentos, medo, comportamento e vaidade, a análise também apresentou 3 marcados com a

sinalização positiva no que se refere a comportamentos diferentes em relação ao gênero, mas a explicação não foi desenvolvida, ficando em branco.

Categoria 1: Respostas relacionadas a sentimentos e emoções (10 respostas):

“Ser mais amorosa, responsável e madura”. (3º período engenharia química)

“Para algumas ser mais frágeis fisicamente e emocionalmente.” (1º matemática)

“Ser compreensivas, mais delicadas, fortes e sensíveis”. (3º agronomia)

“As mulheres costumam apresentar mais sensibilidade e empatia perante as pessoas e nas situações, porém há muitas mulheres que também possuem frieza e apatia no tratamento com pessoas e nas situações.” (18º agronomia).

“Mulheres geralmente são mais carinhosas, compreensivas, amorosas.” (3º agronomia).

“As mulheres são sentimentais, sutis.” (4º matemática).

A compreensão dos sentimentos enquanto características femininas, apesar de não ser a maioria, apresenta uma quantidade significativa de aparições, 23% de um total de 44 sujeitos entrevistados. Segundo Beauvoir (1949), desde a gestação os pais direcionam os filhos para seguir determinado padrão de acordo com o sexo do bebê. Quando menina espera-se que as meninas apresentem características relacionadas a sentimentos e amabilidade, estas então são descritas como atos de feminilidade e normatizados culturalmente.

Categoria 2: Respostas relacionadas ao medo (6 respostas):

“Obedecer e conformidade.” (1º química).

“Não se sentir segura”. (1º agronomia)

“Muitas quando estão num relacionamento abusivo muitas vezes, não consegue sair dele por medo do cônjuge ou por sentir sentimentos pela pessoa.” (8º física).

“Medo, conformismo.” (3º física).

Ainda segundo Beauvoir (1949), as mulheres ocupam um papel coadjuvante das suas próprias vidas, o medo se configura como elemento de submissão, resultante de uma hierarquização social. A mulher aqui, ocupa um papel abaixo do homem, e este então torna-se protagonista da vida de outrem e assim determinam suas vidas.

Categoria 3: Respostas relacionadas ao comportamento (21 respostas):

“Conforme a influência da sociedade, as mulheres tendem a ser mais recatadas, compreensivas, domésticas e submissas.” (2º período de engenharia florestal)

“Mulheres tendem a ser mais reservadas e mais contidas, por causa de uma construção social.”
(4º período engenharia química).

“Não é regra, mas o comportamento e interação entre amigos é diferente.” (3º período sistema de informações)

“Pacíficidade”. (1º química)

Beauvoir (1949) afirma que existem comportamentos esperados pelas mulheres que diferem dos homens, e isso é construção histórica. Não é algo natural, uma vez que o sexo não determina o comportamento, pois todos nascem com as mesmas capacidades, o que determina os papéis é a construção sociocultural de uma dada sociedade.

Categoria 4: Respostas relacionadas a vaidade (4 respostas):

“A exceção nas compras de roupas e acessórios, a forma com que se auto afirma em redes sociais e por ai vai.” (1º matemática)

“Se maquiar, se preocupar em estar sempre bela.” (1º matemática).

“Vaidade, cuidar de si mesma”. (1º química)

“Serem vaidosas, cuidarem dos filhos, cuidarem da alimentação da casa.” (6º engenharia florestal).

De acordo com (SOIHET, 1997), a beleza é uma atribuição ao sexo feminino, sendo o sentimento e a razão suplementos dela. Nesse sentido, a beleza é colocada como algo feminino, incompatível com as faculdades nobres dos homens que gozam da razão de forma pontual e assertiva, pois sua cognição permite tal ato.

Comportamentos típicos de mulheres para os alunos de humanas

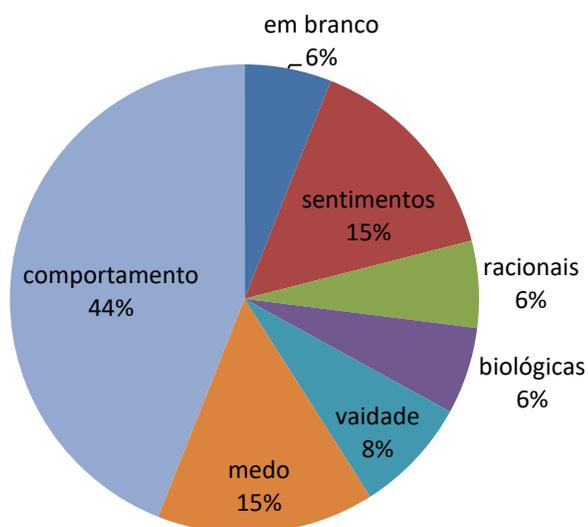


Gráfico 5- Comportamentos típicos de mulheres entre os alunos dos cursos de humanas

As respostas apresentam categorias, são elas:

Categorias de respostas mais frequentes	Quantidade	Porcentagem (%)
Sentimentos e emoções	8	15%
Medo	8	15%
Comportamento	23	44%
Vaidade	4	8%
Biológica	3	6%
Racionais	3	6%
Total	52	100%

Tabela 7- Comportamentos típicos de mulher para os alunos de humanas

Fonte: Elaborado pela autora

Ao observarmos os dados apresentados podemos perceber que a questão “características e comportamentos típicos de mulheres” gerou seis categorias que estão relacionadas a sentimentos, medo, comportamento e vaidade, biologia e razão a análise também apresentou 3 marcados com a sinalização positiva no que se refere a comportamentos diferentes em relação ao gênero, mas a explicação não foi desenvolvida, ficando em branco. Como mostram os exemplos abaixo:

Categoria 1: Associadas a sentimentos (8 respostas)

“São mais sensíveis, mas isso não quer dizer fraqueza, e sim que são mais atentas, empáticas e fraternais.” (Medicina veterinária, 11º).

“Demonstram mais emoções” (Educação Física, 11º).

“Sentimentalismo, fragilidade.” (Serviço social, 2º).

“As mulheres são mais amáveis e compreensivas, baseando no que eu conheço.” (História, 4º).

“Sensibilidade e empatia.” (Economia, 1º).

“A sociedade em geral vê a mulher como um ser sensível, cuidadoso, frágil, e que sua opinião é besteira.” (Administração, 1º).

Categoria 2: Medo (8)

“O medo comum no dia a dia, sensação de insegurança.” (Serviço Social, 2º).

“Em mulheres em situações de relacionamento abusivos há comportamento de negação, submissão e medo.” (Serviço Social, 2º)

“Mulheres que na maioria das vezes deixam de denunciar uma agressão por alguma dependência do homem.” (Serviço Social, 2º).

“Culpabilização, medo, vergonha, mudança de como se vestir/ falar.” (Serviço Social, 2º).

“As mulheres são mais propensas a terem medo e insegurança ao frequentar lugares públicos, como festas, por exemplo, sofrem algum tipo de assédio, assim como temem se relacionar com pessoas do sexo oposto, mais do que os homens, justamente pelos traumas e abusos psicológicos que estas podem enfrentar.” (História, 5º).

Categoria 3: Comportamento(23)

“O cuidado e o autocuidado.” (Serviço Social, 2º).

“De acordo com o senso comum seria o cuidado e a fragilidade.” (Serviço Social, 2º).

“Mulheres costumam ser mais responsáveis e empáticas.” (Psicologia, 2º).

“As mulheres são mais pacientes em tudo também considero a delicadeza e cuidado em diversas situações. A força em superar situações mais difíceis e maturidade.” (Serviço Social, 2º).

Categoria 4: Vaidade(4)

“Maquiagem, determinadas palavras, modo delicado de falar com jeito delicado, coisas no diminutivo.” (Farmácia, 11º).

“Maquiagem, vestido, acessórios femininos.” (Educação Física, 12º).

“O julgamento sobre o corpo, a privação sexual e por vezes o silenciamento diante de situações e processos que já passaram com homens”. (Letras, 9º)

Categoria 5: Questão biológica(3)

“Engravidar e ter total responsabilidade.” (Filosofia, 12º).

“Mulher costuma ser gestante.” (Educação física, 3º).

“Sensibilidade, maternidade como algo natural, dona de casa.” (Serviço Social, 2º).

Categoria 6: Racionais(3)

“As mulheres tendem ser mais racionais, menos violentas.” (Biologia, 9º).

“Pensar antes de agir.” (Ciências Contábeis, 8º).

“Afeto, pensativa.” (Educação física, 3º).

Comportamentos típicos de Homens para os alunos de exatas

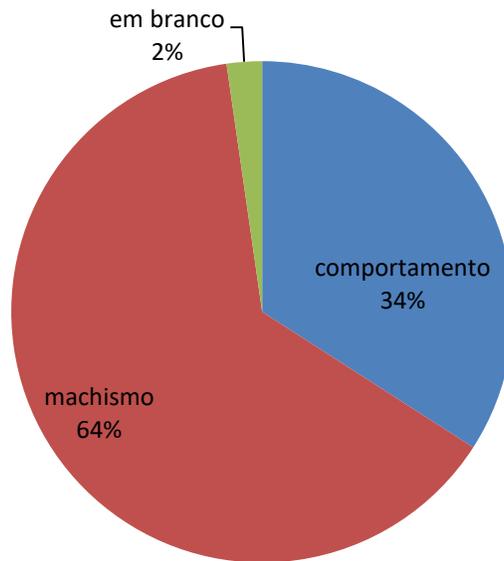


Gráfico 6- Comportamentos típicos de homens para os alunos dos cursos de exatas

As respostas apresentam categorias, são elas:

Categoria- Respostas mais frequentes	Quantidade	Porcentagem (%)
Comportamento	15	34%
Machismo	28	64%
Total	44	100%

Tabela 8- Comportamentos típicos de homem para os alunos de exatas

Fonte: Elaborado pela autora

Ao observarmos os dados apresentados podemos perceber que a questão “características e comportamentos típicos de homens” gerou duas categorias que estão relacionadas a comportamento. A análise também apresentou 1 questionário em branco que apesar de sinalizado como a marcação positiva ao que se refere a comportamentos diferentes em relação ao gênero, mas a explicação não foi desenvolvida.

Categoria 1: Comportamento(15 respostas)

“Jeito de se comportar e agir na frente dos amigos.” (3º sistema de informações).

“Pragmatismo.” (3º física)

“Comportamentos mais imaturos, sendo mais sérias as questões do dia a dia. e também menos amorosos, no sentido de demonstrar.” (3º engenharia química).

“Gostar em geral de coisas mais lógicas e gostar de esportes de contato”. (5º período matemática)

“Falar pouco, não se preocupar com a aparência, procrastinar” (4º física).

Categoria: Machismo (28 respostas)

“Ser machista e culturalmente achar que tem que ser o patriarca da família.” (1º engenharia florestal).

“Objetificação da mulher, imposição de ideias e atitudes, duvidar da capacidade e/ou conhecimento da mulher, principalmente quando se trata de esportes, carros, ferramentas, etc.” (11º engenharia química).

“Homens geralmente são machistas e não empáticos.” (8º matemática).

“O machismo que está enraizado, quando a maioria dos homens veem uma mulher de roupa curta, as caracterizam com apelidos ofensivos, como "piranha", "não se dá o devido valor.” (4º engenharia química)

Comportamentos típicos de Homens para os alunos de humanas

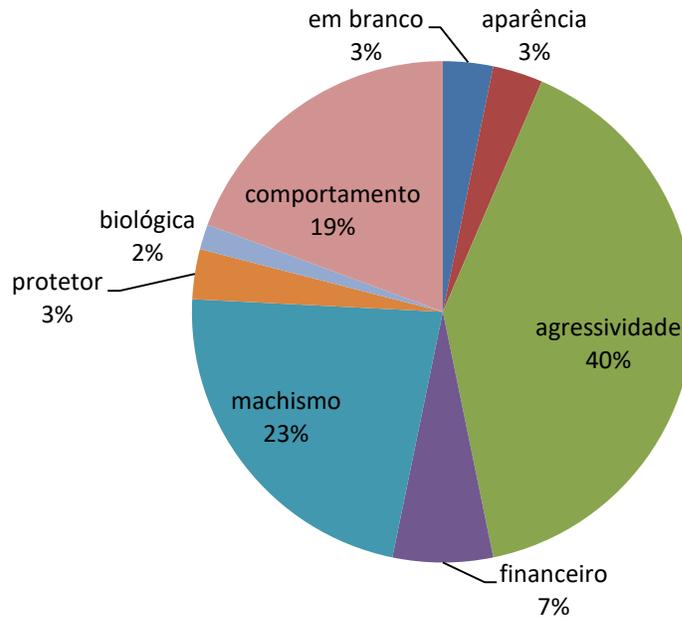


Gráfico 7- Comportamentos típicos de homens entre os alunos dos cursos de humanas

Categorias	Quantidade	Porcentagem (%)
Machismo	14	23%
Financeiro	4	7%
Agressividade	15	40%
Aparência	2	3%
Biológica	1	2%
Protetor	2	3%
Comportamento	12	19%
Total	52	100%

Tabela 9- Comportamentos típicos de homem para os alunos de humanas

Fonte: Elaborado pela autora

Ao observarmos os dados apresentados podemos perceber que a questão “características e comportamentos típicos de homens” apresentou 7 categorias que estão relacionadas a machismo, financeiro, agressividade, aparência, biologia, protetor e comportamento. A análise também apresentou 2 questionários em branco que foram sinalizados como a marcação positiva ao que se refere a comportamentos diferentes em relação ao gênero, mas a explicação não foi desenvolvida.

Categoria 1: Machismo (14 respostas)

“Homens que acham que as mulheres devem ser submissas a eles.” (Serviço Social, 2º).

“Machismo e masculinidade.” (Licenciatura em educação no campo, 10º).

“O machismo, a falsa ideia de invencibilidade.” (Serviço Social, 2º).

“Se achar superior. Ausência de medo em situações de vulnerabilidade.” (Serviço Social, 2º).

Categoria 2: Financeira(4 respostas)

“Socialmente falando, trabalhar pra sustentar a família, direitos à sair com amigos e deixar a responsabilidade doméstica para a esposa.” (Psicologia, 2º)

“Responsabilidade financeira.” (Serviço Social, 2º).

Categoria 3: Agressividade(15 respostas)

“Homens são ensinados a serem agressivos, másculo, fortes e suprimirem os sentimentos.”
(Serviço Social, 2º).

“Homens costumam ser mais violentos e não sabem lidar com seus próprios sentimentos.”
(Psicologia, 2º).

“Homens em geral são violentos e insensíveis, além de possessivos.” (Economia, 1º).

Categoria 4: Aparência(2 respostas)

“Heineken na mão, bermuda jeans, camisa polo e sapatênis nos pés.” (Educação Física, 12º).

“Andar largado, menos sensibilidade, menos importância na aparência.” (Farmácia, 11º).

Categoria 5: Questão biológica (1 resposta)

“O homem não engravida.” (Educação física, 3º).

Categoria 6: Protetor(2 respostas)

“Protetor.” (Administração, 1º)

Categoria 7: Comportamento (12 respostas)

“Impulsividade.” (Educação física, 3º).

“Postura mais atenta” (Administração, 1º).

“São mais rígidos, baseando me nos que conheço.”(História, 4º)

Em relação às respostas negativas a comportamentos e características diferentes entre homens e mulheres, foram observadas:

Respostas negativas em relação aos alunos de exatas

Categoria: Gênero não define (56 respostas)

As repostas negativas tiveram como categoria a ideia de que o gênero não define ninguém, e que não existe um comportamento típico de um gênero o outro. Isso seria uma construção histórica que perpassa toda a sociedade.

“Todos podem agir da mesma forma, não é isso que torna homem ou mulher” (Física, 2º período).

“O que a sociedade diz que devia ser típico é algo histórico e hoje sabe-se que na verdade não passam de imposições que estão empregadas” (Matemática, 4º período)

“Pois o gênero não define comportamentos em geral, com exceção de pesquisas científicas corroboradas que apontam alguns” (Engenharia Química, 3º período).

“Porque existem comportamentos de acordo com a pessoa que você é e não pelo seu gênero” (Física, 3º período).

Em seus estudos, Beauvoir (1949), diz que o sexo biológico não define quem o indivíduo é, e sim as questões socioculturais. E com isso foi criado a noção de gênero, que explica as diferenças sociais que existem entre homens e mulheres devido aos papéis socialmente construídos pela sociedade. Esse modelo patriarcal e machista determina que o papel da mulher adquire uma segunda posição, abaixo do homem, ganhando um papel secundário socialmente.

Respostas negativas em relação aos alunos de humanas

Foram obtidas 48 respostas negativas, como exemplo, temos:

“Nem gênero nem sexo biológico definem o padrão de comportamento.” (Psicologia, 2º período).

“Pois nós agimos conforme pensamos e não simplesmente por determinado gênero.” (Serviço Social, 2º período).

“Pois são todos humanos com comportamentos próprios, Ainda que a sociedade tente impor padrões de comportamentos.” (Administração, 2º período).

Através da análise das respostas, percebemos assim que quando questionado aos os alunos se existem diferenças entre os gêneros, os alunos evidenciam que existem sim essas diferenças. Os alunos das áreas de exatas obtiveram 56 respostas negativas a esta afirmativa, em contraposição os alunos dos cursos de humanas responderam 48 respostas negativas. Isso nos mostra que os alunos de exatas têm uma concepção diferente dos alunos de humanas, uma vez que em sua maioria de respostas deram negativas com relação às diferenças conceitos que existem na sociedade. O que evidencia que os alunos de exatas tem uma percepção.

5.1.4- Questão fechada

A questão fechada para análise de dados foi:

Existe violência de gênero?

Sim Não

Alunos de exatas:

Alunos de exatas	Violência de gênero		
	Sim	Não	Em branco
	100	0	0

Tabela 10- Violência de gênero para os alunos de exatas
Fonte: Elaborado pela autora

Alunos das áreas de humanas:

Alunos de humanas	Violência de gênero		
	Sim	Não	Em branco
	95	0	5

Tabela 11- Violencia de gênero para os alunos de humanas
Fonte: Elaborado pela autora

Alunos de exatas e humanas:

Alunos de exatas e humanas	Violência de gênero		
	Sim	Não	Em branco
	195	0	5

Tabela 12- Violencia de gênero para os alunos de exatas e humanas
Fonte: Elaborado pela autora

A questão central desta pesquisa está na comparação entre os dados a partir de dois públicos: alunos das áreas de exatas e alunos das áreas de humana. Com intuito de entender quais as representações sociais existentes no meio acadêmico. Vale ressaltar que participaram da pesquisa 200 estudantes, essa amostra foi caracterizada por 121 dos sujeitos do sexo feminino e 79 do sexo masculino.

Dos 100 questionários aplicados aos alunos das áreas de exatas, 48 pertenciam ao sexo

masculino e 52 ao feminino. Já nas áreas de humanas 31 eram do sexo masculino e 69 do feminino.

Isso demonstra que o número de alunas do sexo feminino é maior nos dois públicos- alunos de exatas e humanas, 52% e 69 %, respectivamente.

A constatação interessante observada ao decorrer da análise de dados é que independente da área que os alunos se inserem, eles apresentam a mesma concepção do que é feminicídio, ou seja, independente dos seus cursos os indivíduos tem a mesma percepção sobre o tema, isso pode ser correlacionado ao fato de que o conhecimento sobre o mesmo foi sinalizado como resultado das informações passadas pelas mídias, sendo a internet e a televisão como as primeiras fontes de informações deste ranking.

O resultado evidencia que os alunos das áreas de exatas e humanas concordam que existe uma violência baseada em questões de gênero como afirma Lagarde (2004), que demonstram a existência da desigualdade entre homens e mulheres. Nesse sentido as mulheres são vistas como inferiores ao sexo masculino e assim, ameaçadas, agredidas e violentas pela sua condição. Essa aversão a figura feminina são propagadas nas instituições sociais como: família, escola e igreja.

Os dados deste estudo elucidam que os dois grupos de alunos possuem as mesmas concepções centrais acerca do feminicídio. Essas representações provêm da constatação de que, morte (f 92 OME 1.9), machismo (f 71 OME 2.6), violência (f 59 OME2. 6), mulher (f 52 OME 1.9)e agressão(f 38 OME 2.6) estão associados a um sentimento negativo advindo de um construto histórico e social baseada no machismo representado em forma de agressão e violência, e resultante na morte de mulheres.

Percebemos então, que o machismo mata mulheres, ou seja, propicia o feminicídio, para Russel (1976) essa morte é decorrente de uma violência inserida na cultura de uma dada sociedade que por vezes naturaliza a violência de gênero e restringe a vida da mulher, como exemplos: crimes decorrentes de costumes e tradições culturais e religiosos como, apedrejamento de mulheres pelo adultério ou perda da sua virgindade, mutilação genital e os crimes de defesa contra a honra do homem.

Essa relação de inferioridade para Beauvoir (1949) se apresenta desde o nascimento da mulher. Quando esta nasce já é ensinada a ser feminina, e assumir um papel secundário da

própria vida, totalmente diferente da concepção masculina que é apresentada como protagonista da própria vida e da vida das mulheres. Noção essa que é construída como fruto de uma sociedade patriarcal que delimita o papel feminino como coadjuvante, que necessita de um personagem mais forte para alavancar a audiência, ou seja, sem o personagem principal o enredo não aconteceria e assim a história não caminharia para um final pleno e feliz.

Essa delimitação é implícita e perpassada nas relações sociais, que definem papéis sociais através do gênero, situação econômica, raça e poder como afirma Marx e Engels (2007), esse sistema capitalista de produção, é constituído para a construção da coletividade, e os indivíduos pertencentes a essa sociedade sofrem coerção em prol deste resultado. Esse processo ocasiona uma consciência coletiva baseada na realidade social deste grupo, assim, essa consciência é independente da vontade individual. Essa sociedade capitalista, baseada na divisão do trabalho manual e intelectual se configura em uma sociedade baseada na alienação e no fetiche, que possibilita à consciência “representar algo, sem representar algo real” (MARX; ENGELS, 2007, p.26), ou seja, uma falsa consciência uma vez que o alicerce para a consciência individual é a busca pela reflexão das ideias existentes, para isso é necessário entrar em contradição com as ideias sócias existentes, e assim criar uma nova ideologia. Assim, os papéis sociais baseados em gênero são constituídos a partir da coisificação das mulheres, isto é, transformação de ser humano para objeto, e assim, são tratadas de qualquer forma a ser manipulada pelo dono da mercadoria com ou sem valor de compra e de troca.

Essa coisificação da figura feminina coloca a mulher como objeto de desejo a ser possuído ou utilizado para satisfação do dono, esse processo de desumanizar ignora tanto o sofrimento quanto a consciência da mulher e torna mais simples o processo para justificar os atos violentos e criminosos que acometem as mulheres.

A objetificação da mulher, especificamente do corpo feminino é alvo de luta feminista, que busca recriar a concepção do corpo feminino alvo de turismo brasileiro, e assim, liberado pelo homem como objeto, em uma noção do corpo pertencente à própria mulher. Nesse sentido, a mulher passa a ter direito sobre o seu corpo e ter escolhas sobre o que deseja ou não, isto é, torna-se dona de sua história.

De acordo com Machado (2001) a noção do masculino se baseia na sexualidade e o feminino como seu objeto, essa concepção histórica da sociedade ocidental é baseado no

patriarcado enraizado que concerne à figura masculina o papel de detentor do poder nas relações familiares, profissionais, ou seja, a dominação masculina e opressão feminina. O significado do ser homem está sempre atrelado à comparação com a mulher:

Assim, ainda que a lógica do mundo relacional da honra não tenha, em toda a cultura ocidental, a forte presença que tem no mundo brasileiro e hispano-americano; a vinculação do masculino com a “ação”, a “decisão”, a “chefia de uma rede de relações familiares”, e a “paternidade” entendida como “provimento material”, constitui-se num impensado de gênero da cultura ocidental, que, muitas vezes é identificado com os “valores antigos ou tradicionais” de gênero. (MACHADO, 2001, p.17)

A antiga ideia de defesa da honra e controle sobre as mulheres ainda se apresenta na sociedade contemporânea como justificativa da violência vivida pelas mulheres. Que interpreta os atos a partir de uma lógica cultural que delimite o papel da mulher e objetifica sua existência. Esse machismo encontra-se também nas mulheres que absorvem esses valores antigos e reproduzem suas concepções.

O machismo por vezes é velado, escondido em piadas, conselhos e questionamentos, piadas que se referem a mulheres como pessoas irracionais e sem detrimento de inteligência, conselhos em como ser uma boa esposa e mãe e questionamentos sobre sua vestimenta e o consentimento do parceiro em aspectos da sua vida cotidiana. As roupas, por exemplo, são alvo de justificativas para o assédio nas ruas, nos transporte público, e nos locais de trabalho, assédio que se inicia com uma agressão verbal, com a objetificação do corpo feminino e insultos relativos às negativas à sua investida, e culmina em agressão física, em agressões e violências sexuais, são também associados às roupas que as mulheres usam. A normatização das cantadas atinge os direitos das mulheres que frente aos constrangimentos mudam suas rotinas, e deixam de fazer atividades cotidianas, visto que o corpo feminino é tido como um objeto e assim podendo sofrer inferência de outrem.

Quando pensamos na cultura brasileira, vêm-nos à mente algumas de suas características mais marcantes: a sinuosidade; a linguagem com entrelinhas; o erotismo e a sensualidade expressos nas vestimentas, na música, na dança e nas conversas ambíguas; a busca de intimidade, a mania de tocar o outro, a informalidade, a confiança fácil; a saída ou os escapes do deixa-disso. (FREITAS, 2001, p, 16)

. Essa classificação determinada pelo tipo de roupa que a mulher veste rotula e absolve a culpa do homem, pois a mulher se veste para o homem e quer chamar a atenção para si. Essa

ideia ocidental contradiz as violências vividas pelas mulheres árabes que apesar de usarem burcas e lenços soltos, que não revelam nada do corpo feminino também serem vítimas de violências dessa ordem. Aqui, percebe-se que a violência sexual não é sobre desejos masculinos justificados pelo vestuário feminino, e sim sobre o poder que o homem tem sobre este corpo, que pode ser usado a maneira que lhe convir, ou seja, essas atitudes representam o machismo estrutural enraizado e presente nas relações sociais que configuram o papel da mulher como coisa e o homem como detentor deste, e como estes são disfarçados e absorvidos no cotidiano e vistos como situações comuns e por vezes naturalizado, mesmo carregadas de preconceito e estereótipos baseados em gênero.

Essa discriminação estrutural da desigualdade em relação ao poder, inferioriza e subordina as mulheres diante da figura masculina, desde a antiguidade até os dias de hoje. Este discurso está tão enraizado que é absorvido com naturalidade pelos indivíduos como verdade absoluta, por isso a forma de quebrar esse ciclo de violência contra as mulheres que se iniciam com violências psicológicas e resultam em morte, seria promover uma educação baseada na promoção da igualdade nas relações de gênero, como dizia Mandela:

“A educação é a arma mais poderosa que você pode ter para mudar o mundo, os sonhos um dia podem virar realidade e não há caminho fácil para a liberdade. A luta tem que ser diária e com perseverança para podermos atingir o objetivo de um dia as pessoas viverem como verdadeiros irmãos, com liberdade e com respeito pelo seu semelhante” (MANDELA, 2003),

Ideias como essas são favoráveis à construção de uma nova concepção acerca do certo e errado, normal e patológico e após estes identificados, cria-se uma noção de trava social para que o ciclo da violência seja quebrado. Num primeiro momento, as leis existem como punição para algo já praticado, socialmente os indivíduos precisam da coerção em forma de normas e leis para que mostre que o sujeito agressor seja punido caso cometa algo inapropriado. Esse medo cria uma trava nos indivíduos que pensem em cometer certas atitudes determinadas como erradas, e assim não cometam devido ao receio de penalidade que o ato resultará. Após a tipificação da lei, e o estabelecimento do parâmetro social aceitável, criam-se novas formas para estabelecer uma educação que proporcione ideologicamente a concepção de gênero, o papel da mulher na sociedade e como este é totalmente construído dentro do arcabouço sociocultural, e como ele

acarreta a violência a mulher.

Em 2019 visando o combate à violência contra a mulher foi criado o relatório Daniella Ribeiro, o projeto inclui conteúdo relacionado à prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, em prol da promoção de mudanças estruturais profundas para acabar com o ciclo da violência. O Projeto de Lei 598/19, do Senado Federal, é de autoria do Senador Federal - Plínio Valério (PSDB-AM), e está em análise na Câmara dos Deputados, a proposta altera a Lei 9.394/96), de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que prevê a inclusão de conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra crianças e adolescentes de forma transversal nos currículos escolares, mas não inclui as mulheres (BRASIL, 2020).

Políticas públicas como esta proporcionam uma reeducação nos sistema sociocultural, pois a educação tem como princípio o desenvolvimento um indivíduo e conseqüentemente de uma sociedade, como defendia Paulo Freire (2001), ao afirmar que a desigualdade das classes sociais acarretava na opressão das classes mais abastadas, nesse sentido as mulheres como pertencentes ao gênero inferior sofreriam opressão por parte dos homens. O ensino nas escolas favoreceria a noção crítica do aluno no sentido de romper com as concepções existentes em prol da igualdade de gênero.

Começando a despertar essa noção na infância, a criança passaria a ter uma consciência social mais ampla, isto é, o processo de iniciaria nos primeiros anos de vida das crianças e assim as gerações futuras romperão o ciclo da violência, pois desde pequenos foram ensinados a serem críticos do processo histórico que determinam as concepções baseados em gênero, e assim ampliar sua consciência social.

A importância do tema se verifica com a criação de políticas públicas voltadas a medidas governamentais e de práticas cotidianas que reconheçam a mulher como autônomas e requerentes de suas escolhas. Assim, espera-se que se alterem as ideias perpassadas nas estruturas sociais e culturais, mas também as práticas e as ações que interrompa o ciclo da violência contra a mulher.

5. 2 Estudo 2- O feminicídio na mídia escrita brasileira

Quais as representações que são vinculadas na mídia brasileira, através da análise de dois grandes jornais de grande circulação: O GLOBO e a FOLHA de SÃO PAULO. Totalizando 140 artigos na Folha de São Paulo e 180 no O GLOBO. Para análise de dados foi utilizado o software: *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRAMUTEQ).

O IRAMUTEQ foi desenvolvido por Pierre Ratinaud, no ano de 2009, e licenciado por GNU GPL (v2), para análises estatísticas sobre corpus textuais e tabelas indivíduos / palavras (CAMARGO; JUSTO, 2013).

As estatísticas análises sobre o corpus textuais se referem a análises: textuais clássicas, análise de contraste de modalidades de variáveis, classificação Hierárquica Descendente, de similitude de palavras presentes no texto e estatísticas de nuvem de palavras. Já a análise de tabelas indivíduos por palavras estabelecem: Classificação Hierárquica Descendente por algoritmo, Classificação Hierárquica Descendente por matrizes de distância, de similitude de palavras resultantes de evocações livres, nuvem de palavras e análise de descrição e X². Ele é um programa gratuito e ancora-se no software R e na linguagem Python. Com a utilização do software no Brasil, em 2013, a equipe Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição (LACCOS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), adicionou palavras da língua portuguesa a ele, possibilitando a melhoria de rigor da análise.

Análise da Folha de São Paulo (140 reportagens)

DENDOGRAMA GERADO ATRAVÉS DA ANÁLISE IRAMUTEQ (CLASSIFICAÇÃO HIERARQUICA DESCENDENTE)

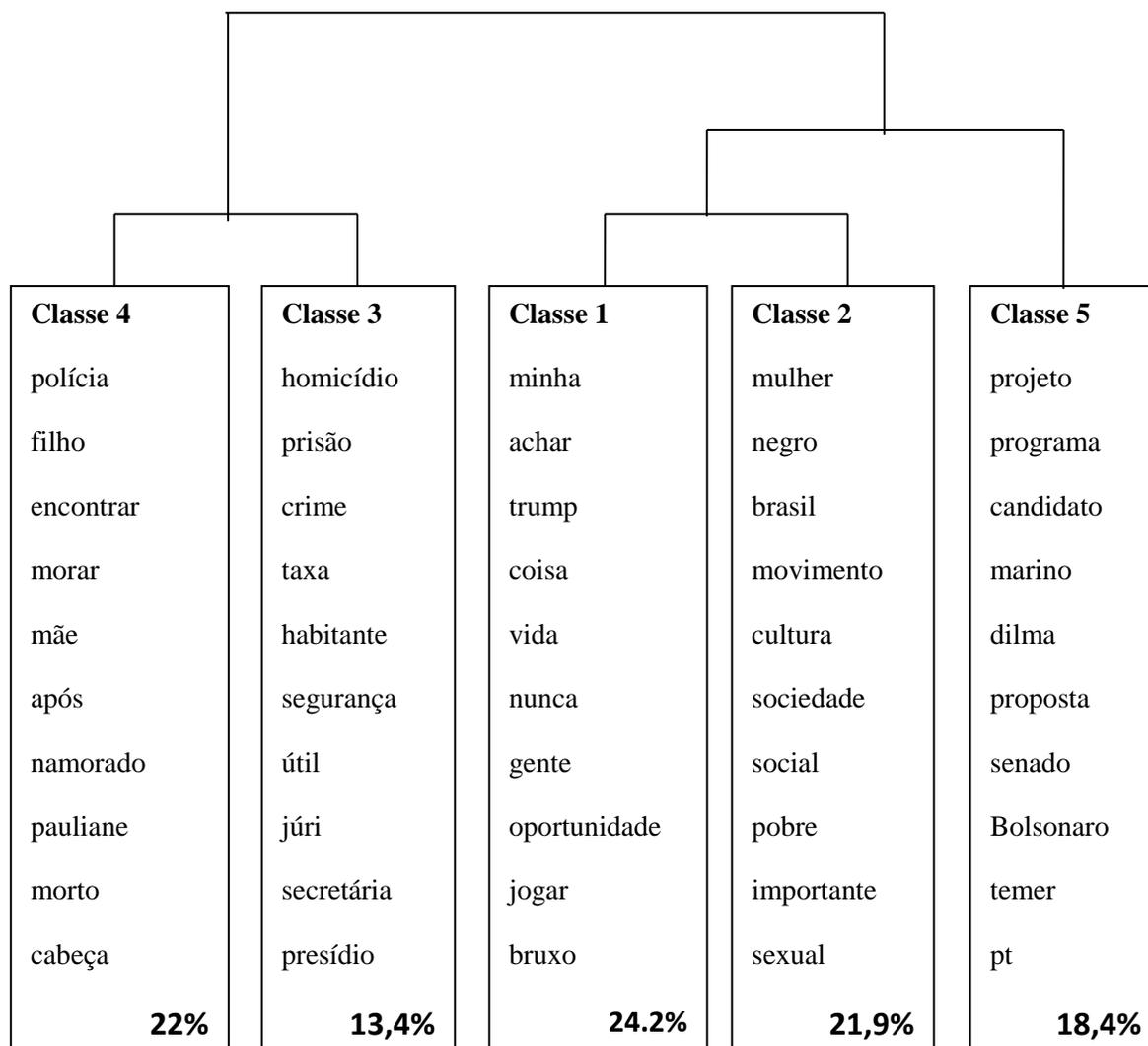


FIGURA 4 – Classificação Hierárquica descendente referente a FOLHA DE SÃO PAULO
Fonte: Elaborado pela autora

O Dendograma de Classificação Hierárquica Descendente permite compreender as expressões e cada uma das palavras escritas pelo jornal, através das transcrições o dendograma apresenta classes de segmentos de textos que apresentam segmentos semelhantes entre si e diferentes das outras classes.

Nessa figura, que ilustra as relações interclasses, a leitura deve ser feita da esquerda para a direita, para baixo, ou seja, num primeiro momento, o corpus foi dividido em dois subgrupos. Num segundo momento, o subgrupo da esquerda foi dividido em dois, do qual resultaram as classes 3 e 4, e o subgrupo da direita foi dividido em três classes, a classe 5 e as classes 1 e 2. Isso significa que as classes 3 e 4 possuem menor relação ou proximidade com as classes 5, 1 e 2. A classe 5 possui maior relação ou proximidade com as classes 1 e 2, assim como a classe 3 possui mais relação ou proximidade com a classe 4.

A figura acima, apresenta 5 classes com a subdivisão do corpus. O feminicídio em três grandes blocos temáticos: a morte da mulher e o crime, questão de gênero e o patriarcado e a lei. O percentual visualizado no dendograma indica o grau de participação das palavras de cada classe sobre o total das palavras constantes do corpus.

Classe 1- Sentimento de posse e propriedade. e oportunidade (minha e oportunidade). Essa classe é responsável por 24.2% dos corpus. Neste sentido, pode-se perceber que o feminicídio é associado a uma oportunidade resultante de um sentimento de posse do homem em relação a mulher.

Classe 2- Social, ligando a questão racial, movimento cultura. Mulher. Essa classe é responsável por 21.9%. O termo feminicídio é associado a palavra mulher, ou seja, é um homicídio resultante de uma questão do gênero feminino.

Classe 3- Apresentação dos casos ocorridos. Essa classe é responsável por 13.4% dos corpus. A variável descritiva são as concepções do feminicídio como um episódio em que a norma social não foi seguida e por isso requer castigo, ou seja, existe uma coerção pra coesão, no sentido de solidariedade, como explicava Durkeim (2003).

Classe 4- Resultados jurídicos. Essa classe é responsável por 22%. Apresenta os resultados jurídicos decorrentes dos casos de feminicídio.

Classe 5- Política. Essa classe é responsável por 18.4%. A classe apresenta o feminicídio com uma dimensão política, com a criação de projetos de lei vigente no país para a punição dos casos de violência doméstica e morte de mulheres, tipificando o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

CLASSE 3

“com pena maior tendo em vista que uma **mulher** morreu porque seu algoz se julgou muito superior a ela com mais direitos se uma **mulher** é morta numa briga de trânsito hipótese comum aos homens mas rara na população feminina provavelmente não será feminicídio e sim um homicídio

***ano_17”**

“luis bastos passou a ser acusado de homicídio qualificado por feminicídio violência motivada pelo gênero da vítima motivo fútil e emprego de meio cruel além dos **crimes** de furto e ocultação de cadáver estamos de mãos atadas ***ano_18”**

CLASSE 4

“a vítima foi encontrada morta no dia 22 de julho após cair do quarto andar do prédio em que morava em guarapuava no paraná o inquérito da **polícia** civil foi encerrado nesta terça-feira 31 ***ano_18”**

“no mesmo dia por volta das 16h ***** estrangulou e matou a **namorada** ***** após uma discussão na rua na região do jardim Ângela zona sul da capital paulista ***ano_17”**

“desde junho de 2015 275 mulheres foram assassinadas no país maridos ou **namorados** foram responsáveis por 59 dos casos segundo levantamento da ong la casa del encuentro os números estão dentro da média dos últimos três anos ***ano_15”**

CLASSE 2

“o texto legal não contém a palavra gênero mas é disso que se trata existe hoje o preconceito contra o termo que na lei foi substituído por sexo mas matar **mulher** por ela ser **mulher** é questão de gênero que ameaça todas as **mulheres** ao mesmo tempo Ano_13”

“ela substitui uma lei que essa sim era fracassada antigamente a penalização para o agressor era distribui cestas básicas e fazer trabalho comunitário isso incentivava a violência e não estimulava as **mulheres** a denunciarem

***ano_17”**

“com pena maior tendo em vista que uma **mulher** morreu porque seu algoz se julgou muito superior a ela com mais direitos se uma **mulher** é morta numa briga de trânsito hipótese comum aos homens mas rara na população feminina provavelmente não será feminicídio e sim um homicídio

***ano_17**

CLASSE 1

“O Juiz achou que se trata-se de um engano até que citou o nome da agredida. O homem respondeu, ah doutor a fulana é minha mulher *ano_17”

“tal fato somado a alguns sucessos na luta por **oportunidades** iguais deu a uma boa parte da sociedade a impressão de que os direitos das mulheres já estariam assegurados led o engano ainda temos muito a avançar ***ano_17”**

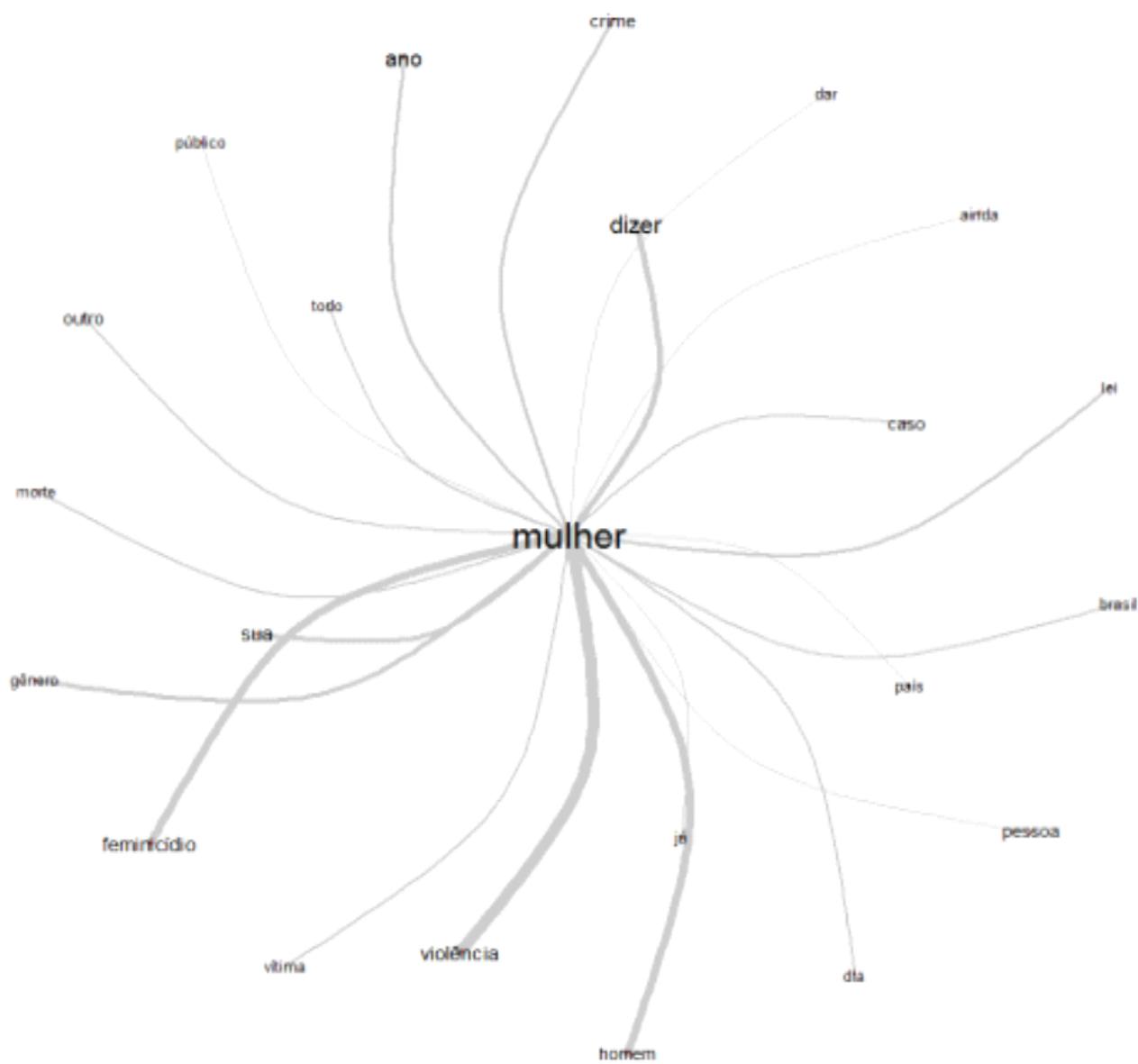
“se a parceira sexual idealizada tem 15 ou 16 anos consumidores masculinos podem demandar pornografia que tenha essas meninas e a **oportunidade** de pagar por sexo com elas diz a pesquisa ***ano_17”**

CLASSE 5

“essa alteração foi feita porque na semana passada o congresso já aprovou um **projeto** com essa previsão o **projeto** foi votado na continuidade de priorização da pauta que visa combater a violência doméstica em decorrência do dia internacional da mulher comemorado em 8 de março ***ano_18”**

“câmara aprova lei que endurece pena para feminicídio a câmara dos deputados aprovou nesta quarta 28 versão final de **projeto** que aumenta a pena de feminicídio que seja cometido em descumprimento de uma medida protetiva prevista na lei maria da penha ***ano_18”**

Análise de Similitude do Jornal Folha de São Paulo



A FIGURA 5 –Análise de similitude acerca do termo indutor Feminicídio jornal FOLHA DE SÃO PAULO partir destas
Fonte: Elaborado pela autora

ligações possibilita a representação de uma árvore sem ciclo, árvore máxima ou árvore de coocorrências, criada pelas extremidades mais fortes do gráfico. Obtivemos a comparação de palavras semelhantes ou expressões de palavras que mais se repetem.

A árvore de similitude nos mostra, em suas linhas de palavras de mais destaque, relações mais fortes entre os significados. Assim, observa-se em primeiro plano a marcante ligação entre a palavra mulher e a palavra violência, que surge no meio da figura como elemento agregador e organizador, já a palavra homem também aparece como elemento agregador mais com menor destaque, e a palavra feminicídio, sendo inicialmente evidenciada pelo fato da palavra chave norteadora da pesquisa “feminicídio”. Numa análise mais minuciosa é possível perceber outras ligações que as palavras “gênero, morte, crime, lei, brasil, pessoa, vítima” apresentam em relação à palavra “mulher”, evidenciando o grau de importância desses elementos para o tema.

5.2.2 Análise jornal O GLOBO (180)

DENDOGRAMA GERADO ATRAVÉS DA ANÁLISE IRAMUTEQ (CLASSIFICAÇÃO HIERARQUICA DESCENDENTE)

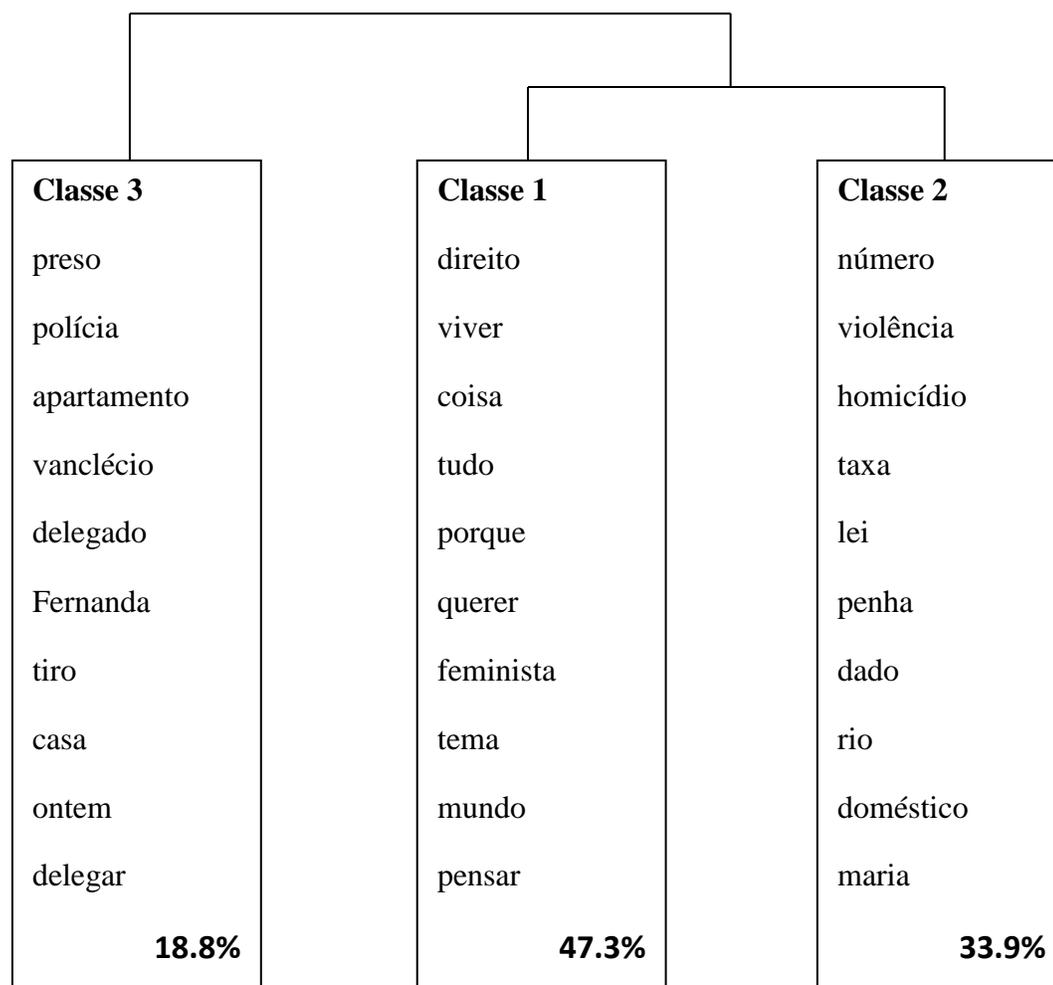


FIGURA 7 – Classificação hierárquica descendente acerca do termo indutor Femicídio jornal O GLOBO
Fonte: Elaborado pela autora

O Dendrograma de Classificação Hierárquica Descendente ilustra as relações interclasses, num primeiro momento, o corpus foi dividido em dois subgrupos. Num segundo momento, o subgrupo da direita foi dividido em dois, do qual resultaram as classes 1 e 2, e o subgrupo da esquerda resulta a classe 3. Isso significa que as classes 1 e 2 possuem menor relação ou

proximidade com a classe 3.

A figura acima, apresenta 3 classes com a subdivisão do corpus. O feminicídio em dois grandes blocos temáticos: resultados da morte da mulher e o segundo como o direito negado e número de mortes. O percentual visualizado no dendograma indica o grau de participação das palavras de cada classe sobre o total das palavras constantes do corpus.

Classe 1- Direito. Essa classe é responsável por 47.3% dos corpus. Neste sentido, pode-se perceber que o feminicídio é associado a questões de privação de direito da mulher à vida, a liberdade, a suas escolhas.

pede justiça para as mulheres mas também nega a elas alguns de seus **direitos** observa eliane autora do livro entre agulha e caneta a mulher na obra de lima barreto ele achava que as feministas só queriam a emancipação das classes mais altas. ano_18

tivemos liberdade para poder discordar o importante é debater não impor quais são as grandes questões sobre o amor e sexo em 2018 existem varias possibilidades de amor hoje desde as pessoas que **vivem** o poliamor até as que não fazem sexo por opção. ano_15

a lei se justifica plenamente porque **vivemos** numa cultura patriarcal afirmou existe um traço de cultura que facilita a vitimização da mulher isso que se quer evitar com o feminicídio. ano_18

vivemos um momento em que os direitos mínimos são atacados É importante mostrar para as pessoas que elas não podem pensar o mundo somente a partir da visão delas as pessoas devem **viver** como quiserem desde que não firam o direito de ninguém. ano_18.

Classe 2- Estimativa em Número. Essa classe é responsável por 33.9%. O termo é associado ao grande número de assassinatos de mulheres que ocorreram.

apesar da lei mais dura morte de mulheres cai pouco estudo do instituto de pesquisa econômica aplicada Ipea sobre **violência** contra as mulheres concluiu que apesar da lei maria da penha foi pequena a redução no número de mortes desde 2006 quando a punição mais dura entrou em

vigor. **ano_13**

em março deste ano a secretaria de políticas públicas para as mulheres sppm divulgou que em 2012 os relatos de **violência** contra as mulheres chegaram a 88 865 registros dez a cada hora de acordo com denúncias apresentadas ?central de atendimento ?mulher. **ano_13**

feminicídio 57 processos no rio o observatório judicial da **violência** contra a mulher já registrou de janeiro a agosto deste ano a abertura de 57 processos por feminicídio no estado e na primeira quarta-feira. **ano_14**

762 **homicídios** de mulheres em 2013 teve como autor um familiar da vítima sendo 33 o parceiro de 1980 a 2013 106 093 mulheres foram mortas. **ano_16**

Classe 3- Apresentação de casos. Essa classe é responsável por 18.8% dos corpus. A variável descritiva apresenta os casos de feminicídio que tiveram grande destaque na mídia.

como houve a recusa ele deu duas facadas no pescoço dela disse o delegado uma das provas do envolvimento do **preso** no crime um vídeo de momentos antes da morte que mostra rojelson caminhando ao lado da vítima e da menina. **ano_16**

todos os disparos foram direcionadas ao rosto dela 11 tiros tudo indica que foi um crime passional ele foi autuado em flagrante e foi levado **preso** para a delegacia afirmou Rafaela. **ano_18**

o crime aconteceu no mesmo dia em que Fernanda de Souza Siqueira de 29 anos morreu esfaqueada pelo ex-marido **vanclécio** cordeiro de 28 anos em Vicente de carvalho. **ano_18**

ele a impediu de sair do **apartamento** e de acordo com ele na sequência ela foi rumo a sacada e teria se atirado de repente disse o delegado no relatório consta que vizinho acordaram com o barulho da vítima pedindo socorro e chorando. **ano_17**

as palavras: mulher, seguida pelas palavras: violência e feminicídio. Também podem ser visualizadas palavras como crime, vítima, direito, país. Pode-se constatar que a nuvem de palavras corrobora os resultados explicitados anteriormente.

A palavra “mulher”, citada na maioria das reportagens, tem relação com o termo indutor uma vez que o ato feminicídio ocorrer devido as condições de gênero. Tal fato foi evidenciado nos estudos de Lagarde (2004), ao definir o feminicídio como a morte violenta de mulheres devido a sua condição de gênero.

5.2.3 Análise folha de SÃO Paulo e O GLOBO

DENDOGRAMA GERADO ATRAVÉS DA ANÁLISE IRAMUTEQ (CLASSIFICAÇÃO HIERARQUICA DESCENDENTE)

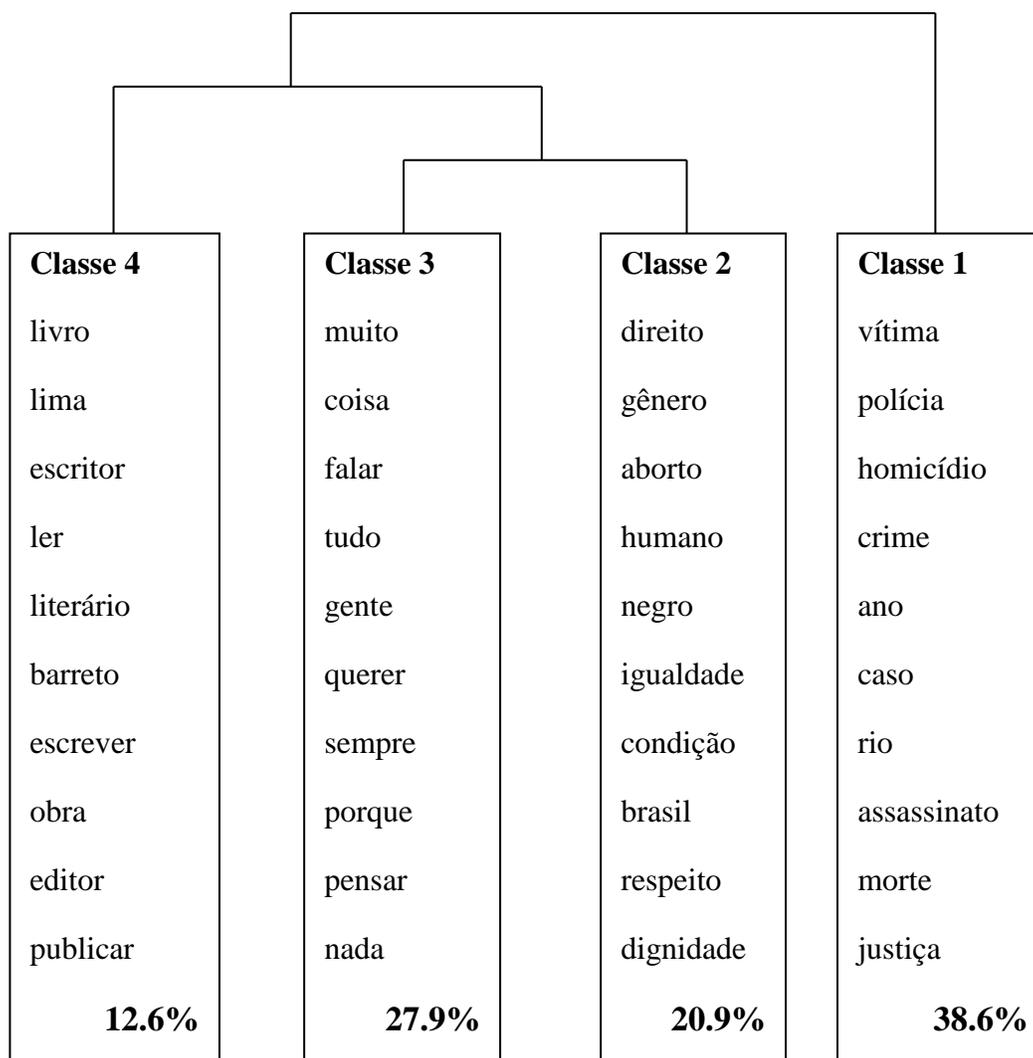


FIGURA 10 – Classificação Hierárquica Descendente acerca do termo indutor Feminicídio dos jornais FOLHA DE SÃO PAULO E O GLOBO
Fonte: Elaborada pela autora

A figura acima, apresenta 4 classes com a subdivisão do corpus. O feminicídio em três grandes blocos temáticos: os estudos, a quantidade e o direito e seus resultados. O percentual visualizado no dendograma indica o grau de participação das palavras de cada classe sobre o total das palavras constantes do corpus.

O corpus geral foi constituído por textos, separados em segmentos de texto (ST), com aproveitamento de 3658 STs . O conteúdo analisado foi categorizado em quatro classes: Classe 1, com 1416 ST (38.6%); classe 2, com 763 ST (20.86%); classe 3, com 1020 ST (27.88%) ; e classe 4, com 459 ST (12.55%).

Vale ressaltar que essas quatro classes se encontram divididas em três ramificações (A, B e C) do corpus total de análise. O subcorpus A, “Vítima”, composto pela classe 1.

Classe 1- Vítima. Essa classe é responsável por 38.6% dos corpus. Neste sentido, pode-se perceber que o feminicídio é um crime e como todo crime requer vítima. 02 O GLOBO, ano: 2013, 2014 e 2015.

O subcorpus B, denominado Classe 4- Dimensão literária. Essa classe é responsável por 12.6%. Indica a visão literária sobre a condição de questão de gênero da mulher Mostra fontes que descrevem o feminicídio . 01Folha de São Paulo, ano de 2018

Já o subcorpus C, refere-se as classes

Classe 2- Direito. Essa classe é responsável por 20.9%. O termo traz a noção de direito da vida da mulher ser negado devido a seu gênero. Jornal 02 O GLOBO, ano de 2017.

Classe 3- Quantidade de vítimas. Muito. Essa classe é responsável por 27.9% dos corpus. A variável descritiva apresenta que o numero de homicídio é alto. Jornal 1 Folha de São Paulo, ano de 2016 e 2017.

Análise de Similitude dos Jornais Folha de São Paulo e O Globo

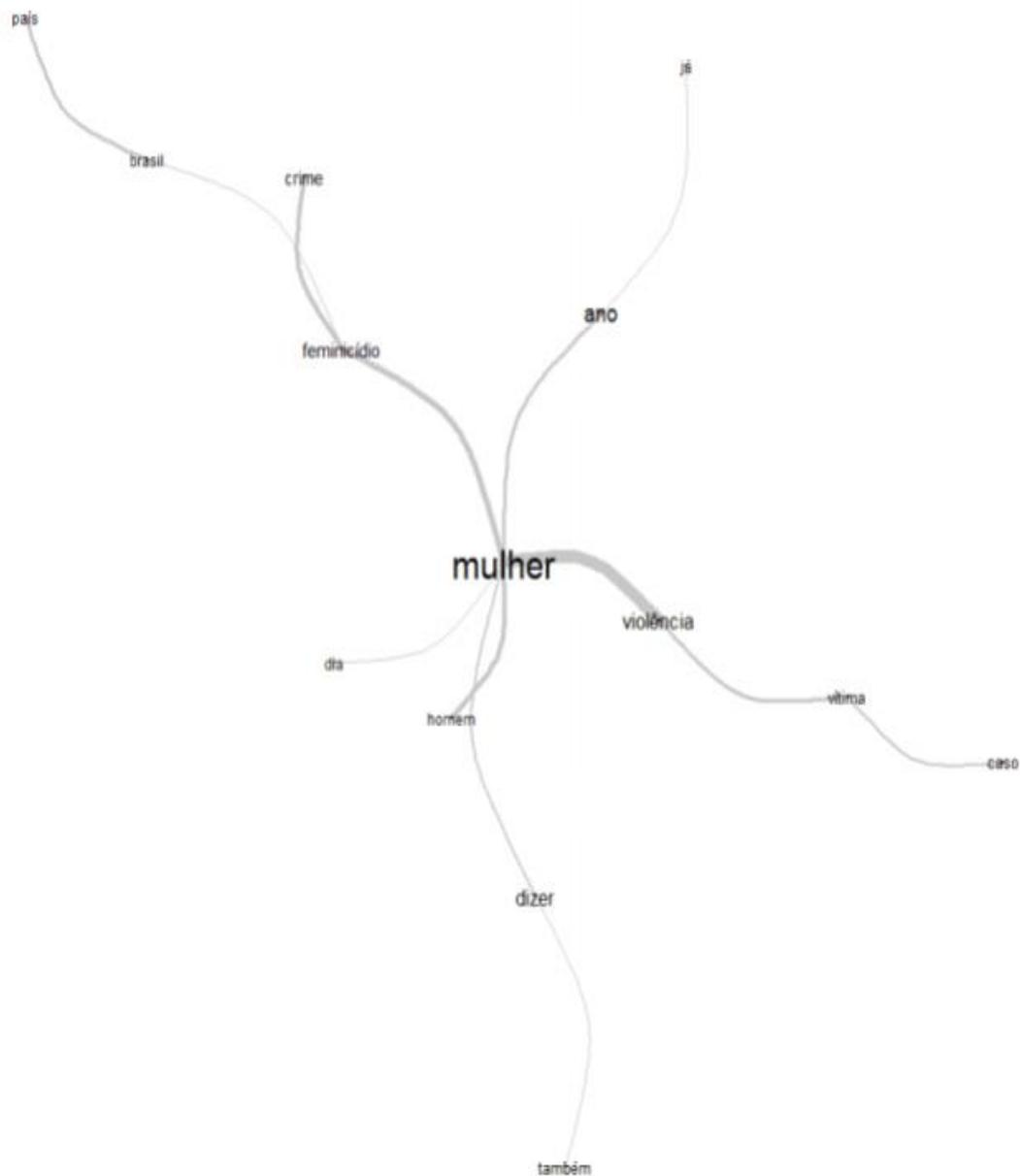


FIGURA 11 –Análise de Similitude acerca do termo indutor Feminicídio Jornais
FOLHA DE SÃO PAULO e O GLOBO
Fontr: Elaborada pela autora

A figura nos mostra a palavra mulher como possível elemento central, e sua forte correlação com a palavra violência. Também apresenta as palavras homem e ano como elementos

Na figura observa-se como palavras mais evocadas pelo jornal, e possível núcleo central, as palavras: mulher, violência e feminicídio. Também podem ser visualizadas palavras como crime, vítima, país, gênero e homem.

A palavra “mulher”, citada na maioria das reportagens, tem relação com o termo indutor uma vez que o ato feminicídio acontece devido condições de gênero. Tal fato foi evidenciado nos estudos de Lagarde (2004). Tais palavras enfatizam o observado nas análises anteriores.

Os meios de comunicação também podem produzir aprendizagem, formar opiniões e influenciar comportamentos através da mensagem que passa. Então, a mídia se apresenta como formadora de representações sociais, pois são baseadas na cultura de uma sociedade, e por isso tem poder de produzir ou transformar as informações desses crimes. Os indivíduos assimilam as informações passadas por esse sistema como descreve Moscovici (2003), o pensamento seria um reflexo social e a mídia teria o poder de propagar representações que influenciam o pensamento do indivíduo. Isto é, a imprensa forma a opinião, apresentando os motivos que justificam ou não o crime, determinando a noção do que é certo ou errado, normal e patológico.

Percebemos através da pesquisa que os meios de comunicação perpetuam a definição do termo feminicídio, ou seja, difundem a informação do que é e o que caracteriza o feminicídio. Levando em conta que essa é uma definição nova, tipificada no Brasil em 2015, os jornais nesse momento se mostram responsáveis pela explicitação do seu significado, da diferenciação do feminicídio e do homicídio, e também vulgarização das informações que estruturaram o construto do termo, e assim, futuramente perpetuar representações que justificam o mesmo.

Considerações finais

A pesquisa desenvolvida objetivou investigar quais as representações sociais do feminicídio no contexto universitário, buscando as dimensões difundidas e que estariam atuando no processo de formação dessas representações sociais. A análise de dados evidencia que independente dos cursos das áreas de exatas e humanas os alunos apresentam a mesma concepção do que é feminicídio, isso pode ser explicado uma vez que a internet e a televisão são descritas como as maiores fontes de informações acerca do conhecimento do tema. Logo, corrobora com a ideia de que existe uma violência baseada em questões de gênero que demonstram a existência da desigualdade entre homens e mulheres, que inferioriza, ameaça e agride a mulher pela sua condição.

Já num segundo momento o estudo se propõe investigar as representações sociais que são vinculadas na mídia brasileira, através da análise de dois grandes jornais de grande circulação: O GLOBO e a FOLHA de SÃO PAULO, que mostra a mídia como fonte de informação que perpetua a definição do feminicídio nos meios sociais.

A pesquisa permitiu construir uma relação dialógica entre a teoria das representações sociais e o entendimento do processo acerca do feminicídio.

Analisar as representações sociais construídas pelo grupo em questão permitiu avaliar como o feminicídio está sendo vista no momento atual.

As representações sociais apresentadas na pesquisa são construídas com base no ranking mundial de feminicídio, colocar o Brasil em 5º lugar, atrás de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia, Segundo a ACNUDH. O termo é definido como a morte violenta de mulheres motivadas por questões de gênero, resultantes de um terror sexista antifeminino, baseado em sentimento de propriedade, ódio e menosprezo diante da figura feminina. E por isso em 2015 a lei 13.104 tipificou o feminicídio como crime hediondo, ou seja, um tipo de homicídio qualificado. Vale ressaltar que a lei foi estabelecida após anos do estabelecimento da lei 11.340, conhecida como a lei Maria da Penha que sanciona como as violências domésticas como crimes, devido ao grande número de mulheres vítimas de tal ato. Essas leis possibilitaram a luta ao combate a violência contra a mulher e torna o Estado responsável tanto em punir como combater tais atos através da promoção de políticas que visem ações contra este tipo de violência.

Os dados deste estudo elucidam que os dois grupos de alunos: exatas e humanas possuem as mesmas concepções centrais acerca do feminicídio. Essa representação provém da constatação de que, morte, machismo, violência, mulher e agressão estão associadas a um sentimento negativo advindo de um construto histórico e social baseada no machismo representado em forma de agressão e violência, e resultante na morte de mulheres.

Assim, o machismo seria representações da dominação da mulher frente ao homem, que usa o argumento do sexo para determinar a identidade e os padrões de comportamento que tornam os indivíduos homem e mulher. Esse conceito é ensinado desde a infância e independem da consciência individual. O machismo seria a justificativa para o crime de feminicídio, e esse é fruto de um construto histórico baseado no patriarcado que hierarquicamente coloca a mulher abaixo do homem, e assim, este torna-se chefe de todas as relações sociais. Em uma posição superior o homem aloca a mulher como um objeto a ser usado como for conveniente, e quando esta não desempenha o papel que deveria, é descartada. Como uma coisa, é vista com distanciamento, e o sentimento de empatia fica distante, à medida que o se colocar do outro só é possível quando existe outro. A mulher nessa concepção não é um ser humano, e sim um objeto, por isso é possível se desfazer dela.

De acordo com os números apresentados pela mídia, o caso de feminicídio tem crescido a cada dia mais, mesmo com a tipificação da lei. Nesse sentido, a punição não está cessando outras mortes, e a educação se evidencia para a promoção da vida mulher e dos direitos igualitários nas relações de gênero determinados na Constituição Brasileira de 1988. O estabelecimento de Políticas públicas que visem um ensino a favor da igualdade de gênero romperia uma construção histórica patriarcal que inferioriza a figura da mulher a abaixo do homem, e justificam a violência contra a mulher.

Além disso, outros fatores como o sistema de comunicações perpetuam a representação do gênero, podendo ou não perpetuar a violência contra a mulher, uma vez que a mídia é também formadora de representações sociais. Os jornais em massa são dirigidos a um grande público, a partir de uma fonte organizada que atingem milhares pessoas, em um curto espaço de tempo. Assim, informam, ensinam persuadem os indivíduos, mas podem ser falhas, pois podem ignorar as informações inconscientes das mensagens e dos receptores.

A imprensa é baseada na cultura de uma sociedade, e assim tem poder de produzir ou transformar as informações desses crimes. Os indivíduos assimilam as informações passadas por esse sistema como descreve Moscovici (2003), o pensamento do indivíduo é um reflexo social e a mídia tem poder de propagar representações que influenciam o pensamento do sujeito. O resultado nesse âmbito apresenta que os jornais Folha de São Paulo e O GLOBO, expõe a definição do termo feminicídio, através de informações que caracterizam o crime, e o diferem do homicídio.

Por isso, a pesquisa sobre a representação do feminicídio é de extrema importância, pois através dos resultados criam-se medidas que contribuam para entender sua justificativa, e assim, cessar os casos de violência e assassinato contra as mulheres.

Levando em consideração que a lei nº 13.104, foi tipificada em 2015, o estudo se apresenta com aspectos ainda em crescente construção representacional. As críticas trazidas nesta pesquisa ressaltam que ainda há um longo caminho a ser percorrido e defendem a importância da adoção de medidas governamentais e de práticas cotidianas que acompanhem uma reestruturação social que não justifique a violência contra a mulher, e sim a criação e o estabelecimento de políticas públicas voltadas para a educação e conscientização da cultura do machismo e do patriarcado que matam cada dia mais mulheres em todo mundo.

Sendo um tema de suma importância para o combate ao ciclo de violência contra a mulher em nosso país, o estudo ora apresentado revela tendências e discussões que precisam ser melhor explorados em estudos posteriores. Com isso, reafirmamos sua urgência e centralidade na contemporaneidade.

Referências Bibliográficas

ABRIC, J. C. **Las representaciones sociales: aspectos teóricos**. En: _____ (Dir.). *Prácticas sociales y representaciones*. México, D. F.: Ediciones Coyoacán, 2001. p. 11-32.

BRASIL. **Lei 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília (DF), 2015 mar 10; Seção 1:1. Acesso em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13104-9-marco-2015-780225-publicacaooriginal-146279-pl.html>, no dia 04 de abril de 2018.

_____. **Lei n ° 11.340, de 7 de Agosto de 2006**. BRASIL. Lei n 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 7 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 18 jul. 2011. Acesso em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11340-7-agosto-2006-545133-publicacaooriginal-57150-pl.html>, no dia 04 de abril de 2018.

CAMARGO, B.V. & Justo, A. M. **Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ**. Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – LACCOS Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil (2013). Acesso em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>, no dia 01 de Agosto de 2018.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo** [tradução Sérgio Miller]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

CARCEDO, A. **No olvidamos ni aceptamos**. Femicídio em Centro América, 2000-2006. San Jose: CEFEMINA, 2010. Acesso em: <https://www.nodo50.org/codoacodo/enero2010/segato.pdf>, no dia 07 de outubro de 2018.

CERQUEIRA, D., et al. **Atlas da violência**. Brasília: Ipea, 2016. Atlas da Violência (Cerqueira et al., 2016). Acesso em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160322_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf

_____. **Atlas da violência**. Brasília: Ipea, 2018. Acesso em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf

COPELLO, P. **Apuntes sobre el feminicidio**. REVISTA DE DERECHO PENAL Y CRIMINOLOGÍA, 3.a Época, n.o 8 (julio de 2012), págs. 119-143. Acesso em <http://espacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:revistaDerechoPenalyCriminologia-2012-8-5030&dsID=Documento.pdf>, no dia 15 de julho de 2018.

DEL PRIORE, M. **Homens e mulheres: o imaginário sobre a esterilidade na América portuguesa.** História, ciências, saúde- Manguinhos, vol. VIII (1): 98-112, mar. –jun. 2001.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico.** Emilie Durkheim: tradução Paulo Neves: revisão da tradução Eduardo Brandão , - 3ªed.- São Paulo: Martins Fontes , 2007. –(Coleção tópicos)

FISKE, S. T; TAYLOR, S. E. Social cognition (2ª ed). Nova York: McGrawHill. (1991).

FONSECA, D. H., RIBEIRO, C. G., LEAL, N. S. B. (2012). **Violência doméstica contra mulher: realidades e representações sociais.** Psicologia & Sociedade; 24 (2), 307-314, 2012. Acesso em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n2/07.pdf>, no dia 15 de dezembro de 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. 184 p.

FREITAS, Maria Ester de. **Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações.** São Paulo, v. 41 n. 2 p. 8-19 .

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Dossiê Mulher 2017 – SUMÁRIO EXECUTIVO.** Acesso em: <http://www.ispdados.rj.gov.br/SiteIsp/SumarioExecutivoDossieMulher2017.pdf>, no dia 08 de Agosto de 2018.

JODELET, D. **La representación social: fenómeno, concepto y teoría.** En Serge Moscovici (compilador). Psicología social II. España: Paidós. (1984).

_____. (2001). **Representações sociais: Um domínio em expansão.** Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001.p 17-44.

JUANA, I. **Acosta López, The Cotton Field case: gender perspective and feminist theories in the Inter-American Court of Human Rights jurisprudence, 21 International Law,** Revista Colombiana de Derecho Internacional, 17-54 (2012). Acesso em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-81562012000200002, no dia 04 de abril de 2018.

LACERDA, I. A. (2015). **Lei do feminicídio e a proteção das mulheres em situação de violência.** Acesso em: http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2015/relatorios_pdf/ccs/DIR/DIR-Isadora_Almeida_Lacerda.pdf, no dia 08 de agosto de 2018.

LAGARDE, M. **Por La vida y La libertad de las mujeres. Fin al femicidio.** *El Dia*, V., fevereiro, 2004.

LOPES, M. (2012). **De Pandora a Eva: Fontes Antigas da misoginia ocidental.** Diacrítica vol.26 no.2 Braga 2012.

MACHADO, LZ. **Masculinidades e violências**. Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. Série Antropológica. UNB, Brasília. (Mimeo), 2001.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MELLO, A .(2016). **Feminicídio: Uma Análise Sociojurídica do Fenômeno no Brasil**.\R. EMERJ, Rio de Janeiro, v. 19, n. 72, p. 140 - 167, jan. - mar. 2016 . Acesso em http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista72/revista72_140.pdf, no dia 27 de agosto de 2018.

MENEGHEL, S. N.; PORTELLA, A. (2017). **Feminicídios: conceitos, tipos e cenários**. Ciência & Saúde Coletiva, 22(9):3077-3086, 2017. Acesso em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n9/1413-8123-csc-22-09-3077.pdf>, no dia 10 de abril de 2017.
Moscovici, S. (1978). A representação social da psicanálise. Tradução de Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: Investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro, Vozes, 2003. Título original Social representations: explorations in social psychology.

MOSCOVICI, S.; VIGNAUX, G. (2003). **O conceito de themata**. In S. Moscovici (Ed.), *Representações sociais: investigações em psicologia social* (pp. 215-250). Petrópolis: Vozes.

OLIVEIRA, D. (2008). **Análise de conteúdo temático-categorial: Uma proposta de sistematização**. Rev. enferm. UERJ, Rio de Janeiro, 2008 out/dez; 16(4):569-76. Acesso em <http://www.facenf.uerj.br/v16n4/v16n4a19.pdf>, no dia 15 de julho de 2018.

ONUBR. **Direitos Humanos das Mulheres**. A Equipe das Nações Unidas no Brasil. JULHO 2018. Acesso em: <http://www.agenda2030.com.br/>, no dia 04 de agosto de 2018.

PASSINATO, W, coordenador. **Diretrizes nacionais Feminicídio. Investigar, processar e julgar com a perspectiva de gênero**. *As mortes violentas de mulheres*. Brasília: ONU Mulheres, Secretaria de Política para as Mulheres, Secretaria Nacional de Segurança Pública; 2016. Acesso em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio.pdf

PIMENTEL, S. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher**. Acesso em http://www.compromissoeatitude.org.br/wpcontent/uploads/2012/11/SPM2006_CEDAW_portugues.pdf, no dia 10 de julho de 2018.

ROCHA, R. G.; SENRA, L. X. **Violência contra a mulher e o feminicídio**. REV. EDUC. MEIO AMB. SAÚ. 2017 JAN/MAR. V. 7 N.1 87.

ROUQUETTE, M.. **Introduction à l'étude des représentations sociales**. Grenoble: PUG, 1998.

SÁ, C. **Núcleo das representações sociais**/ Celso Pereira de Sá. –Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**.. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SALAZAR, T; CURIEL, M. Representaciones sociales: Teoría e **investigación**. Primera edición 2007 D.R. © 2007. Universidad de Guadalajara. Centro Universitario de Ciencias Sociales y Humanidades. Editorial cucsh-udg. Guanajuato 1045. Col. La Normal 44260, Guadalajara, Jalisco, México.

SEGATO, Rita Laura. _____. **La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado**. México: Ediciones de la Universidad del Claustro de Sor Juana, 2006. Acesso em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-81562012000200002, no dia 04 de abril de 2018.

SOIHET, R. **Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas**. *Revista Estudos Feministas*, 1(5), 7-29, 1997.

SOUZA, T. Dossier: **Perspectivas interdisciplinares sobre o feminicídio**. Ex aequo no.34 Lisboa dez. 2016. Acesso em: <http://dx.doi.org/https://doi.org/10.22355/exaequo.2016.34.02>, no dia 15 de dezembro de 2017.

VALA., J; MONTEIR, M. B. **Psicologia social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 7º Ed. p. 457-502, 2006.

VÁSQUEZ, P. T. **Feminicidio1a**. Publicado por la Oficina en México del Alto Comisionado de las Naciones Unidas. 2009

WACHELKE, J; WOLTER, R. **Critérios de Construção e Relato da Análise Prototípica para Representações Sociais Psicologia**. Teoria e Pesquisa Out-Dez 2011, Vol. 27 n. 4, pp. 521-526. Acesso em <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v27n4/17.pdf>, no dia 15 de julho de 2018.

APENDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGPSI

Prezado(a) participante.

Consideramos sua colaboração muito importante para o entendimento desta pesquisa. Fique a vontade para dar sua opinião, entendendo que não existe resposta correta ou incorreta.

Talita Nogueira - Psicóloga

Perfil do entrevistado

Sexo: () Feminino () Masculino () Outro

Idade: _____

Curso: _____ Período: _____

Escolaridade do pai: () Fundamental incompleto () Fundamental completo () Médio completo ou incompleto () Superior () Pós Graduação

Escolaridade da mãe : () Fundamental incompleto () Fundamental completo () Médio completo ou incompleto () Superior () Pós Graduação

Renda familiar per capita: () Até 1 salário mínimo () entre 2 e 3 salários mínimos () entre 3 e 5 salários mínimos () entre 5 e 10 salários mínimos () Mais de 10 salários mínimos

Questionário

1- Se eu lhe digo a palavra feminicídio, o que lhe vem imediatamente a sua mente? Diga-me as 5 primeiras palavras ou frases que rapidamente você associa a feminicídio?

1. _____

2. _____

3. _____

4. _____

5. _____

2- De que forma você tomou conhecimento sobre o tema feminicídio?

() Televisão () Internet () Rádio () Jornal/Revista

() Conversa com pessoas () Outra maneira. Qual: _____

3- Na sua opinião, há características ou comportamentos considerados típicos de homens e outros que são típicos de mulheres?

() SIM () NÃO

3.1. Se você respondeu SIM na questão 3.:

a) Quais características, comportamentos ou coisas são típicos de mulheres?

b) Quais características, comportamentos ou coisas são típicos de homens?

3.2. Se você respondeu NÃO na questão 3.: Por que, não há características ou comportamentos que seriam típicos de homens e outros típicos de mulheres?

4. Na sua opinião, existe “mulher ideal” e/ou “homem ideal”?

() SIM () NÃO

4.1. Se você respondeu SIM na questão 4.:

a) Como é a mulher ideal?

b) Como é o homem ideal?

4.2. Se você respondeu NÃO na questão 4.: Por que, não existe “mulher ideal” e/ou “homem ideal”?

5. Existe violência de gênero?

() Sim () Não

6- Para finalizar

Por favor, leia atentamente cada um dos itens indicados abaixo e indique seu nível de concordância com cada um deles. Responda a escala abaixo, escreva o número que melhor representa sua resposta, a saber:

Escala de avaliação: 1) Discordo totalmente, 2) Discordo, 3) Não concordo nem discordo, 4) Concordo e 5) Concordo totalmente

___ Se uma mulher apanhou ela fez por merecer.

___ É a crise, o desemprego e a constante falta de dinheiro, uma das principais razões que faz com que o homem seja violento em casa.

___ Mulher precisa apanhar para se manter na linha.

___ É dever da mulher ficar ao lado do marido, em

qualquer circunstância.

___ A carreira da mulher deve ser secundária a do marido, pois ela deve preocupar-se com a família e a casa.

___ Ele só é agressivo porque não quer perder a companheira.

___ Geralmente o homem que bate na mulher está sob efeito do álcool ou outras drogas.

___ Em briga de marido e mulher não se deve meter a colher.

___ Ciúme é o tempero do amor.

___ Roupa suja se lava em casa.

___ Se a mulher dá sinais de interesse por outro homem é aceitável que o companheiro se altere e agrida a mulher.

___ A mulher deve fazer de tudo para fazer o relacionamento dá certo.

___ A mulher provoca ao querer sair sozinha. Não é a toa que o homem é violento.

___ Em uma mulher não se bate nem com uma flor.

___ Mulher gosta de apanhar.

___ A principal função da mulher é cuidar do lar, enquanto que a do homem é ser o provedor.

___ Mulher que tem muito amigo homem deve ser

mantida em "rédea curta".

___ Um casamento infeliz é melhor que um lar desfeito.

___ A mulher deve ser protegida por seu parceiro.

___ Espera-se que o homem seja mais enérgico em suas atitudes, pois ele deve ser o chefe da família.

___ O companheiro tem o direito de impedir sua mulher de usar determinadas roupas.

___ Só sente ciúme aquele que quer proteger a quem ama.

___ Quando se sente ciúme é inevitável perder a cabeça.

___ A mulher que apronta e deixa o homem bravo encoraja a violência doméstica.

___ A pessoa está certa em desconfiar se o seu parceiro não demonstra ciúme.

Obrigada!

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) , como voluntário(a), para participar da pesquisa intitulada “Representações Sociais do Femicídio”, sob a responsabilidade da pesquisadora Talita Chaves - mestranda do Programa de Pós Graduação em Psicologia/UFRRJ, sob orientação do Prof. Denis Naiff. Esta pesquisa busca identificar quais as representações sociais do feminicídio no contexto universitário.

Este termo é para solicitar a sua participação na pesquisa, para isto, é necessário formalizarmos a sua autorização para o uso das informações obtidas. Para isso você precisa conhecer os termos:

- Você não terá nenhuma demanda e/ou ganho financeiro por participar na pesquisa;
- Você não terá nenhuma despesa advinda da sua participação na pesquisa.
- Durante o procedimento de coleta de dados você estará sempre acompanhado pela pesquisadora, que lhe prestará toda a assistência necessária. Caso tenha alguma dúvida sobre os procedimentos ou sobre o projeto, você poderá entrar em contato com o pesquisador a qualquer momento pelo telefone ou e-mail abaixo.
- Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.
- A participação neste projeto não tem como objetivo submeter um tratamento ao participante.
- Se em algum momento, o questionário causar desconfortos, riscos ou danos, o participante pode dar a participação como encerrada e procurar a pesquisadora responsável para ter acesso a um local reservado, o qual será assistido pela mesma, para minimizar caso houver necessidade, após comprovação de dano oriundo da pesquisa, poderá ser encaminhado para atendimentos psicológicos oferecidos pela pesquisadora, sem qualquer custo ao participante.
- Os dados obtidos nesta pesquisa tem caráter confidencial, isto é, os dados ficarão em sigilo e só a pesquisadora e orientador terão acessos às informações.
- Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em congressos, revistas científicas e na dissertação de mestrado da pesquisadora, preservando sempre a identidade dos participantes.
- Se desejar, o participante poderá receber uma cópia dos resultados desta pesquisa, entrando em contato com a pesquisadora ou bastando assinalar ao lado essa opção: () SIM, desejo receber cópia através do e-mail disponibilizado neste termo.

Ciente dos termos acima mencionados, solicitamos a assinatura do Termo de Livre Consentimento e Esclarecido, ficando as partes comprometidas com a assinatura deste.

Seropédica, dede 2019.

Eu _____ declaro estar ciente e aceito participar da pesquisa citada acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura: _____

Email: _____

Responsável pela pesquisa: Talita Nogueira Chaves – Psicóloga

Anexo A



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE
JANEIRO PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-
GRADUAÇÃO



DESPACHO Nº 16133 / 2019 - PROPPG (12.28.01.18)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Seropédica-RJ, 07 de outubro de
2019.

Encaminho o despacho abaixo, conforme deliberação do Comitê de Ética em Pesquisa em sua reunião de 21 de agosto de 2019:

Informo que o presente projeto segue os preceitos da Resolução 466/12 e do presente Comitê de Ética da UFRRJ.

(Assinado digitalmente em 07/10/2019 11:09)

RAFAEL BELO DE SOUZA

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

Matrícula: 1863628

Processo Associado: 23083.001854/2019-54

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **16133**, ano: **2019**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **07/10/2019** e o código de verificação: **2107a933ae**